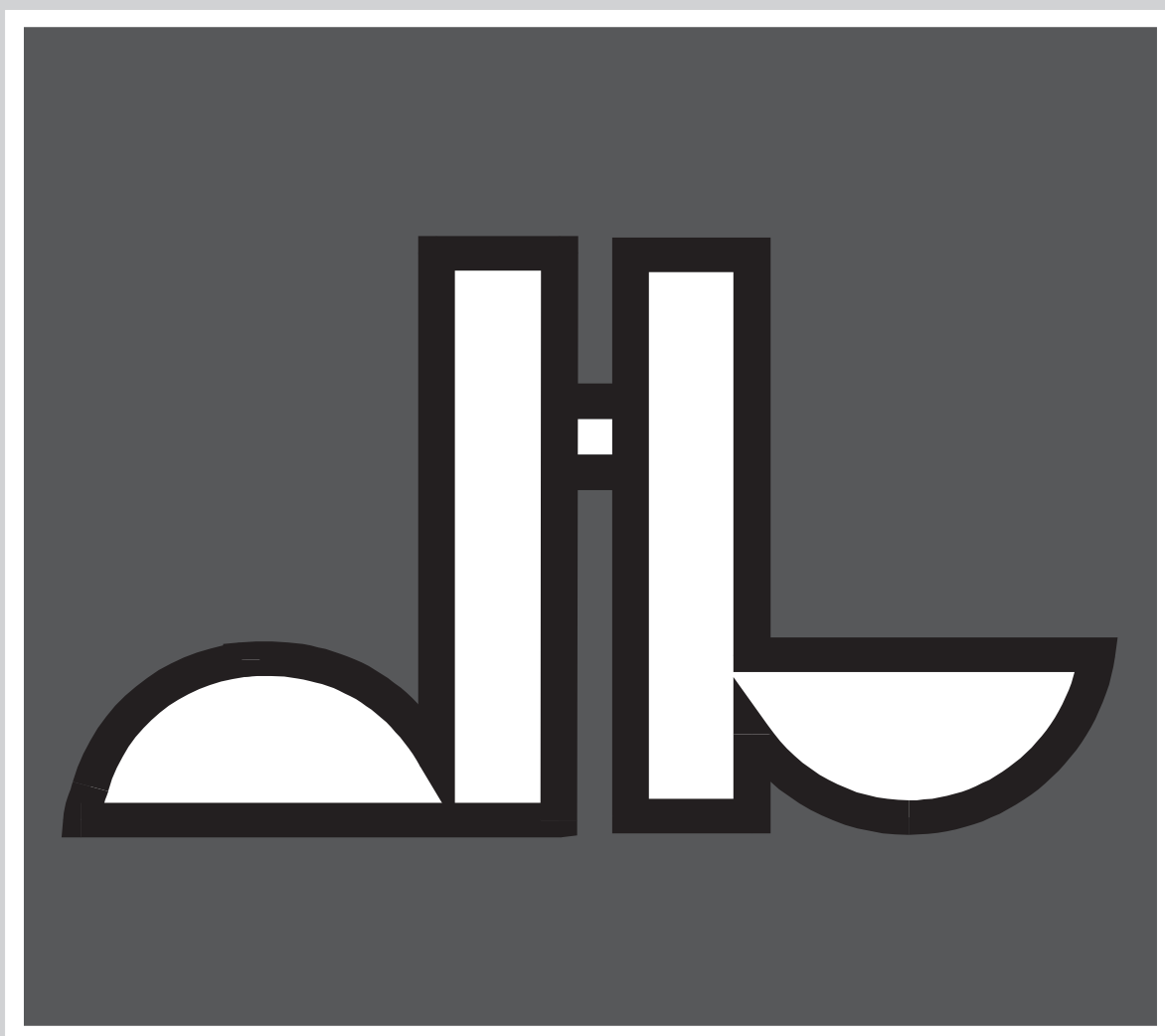




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA

---

ANO LXVIII - Nº 012 - QUINTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2013 - BRASÍLIA-DF

---

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p><b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Andre Vargas (PT/PR)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p><b>1º Secretário</b> Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p><b>2º Secretária</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)</p> <p><b>3º Secretário</b> Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p><b>4º Secretário</b> Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)</p>	
<p><b><u>Mesa do Senado Federal</u></b></p> <p><b>Presidente</b> Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Jorge Viana (PT/AC)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p><b>1º Secretário</b> Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p> <p><b>2ª Secretária</b> Angela Portela (PT/RR)</p> <p><b>3º Secretário</b> Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p><b>4º Secretário</b> João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p><b>1º -</b> Magno Malta (PR/ES)</p> <p><b>2º -</b> Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p><b>3º -</b> João Durval (PDT/BA)</p> <p><b>4º -</b> Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p>	<p><b><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></b></p> <p><b>Presidente</b> Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Andre Vargas (PT/PR)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Fábio Faria (PSD/RN)</p> <p><b>1º Secretário</b> Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p><b>2º Secretário</b> Simão Sessim (PP/RJ)</p> <p><b>3º Secretário</b> Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p><b>4º Secretário</b> Biffi (PT/MS)</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p><b>1º -</b> Gonzaga Patriota (PSB/PE)</p> <p><b>2º -</b> Wolney Queiroz (PDT/PE)</p> <p><b>3º -</b> Vitor Penido (DEM/MG)</p> <p><b>4º -</b> Takayama (PSC/PR)</p>

EXPEDIENTE	
<p><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Ata</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>



# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
<b>1.1 – LEI PROMULGADA</b>	
Lei nº 12.809, de 2013, que <i>autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; altera as Leis nºs 12.337, de 12 de novembro de 2010, e 10.480, de 2 de julho de 2002; revoga dispositivo da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; e dá outras providências.</i> .....	01285
<b>1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
Nºs 26 a 29; e 33 e 41, de 2013 .....	01285
<b>1.3 – ATOS DECLARATÓRIOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
Nºs 30 a 32; e 34 a 40, de 2013 .....	01287
<b>1.4 – ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	
Nºs 3 e 4, de 2013 .....	01292
<b>2 – ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE JULHO DE 2013</b> .....	01294
<b>2.1 – ABERTURA</b> .....	01307
<b>2.2 – EXPEDIENTE</b> .....	01307
<b>2.2.1 – Comunicação da Presidência</b>	
Declaração de prejudicialidade e arquivamento dos Vetos nºs 17, de 2006; 38, 39, 47, 49 e 68, de 2009; 20, 26 e 42, de 2010; 6 e 20, de 2011; e 8, de 2012; e abertura do prazo de dois dias úteis, a partir de amanhã, para interposição de recurso contra a declaração de prejudicialidade. ....	01310
<b>2.2.2 – Fala da Presidência</b> (Senador Renan Calheiros)	
Lançamento, na quarta-feira próxima, do Portal do Congresso Nacional.....	01308
<b>2.2.3 – Questão de ordem</b>	
Suscitada pelo Deputado José Genoíno e respondida pela Presidência. ....	01308
<b>2.2.4 – Leitura de vetos presidenciais</b>	
Veto Parcial nº 7, de 2013 (Mensagem nº 19/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007. ....	01311
Veto Parcial nº 8, de 2013 (Mensagem nº 20/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012.....	01319
Veto Parcial nº 9, de 2013 (Mensagem nº 21/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2013.....	01337
Veto Parcial nº 10, de 2013 (Mensagem nº 24/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009. ....	01368
Veto Total nº 11, de 2013 (Mensagem nº 28/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010. ....	01380
Veto Parcial nº 12, de 2013 (Mensagem nº 29/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013.....	01385
Veto Parcial nº 13, de 2013 (Mensagem nº 32/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013.....	01393
Veto Parcial nº 14, de 2013 (Mensagem nº 33/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2012. ....	01411
Veto Parcial nº 15, de 2013 (Mensagem nº 34/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão de 5, de 2013.....	01422
Veto Parcial nº 16, de 2013 (Mensagem nº 44/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013.....	01435
Veto Parcial nº 17, de 2013 (Mensagem nº 47/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013.....	01472
Veto Parcial nº 18, de 2013 (Mensagem nº 48/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008. ....	01486
Veto Parcial nº 19, de 2013 (Mensagem nº 51/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012. ....	01490
Veto Parcial nº 20, de 2013 (Mensagem nº 52/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005. ....	01495
Veto Parcial nº 21, de 2013 (Mensagem nº 53/2013-CN), apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013.....	01501

**2.2.5 – Comunicação da Presidência**

Constituição das Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre os Vetos nºs 7 a 18, de 2013..... 01519

**2.2.6 – Leitura de projeto**

Projeto de Resolução nº 1, de 2013-CN, que acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal..... 01523

**2.2.7 – Questão de ordem**

Suscitada pelo Deputado Domingos Sávio e respondida pela Presidência. .... 01531

2.3 – ENCERRAMENTO..... 01533

**CONGRESSO NACIONAL****3 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) ..... 01534

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..... 01537

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) ..... 01539

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) .... 01540

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito ..... 01541

Comissões Mistas Especiais ..... 01543

**4 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) ..... 01546

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) ..... 01547

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) ..... 01548

# CONGRESSO NACIONAL

## LEI Nº 12.809, DE 15 DE MAIO DE 2013

**Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; altera as Leis nºs 12.337, de 12 de novembro de 2010, e 10.480, de 2 de julho de 2002; revoga dispositivo da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; e dá outras providências.**

Faço saber que a Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 602, de 2012, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Ministério da Defesa autorizado a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 30 de junho de 2013, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, vigentes em 1º de junho de 2011, firmados com fundamento na alínea *g* do inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso IV do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o *caput* é limitada a 37 (trinta e sete) contratos.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE autorizado a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 30 de junho de 2013, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de dezembro de 2012, firmados com fundamento na alínea *h* do inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

.....”(NR)

Art. 3º O Anexo II da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 4º O art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2014, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

.....”(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o art. 7º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011.

Congresso Nacional, em 15 de maio de 2013.

192ª da Independência e 125ª da República. –  
Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### ANEXO

(Anexo II da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010)

ENTIDADE	PROJETO	QUANTIDADE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	OEI/BRA/09/004	60

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2013

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 610**, de 2 de abril de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 4, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que “Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica, altera as Leis nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dá outras

providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

#### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 611**, de 4 de abril de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 4, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 3.969.200.000,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

#### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 612**, de 4 de abril de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 4, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que “Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO; e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

#### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Deputado URZENI ROCHA, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao PSDB, de acordo com o Ofício nº 517/2013-PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 23 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

#### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e o Senador ACIR GURGACZ, na condição de membro suplente, em virtude de anuência expressa de Ss. Ex<sup>as</sup>, apostas no Ofício nº 087/2013-GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

#### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação

dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 613**, de 7 de maio de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 8, do mesmo mês e ano, que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidên-

cia das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 28 de junho de 2013. –  
Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2013**

#### **ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012, que “Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, em 31 de maio de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2013**

#### **ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012, que “Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos **royalties** e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, em 31 de maio de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2013**

#### **ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 596, de 6 de dezembro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 16 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, em 31 de maio de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



SF

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013

(Nº 3.546 / 2012 , na Casa de origem, do Deputado IVAN VALENTE )

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para submeter a publicidade os processos de reajuste e revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Art. 2º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....  
V - simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de reajuste ou de revisão;  
..... " (NR)

"Art. 9º .....

.....  
§ 13. Dar-se-á publicidade aos elementos que instruem análise de reajustes, revisões ordinárias ou revisões extraordinárias das tarifas, assim como, posteriormente, aos fundamentos de decisão proferida pelo poder público." (NR)

"Art. 14. ....

Parágrafo único. ....

.....

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012, que “Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do **caput** do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, que “Altera a Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 604, de 18 de janeiro de 2013, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 361.368.057,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que “Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2013**

**ATO DECLARATÓRIO**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 607, de 19 de fevereiro de 2013, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 19 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 28 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO CONJUNTO Nº 3 DE 2013****DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

*Prorroga o prazo da Comissão Mista  
constituída pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013,  
para conclusão dos trabalhos.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições regimentais,

**RESOLVEM:**

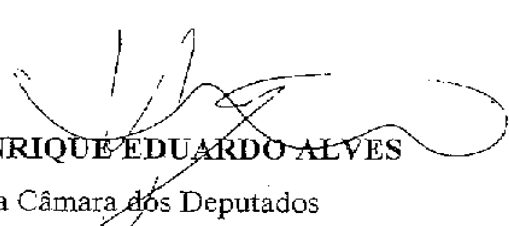
**Art. 1º** Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Art. 2º** Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de maio de 2013.



Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**  
Presidente da Câmara dos Deputados

**ATO CONJUNTO Nº 04 DE 2013****DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

*Altera a alínea “c” do inciso I do art. 2º do Ato  
Conjunto nº 2, de 2013.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições regimentais,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** A alínea “c” do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013, que “Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....  
I – .....  
c) Eduardo Barbosa;  
.....” (NR)

**Art. 2º** Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 21 de maio de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**  
Presidente da Câmara dos Deputados

# Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 3 de julho de 2013

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros*

*(Inicia-se a sessão às 13 horas e 37 minutos e encerra-se às 14 horas e 6 minutos)*

É O SEGUINTE O REGISTRO DE COMPARECIMENTO DAS SRAS. E DOS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 13ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL, ÀS 12 HORAS

Período : 03/07/13 07:00 até 03/07/13 22:11

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PT	MS	DÉLCIDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X

PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGÉ VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

**Compareceram: 69 Senadores**

*É O SEGUINTE O REGISTRO DE COM-  
PARECIMENTO DAS SRAS. E DOS SRS.  
DEPUTADOS:*

**54ª LEGISLATURA****TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 03/07/2013**

Início : 03/07/2013 13:32

Fim : 03/07/2013 14:05

Total de Presentes : 459

	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
004 - Luciano Castro	PR	
625 - Marcio Junqueira	DEM	
007 - Raul Lima	PSD	
616 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 7		
<b>AMAPÁ</b>		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	
Presentes Amapá: 7		
<b>PARÁ</b>		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PSDB	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
031 - Nilson Pinto	PSDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 14		
<b>AMAZONAS</b>		
038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
041 - Francisco Praciano	PT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
036 - Henrique Oliveira	PR	
633 - Plínio Valério	PSDB	
043 - Sabino Castelo Branco	PTB	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 8		
RONDONIA		
615 - Anselmo de Jesus	PT	
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 6		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
061 - Ângelo Agnolin	PDT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
064 - César Halum	PSD	
639 - Goiaciara Cruz	PR	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	
634 - Nilmar Ruiz	PEN	
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
Presentes Tocantins: 7		
MARANHÃO		
071 - Alberto Filho	PMDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	
072 - Domingos Dutra	PT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSD	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
585 - Simplicio Araújo	PPS	
084 - Waldir Maranhão	PP	

	Partido	Bloco
<b>MARANHÃO</b>		
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
Presentes Maranhão: 16		
<b>CEARÁ</b>		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PSB	
092 - Ariosto Holanda	PSB	
090 - Arnon Bezerra	PTB	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
098 - Edson Silva	PSB	
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	PMDB	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
637 - Ilário Marques	PT	
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Alrton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
Presentes Ceará: 22		
<b>PIAUÍ</b>		
111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marlllos Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
Presentes Piauí: 8		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
122 - Betinho Rosado	DEM	
119 - Fábio Faria	PSD	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
<b>PARAÍBA</b>		
131 - Benjamin Maranhão	PMDB	



	Partido	Bloco
PARAÍBA		
127 - Damião Feliciano	PDT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
128 - Efraim Filho	DEM	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	DEM	
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Filho	PMDB	
Presentes Paraíba: 11		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
144 - Augusto Coutinho	DEM	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
149 - João Paulo Lima	PT	
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
157 - Roberto Teixeira	PP	
159 - Sergio Guerra	PSDB	
580 - Severino Ninho	PSB	
160 - Silvío Costa	PTB	
555 - Vilalba	PRB	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 19		
ALAGOAS		
596 - Alexandre Toledo	PSDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
162 - Arthur Lira	PP	
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	
Presentes Alagoas: 6		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PPS	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
174 - Andre Moura	PSC	
619 - Fabio Reis	PMDB	
176 - Laercio Oliveira	PR	
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	

	Partido	Bloco
<b>SERGIPE</b>		
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
<b>BAHIA</b>		
522 - Acelino Popó	PRB	
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	PMDB	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
199 - João Leão	PP	
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	PP	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
210 - Mário Negromonte	PP	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
211 - Roberto Britto	PP	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 35		
<b>MINAS GERAIS</b>		
220 - Ademir Camilo	PSD	
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	

	Partido	Bloco	
MINAS GERAIS			
233 - Domingos Sávio	PSDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
235 - Dr. Grilo	PSL		
237 - Eduardo Azeredo	PSDB		
230 - Eduardo Barbosa	PSDB		
244 - Gabriel Guimarães	PT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
606 - Humberto Souto	PPS		
604 - Isaias Silvestre	PSB		
240 - Jaime Martins	PR		
246 - João Moraes	PCdoB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
239 - João Magalhães	PMDB		
249 - José Humberto	PHS		
250 - Júlio Delgado	PSB		
253 - Leonardo Monteiro	PT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
255 - Leonardo Quintão	PMDB		
243 - Lincoln Portela	PR		
251 - Luis Tibé	PTdoB		
257 - Marcos Montes	PSD	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
254 - Marcus Pestana	PSDB		
610 - Margarida Salomão	PT		
629 - Mário Heringer	PDT		
252 - Mauro Lopes	PMDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
261 - Miguel Corrêa	PT		
258 - Newton Cardoso	PMDB		
611 - Nilmário Miranda	PT		
269 - Odair Cunha	PT	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
259 - Padre João	PT		
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB		
272 - Reginaldo Lopes	PT		
612 - Renato Andrade	PP	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
262 - Renzo Braz	PP		
268 - Rodrigo de Castro	PSDB		
265 - Saraiva Felipe	PMDB		
636 - Sílas Brasileiro	PMDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
558 - Stefano Aguiar	PSC		
264 - Toninho Pinheiro	PP		
532 - Vitor Penido	DEM		
267 - Walter Tosta	PSD	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
270 - Weliton Prado	PT		
Presentes Minas Gerais: 46			
ESPÍRITO SANTO			
543 - Camilo Cola	PMDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
276 - Cesar Colnago	PSDB		
278 - Dr. Jorge Silva	PDT		
273 - Iriny Lopes	PT		
279 - Lauriete	PSC	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	
277 - Lelo Coimbra	PMDB		
275 - Manato	PDT		
280 - Paulo Foletto	PSB		
282 - Rose de Freitas	PMDB	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb	

	Partido	Bloco
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
<b>281 - Sueli Vidigal</b>	<b>PDT</b>	
<b>Presentes Espírito Santo: 10</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
<b>286 - Adrian</b>	<b>PMDB</b>	
<b>287 - Alessandro Molon</b>	<b>PT</b>	
<b>285 - Alexandre Santos</b>	<b>PMDB</b>	
<b>321 - Alfredo Sirkis</b>	<b>PV</b>	
<b>283 - Andreia Zito</b>	<b>PSDB</b>	
<b>289 - Anthony Garotinho</b>	<b>PR</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>288 - Arolde de Oliveira</b>	<b>PSD</b>	
<b>290 - Aureo</b>	<b>PRTB</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>291 - Benedita da Silva</b>	<b>PT</b>	
<b>295 - Chico Alencar</b>	<b>PSOL</b>	
<b>562 - Deley</b>	<b>PSC</b>	
<b>293 - Dr. Adilson Soares</b>	<b>PR</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>529 - Dr. Carlos Alberto</b>	<b>PMN</b>	
<b>296 - Dr. Paulo César</b>	<b>PSD</b>	
<b>299 - Edson Santos</b>	<b>PT</b>	
<b>300 - Eduardo Cunha</b>	<b>PMDB</b>	
<b>613 - Eurico Júnior</b>	<b>PV</b>	
<b>301 - Felipe Bornier</b>	<b>PSD</b>	
<b>557 - Fernando Jordão</b>	<b>PMDB</b>	
<b>623 - Fernando Lopes</b>	<b>PMDB</b>	
<b>297 - Francisco Floriano</b>	<b>PR</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>304 - Glauber Braga</b>	<b>PSB</b>	
<b>306 - Hugo Leal</b>	<b>PSC</b>	
<b>302 - Jair Bolsonaro</b>	<b>PP</b>	
<b>305 - Jandira Feghali</b>	<b>PCdoB</b>	
<b>307 - Jean Wyllys</b>	<b>PSOL</b>	
<b>310 - Jorge Bittar</b>	<b>PT</b>	
<b>312 - Leonardo Picciani</b>	<b>PMDB</b>	
<b>309 - Liliam Sá</b>	<b>PSD</b>	
<b>313 - Luiz Sérgio</b>	<b>PT</b>	
<b>311 - Marcelo Matos</b>	<b>PDT</b>	
<b>317 - Miro Teixeira</b>	<b>PDT</b>	
<b>316 - Otavio Leite</b>	<b>PSDB</b>	
<b>577 - Paulo Feijó</b>	<b>PR</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>322 - Rodrigo Maia</b>	<b>DEM</b>	
<b>319 - Romário</b>	<b>PSB</b>	
<b>320 - Sergio Zveiter</b>	<b>PSD</b>	
<b>327 - Simão Sessim</b>	<b>PP</b>	
<b>323 - Stepan Nercessian</b>	<b>PPS</b>	
<b>324 - Vitor Paulo</b>	<b>PRB</b>	
<b>325 - Walney Rocha</b>	<b>PTB</b>	
<b>326 - Washington Reis</b>	<b>PMDB</b>	
<b>328 - Zoinho</b>	<b>PR</b>	<b>PrPtdobPrpPhsPslPrtb</b>
<b>Presentes Rio de Janeiro: 43</b>		
<b>SÃO PAULO</b>		

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Farla de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
569 - Carlos Roberto	PSDB	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
343 - Delegado Protógenes	PCdoB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Palva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	PDT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
617 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
370 - Marcelo Aguiar	PSD	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
381 - Nelson Markezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
385 - Roberto de Lucena	PV	
387 - Roberto Freire	PPS	
386 - Roberto Santiago	PSD	
391 - Salvador Zimbaldi	PDT	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
393 - Valdemar Costa Neto	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
550 - Walter Feldman	PSDB	
553 - Walter Ihoshi	PSD	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 63		
<b>MATO GROSSO</b>		
401 - Ellene Lima	PSD	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
404 - Valtênir Pereira	PSB	
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
Presentes Mato Grosso: 4		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
545 - Augusto Carvalho	PPS	
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Pitiman	PMDB	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
Presentes Distrito Federal: 7		
<b>GOIÁS</b>		
416 - Armando Vergílio	PSD	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
422 - Flávia Moraes	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
575 - Magda Mofatto	PTB	
564 - Marina Santanna	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PMDB	
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB	
Presentes Goiás: 16		

	Partido	Bloco
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
638 - Akira Otsubo	PMDB	
432 - Biffi	PT	
433 - Fabio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
<b>PARANÁ</b>		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	PEN	
466 - Giacomo	PR	PrPtdobPrpPhsPsiPrtb
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
542 - Luiz Nishimori	PSDB	
631 - Marcelo Almeida	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
457 - Nelson Padovani	PSC	
588 - Odílio Balbinotti	PMDB	
621 - Oliveira Filho	PRB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
641 - Pedro Guerra	PSD	
603 - Professor Sérgio de Oliveira	PSC	
635 - Ricardo Arruda	PSC	
459 - Rosane Ferreira	PV	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 29		
<b>SANTA CATARINA</b>		
561 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	
574 - João Pizzolatti	PP	
474 - Jorge Boeira	S.Part.	

---

	Partido	Blaco
<b>SANTA CATARINA</b>		
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
560 - Valdir Colatto	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 14		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
487 - Afonso Hamm	PP	
486 - Alceu Moreira	PMDB	
489 - Alexandre Roso	PSB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcisio Perondi	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
525 - Fernando Marroni	PT	
502 - Giovanni Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
591 - Paulo Ferreira	PT	
513 - Paulo Pimenta	PT	
511 - Renato Molling	PP	
556 - Ronaldo Nogueira	PTB	
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 30		

---



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e de 378 Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Há, portanto, número regimental.

Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, tendo em vista a lacuna nesse último e, de acordo com o art. 334, citado, que diz que o Presidente de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador declarará prejudicada a matéria dependente de deliberação do Senado Federal, por haver – inciso I – perdido a oportunidade, declara prejudicados e determina o arquivamento dos seguintes vetos:

- **Veto Parcial nº 17, de 2006**, 1 dispositivo vetado ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, que dispõe sobre o salário mínimo de 2006;
- **Veto Parcial nº 20, de 2010**, 1 dispositivo vetado, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2010, que trata da cláusula de vigência da lei.

Esta lei, como todos sabem, entra vigor na data de sua publicação.

E, para as seguintes matérias orçamentárias, uma vez que nenhum dos dispositivos vetados dá providência que se aplique ao presente ou ao exercício financeiro futuro, tampouco o ato ou fato no campo das leis orçamentárias, cuja eclosão ainda esteja para ocorrer:

- **Veto Parcial nº 38, de 2009**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2009, LDO – são 35 dispositivos vetados –;
- **Veto Parcial nº 39, de 2009**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2009, um crédito especial, 1 dispositivo vetado;
- **Veto Parcial nº 47, de 2009**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 63, de 2009, alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 1 dispositivo também vetado;
- **Veto Parcial nº 49, de 2009**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 50, de 2009, crédito especial, 2 dispositivos vetados;
- **Veto Parcial nº 68, de 2009**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 90, de 2009, alteração LDO, quatro dispositivos vetados;

– **Veto Parcial nº 26, de 2010**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2010, LDO, com 646 dispositivos vetados;

– **Veto Parcial nº 42, de 2010**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 86, de 2010, alteração da LDO, 2 dispositivos vetados;

– **Veto Parcial nº 6, de 2011**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 59, de 2010, LOA, 690 dispositivos vetados;

– **Veto Parcial nº 20, de 2011**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2011, LDO, 94 dispositivos vetados;

– **Veto Total nº 8, de 2012**, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2011, crédito suplementar, 1 veto total, 1 dispositivo vetado.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, são 1.478 vetos apostados a 12 projetos de lei.

Antes, porém, de remeter as matérias ao Arquivo, a Presidência determina a abertura de prazo de dois dias úteis para a interposição de recursos a essa declaração de prejudicialidade, a partir de amanhã, dia 4.

A relação dos vetos declarados prejudicados encontra-se à disposição das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Parlamentares na Internet, na página principal do Senado Federal.

Nós acabamos de comunicar aos Líderes partidários, com quem estávamos reunidos, que, a partir de quarta-feira, nós teremos o Portal do Congresso Nacional. Na quarta-feira exatamente, nós lançaremos o Portal do Congresso Nacional. Hoje, temos o Portal da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal e, só a partir da próxima quarta, nós teremos o Portal do Congresso Nacional. A Presidência ainda esclarece que tal procedimento foi utilizado na sessão do Congresso Nacional de 27 de março de 2008.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, com base no 131.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, eu concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A questão de ordem que formulo a V. Ex<sup>a</sup> é sobre uma questão que está aqui, na Câmara, mas a sua tramitação começou pelo Senado.

A Lei Complementar nº 136 estabelece que o Livro Branco de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa são

entregues ao Poder Executivo, ao Presidente do Congresso Nacional.

Esses documentos foram entregues ao Presidente do Congresso Nacional. O Presidente do Congresso Nacional, como é matéria nova da Lei Complementar nº 136, votou, apreciou essas matérias no Senado. Essa matéria chegou à Câmara, e há uma questão pendente na Câmara pelo fato de ela ter sido votada na Comissão Mista Especial, que trata das questões do direito à informação e ao controle das atividades de inteligência.

A minha avaliação é a de que a Presidência do Senado agiu corretamente, mas há uma questão de ordem pendente na Câmara sobre a deliberação feita no Senado da matéria que está na Câmara.

Estou levantando essa questão de ordem porque são documentos importantes para serem divulgados. A tramitação começa no Congresso Nacional e é entregue ao Presidente do Congresso Nacional, e não ao Presidente da Câmara, porque não é a tramitação normal do Executivo, que começa pela Câmara e depois vai para o Senado. Entrega ao Congresso Nacional.

O Presidente do Congresso agiu corretamente, mas essa questão está pendente na Câmara dos Deputados, e como o material foi entregue à Presidência do Senado, estou fazendo respeitosamente essa questão de ordem a V. Ex<sup>a</sup>, para resolvermos esse problema em relação à questão de ordem que foi colocada pelo Deputado Miro Teixeira, na sessão da Câmara dos Deputados.

Essa é a questão de ordem.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Concretamente, quanto à questão de ordem do Deputado Genoíno, gostaríamos de informar que a matéria foi encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional, que é o Presidente do Senado, e nós a encaminhamos para Câmara dos Deputados. Já houve um parecer da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, o Plenário do Senado também votou, e agora a matéria está tramitando na Câmara dos Deputados.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Miro Teixeira questiona o fato de a Comissão Mista do Senado ainda não ter aprovado a resolução que cria essa comissão mista.

Esse é o questionamento que o Deputado Miro Teixeira faz, e eu estou aqui com a memória da as-

essoria competente. Não é nem do PT, mas é muito competente e está levantando essa questão de ordem, que é a Resolução nº 2, que cria a Comissão Mista, que ainda não foi votada.

Essa é a questão concreta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Comprometo-me a entrar em contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que é o Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, para que possamos exatamente colaborar com os procedimentos, para que tenhamos uma rápida apreciação da matéria a que V. Ex<sup>a</sup> se refere.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AMAURI TEIXEIRA** (PT – BA) – Sr. Presidente, quero registrar aqui, nas galerias, a presença dos defensores públicos, que aguardam, como nós, ansiosamente, a votação da PEC nº 207 hoje.

Não é mais possível adiar uma matéria tão importante, e nós também confiamos em V. Ex<sup>a</sup> para trazer a esta Casa o veto que a Presidenta Dilma fez à autonomia das Defensorias Públicas estaduais. (*Palmas.*)

Nosso compromisso é votar a PEC nº 207, que dá autonomia à Defensoria Pública da União e manter real a autonomia para as Defensorias Estaduais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós tivemos uma reunião há pouco, conduzida por V. Ex<sup>a</sup>, e eu gostaria, antes de tudo, de cumprimentá-lo, pela condução tranquila e serena. Nós tratávamos do destravamento da pauta do Congresso Nacional ante, inclusive, o clamor das ruas.

Muito se tem falado de certa indisposição do Governo para o diálogo aqui nesta Casa. Eu gostaria de registrar que o motivo pelo qual nós não votamos ainda o relatório preliminar da LDO – e estamos enfrentando diversas dificuldades no avançar da nossa pauta, no que se refere especificamente ao Congresso – se dá pelo fato de que nós temos um processo de obstrução conduzido pela oposição e conduzido por alguns partidos da base.

Eu gostaria de fazer um apelo, já que nós tivemos uma reunião muito proveitosa hoje, e esta sessão

do Congresso já aponta para a limpeza da Mesa, por assim dizer...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA) – ...da quantidade de vetos que nós tínhamos acumulados aqui, hoje. Foram mais de mil vetos considerados prejudicados. Aí já conseguimos visualizar uma solução para os próximos vetos.

Parece-me que houve um consenso na reunião, no que se refere à aprovação de uma resolução deste Congresso que permita estabelecer um rito para a apreciação de vetos. Os defensores estão aqui com esse intuito também. Portanto me parece que já está encaminhado, no que se refere a uma reunião, na próxima quarta, às 11 horas da manhã.

Eu gostaria de fazer um apelo àqueles que estão obstruindo a pauta, particularmente aos setores da Câmara e da oposição, para que nós possamos votar o relatório preliminar da LDO. O Governo tem absoluta disposição para o diálogo, mas não vem do Governo essa obstrução da pauta. Eu gostaria de, mais uma vez, elogiar a sua postura.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Vou conceder a palavra pela ordem. Temos aqui já, com a palavra pela ordem pedida, pelos Deputados André Moura, Alessandro Molon e Valtenir Pereira e o Senador Inácio Arruda.

Queria propor apenas um procedimento para que pudéssemos avançar. O Deputado Rubens Bueno também pede a palavra.

Talvez fosse mais prudente fazermos a leitura dos vetos presidenciais que ainda não foram lidos, porque o que estabelecemos com os Líderes partidários foi o seguinte procedimento: na quarta-feira, teríamos uma nova sessão com os Líderes partidários das duas Casas do Congresso Nacional e elegeríamos, nessa oportunidade, um critério para a apreciação desses vetos.

Antes, porém, é preciso ler os demais vetos que ainda não foram lidos.

Eu só gostaria de consultar...

**O SR. CLÁUDIO PUTY** (PT – PA) – Sr. Presidente, o senhor está sugerindo que sejam lidos hoje esses vetos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Seriam lidos hoje. A sessão foi convo-

cada exatamente para que pudéssemos declarar a prejudicialidade dos vetos e fazer a leitura dos vetos que ainda não foram lidos.

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC – SE) – Sr. Presidente, só a título de sugestão, essa ordem de inscrição que já está aí, o senhor poderia permitir, com o tempo estabelecido, que pudessem ser feitos somente esses que estão, depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria só propor essa inversão de prioridade.

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC – SE) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. ANDRÉ PUTY** (PT – PA) – Da parte do Governo, sem problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Então, concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, para fazer a leitura dos vetos presidenciais.

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC – SE) – Depois mantém-se a ordem, é isso, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Depois seguiremos essa ordem de inscrição.

**O SR. WELITON PRADO** (PT – MG) – **Veto Parcial nº 7, de 2013.** PLS nº 115, de 2007. Mensagem nº 91, de 2013, de 14/03/2003. Oito dispositivos vetados. Regulamentação da profissão de comerciante.

**Veto Parcial nº 8, de 2013.** PLV nº 32, de 2012. Mensagem nº 110, de 2013, de 2/04/2013. Número de dispositivos vetados: 32. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste; concessão de subvenção econômica; Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste como agente preferencial; investimentos na agricultura familiar e no desenvolvimento rural; e extensão à Sudeco de benefícios previstos para a Sudam e a Sudene.

**Veto Parcial nº 9, de 2013.** PLV nº 1, de 2013. Mensagem nº 111, de 2013, de 02/04/2013. Número de dispositivos vetados: 46. Dispõe sobre o acréscimo de produtos na Tipi, cujas empresas, fábricas, contribuições sobre o valor da receita bruta na alíquota de 2%, impostos diferenciados para cooperativas, alteração da alíquota de contribuição de empresas de transporte ferroviário, metroviário e aéreo de passageiros de transportes rodoviários, de carga, de prestação de serviços hospitalares e jornalísticos e de radiodifusão.

**Veto Parcial nº 10, de 2013.** PLC nº 280, de 2009. Mensagem nº 119, de 2013, de 04/04/2013. Número de dispositivos vetados: dois. Dispõe sobre a formação dos profissionais de educação.

**Veto Total nº 11, de 2013.** PLC nº 119, de 2010. Mensagem nº 163, de 2013, de 24/04/2013. Dispõe sobre a jornada de trabalho do fonoaudiólogo.

**Veto Parcial nº 12, de 2013.** PLV nº 3, de 2013. Mensagem nº 171, de 2013, de 07/05/2013. Dispositivos vetados: oito. Dispõe sobre o pagamento de valores do adicional ao Benefício-Garantia Safra para a safra de 2011/2012 e sobre o Auxílio Emergencial Financeiro.

**Veto Parcial nº 13, de 2013.** PLV nº 4, de 2013. Mensagem nº 182, de 2013, de 15/05/2013. Um dispositivo vetado. Sob a responsabilidade da Secretaria Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pela gestão, atualização, disponibilização do meio informatizado do montante das dívidas previdenciárias de órgãos da Administração Direta, autarquias, fundações, empresas públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Veto Parcial nº 14, de 2013.** PLC nº 26, de 2012. Mensagem nº 188, de 2013, de 16/05/2013. Sete dispositivos vetados. Veda qualquer remuneração compensatória a ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso e informação privilegiada a ministros de Estado, presidente, vice-presidente e diretor, ou o equivalente, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedade de economia mista durante o período de impedimento.

**Veto Parcial nº 15, de 2013.** PLV nº 5, de 2013. Mensagem nº 189, de 2013. Quatorze dispositivos vetados. Subvenção econômica a operações de financiamento destinadas à aquisição, à produção de bens de capital, à inovação tecnológica e a projetos de infraestrutura logística.

**Veto Parcial nº 16, de 2013.** PLV nº 9, de 2013. Mensagem nº 222, de 2013, de 05/06/2013. Vinte e

um dispositivos vetados. Portos, prorrogação automática das concessões e arrendamentos, participação de empresas de navegação nas licitações, restrições ao tipo de cargas sendo movimentadas em cada terminal, atribuições da guarda portuária e órgãos públicos da vigilância, segurança dos portos e comprovação da efetiva exposição dos trabalhos e agentes nocivos.

**Veto Parcial nº 17, de 2013.** PLV nº 6, de 2013. Mensagem nº 223, de 2013, de 05/06/2013. Nove dispositivos vetados. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); ampliação da carga horária mínima; formação da pessoa com deficiência; dívida das duas etapas; atribuição da Fundap de concessão de bolsas de estudo.

**Veto Parcial nº 18, de 2013.** PLC nº 102, de 2008. Mensagem nº 228, de 2013. Um dispositivo vetado. Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito.

**Veto Parcial nº 19, de 2013.** PLC nº 132, de 2012. Mensagem nº 251, de 2013, de 20/06/2013. Um dispositivo vetado. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

**Veto Total nº 20, de 2013.** PLS nº 56, de 2005. Mensagem nº 252, de 2013. Dia da Celebração da Amizade Brasil/Israel.

**Veto Parcial nº 21, de 2013.** PLV nº 10, de 2013. Mensagem nº 255, de 2013. Trinta e cinco dispositivos vetados. Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, parcelamento dos débitos de autarquias e fundações públicas, venda de certificado de direito de uso de bens públicos e mobiliários.

Esses são os vetos, Sr. Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros. Quero aproveitar para deixar aqui toda nossa solidariedade e apoio aos defensores públicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

São os seguintes os Vetos na íntegra:



# **VETO PARCIAL**

## **Nº 7, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007**  
**(nº 3.592/2012, na Câmara dos Deputados)**

**(Mensagem nº 19/2013-CN – nº 91/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 115, de 2007 (nº 3.592/12 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Trabalho e Emprego, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Advocacia-Geral da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 5º**

“Art. 5º No instrumento coletivo deverá ser fixada contribuição para o custeio da negociação coletiva, que, no caso dos trabalhadores, será fixada pela Assembleia-Geral de sua entidade, em até 1% (um por cento) ao mês de seu salário, e, no caso das empresas, será estabelecida em Assembleia-Geral da entidade representante da categoria econômica, em função do número de empregados de cada empresa, e constará da negociação coletiva, sendo devida por cada estabelecimento.

§ 1º A contribuição para as entidades sindicais da categoria econômica será devida por todas as empresas, independentemente de sua filiação, porte ou número de empregados.

§ 2º A contribuição para as entidades sindicais da categoria profissional será devida por todos os trabalhadores, associados ou não às respectivas entidades.

§ 3º O montante arrecadado será partilhado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) para a confederação respectiva;

II - 15% (quinze por cento) para a federação respectiva;

III - 80% (oitenta por cento) para o sindicato.

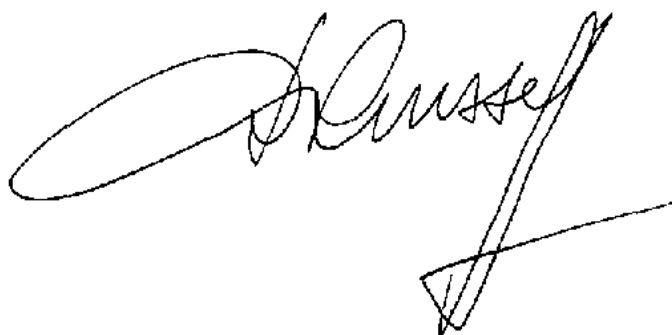
§ 4º Nos termos do art. 591 da CLT, inexistindo sindicato, o percentual de 80% (oitenta por cento) constante do inciso III do § 3º deste artigo será repassado em favor da federação representativa da categoria econômica ou profissional.”

### **Razões do veto**

“Ao fixar a obrigatoriedade da contribuição para custeio da negociação coletiva, em desconformidade com o art. 8º, IV, da Constituição, o texto acaba por confundir dois institutos jurídicos diversos, quais sejam, a contribuição confederativa e a contribuição sindical. Ainda, a proposta não traz parâmetros precisos para a sua aplicação, contrariando o art. 150, I, da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 14 de março de 2013.



## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

### **(\*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007 (nº 3.592/2012, na Câmara dos Deputados)**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.

#### **O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Aos comerciantes, integrantes da categoria profissional de empregados no comércio, conforme o quadro de atividades e profissões do art. 577, combinado com o art. 511, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aplicam-se os dispositivos da presente Lei, sem prejuízo das demais normas trabalhistas que lhes sejam aplicáveis.

**Art. 2º** Na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a atividade ou função desempenhada pelos empregados do comércio deverá ser especificada, desde que inexista a possibilidade de classificação por similaridade.

**Art. 3º** A jornada normal de trabalho dos empregados no comércio é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais.

§ 1º Somente mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho poderá ser alterada a jornada normal de trabalho estabelecida no **caput** deste artigo.

§ 2º É admitida jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo empregado em mais de 1 (um) turno de trabalho, salvo negociação coletiva de trabalho.

**Art. 4º** O piso salarial será fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho, nos termos do inciso V do art. 7º da Constituição Federal.

**Art. 5º** No instrumento coletivo deverá ser fixada contribuição para o custeio da negociação coletiva, que, no caso dos trabalhadores, será fixada pela Assembleia-Geral de sua entidade, em até 1% (um por cento) ao mês de seu salário, e, no caso das empresas, será estabelecida em Assembleia-Geral da entidade representante da categoria econômica, em função do número de empregados de cada empresa, e constará da negociação coletiva, sendo devida por cada estabelecimento.

§ 1º A contribuição para as entidades sindicais da categoria econômica será devida por todas as empresas, independentemente de sua filiação, porte ou número de empregados.

§ 2º A contribuição para as entidades sindicais da categoria profissional será devida por todos os trabalhadores, associados ou não às respectivas entidades.

§ 3º O montante arrecadado será partilhado da seguinte forma:

I – 5% (cinco por cento) para a confederação respectiva;

II – 15% (quinze por cento) para a federação respectiva;

III – 80% (oitenta por cento) para o sindicato.

§ 4º Nos termos do art. 591 da CLT, inexistindo sindicato, o percentual de 80% (oitenta por cento) constante do inciso III do § 3º deste artigo será repassado em favor da federação representativa da categoria econômica ou profissional.

**Art. 6º** As entidades representativas das categorias econômica e profissional poderão, no âmbito da negociação coletiva, negociar a inclusão, no instrumento normativo, de cláusulas que instituem programas e ações de educação, formação e qualificação profissional.

**Art. 7º** É instituído o Dia do Comerciário, a ser comemorado no dia 30 de outubro de cada ano.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2007**  
(nº 3.592/2012, na Câmara dos Deputados)

**EMENTA:** “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário”.

**AUTOR:** Senador Paulo Paim

**SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:**

**Leitura:** 15/3/2007

Publicação no DSF de 16/3/2007

**Comissão:**

Assuntos Sociais

**Relatores:**

- Senador Ricardo Ferraço

Parecer nº 1.563, de 2011-CAS – pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PLS 152, de 2007, com o qual tramita em conjunto.

Publicação no DSF de 23/12/2011

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/demateria/getTexto.asp?t=101938&c=PDF>

- Senador Mozarildo Cavalcanti (*ad hoc*)

Adendo aprovado na CAS ao Parecer nº 1.563, de 2011-CAS – contendo retificações estritamente redacionais.

Publicação no DSF de 28/3/2012

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/demateria/getTexto.asp?t=104356&c=PDF>

**Resultado no Senado Federal:**

Em 27/3/2012, a Presidência comunica ao Plenário a aprovação do projeto em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais.

**ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício SF nº 434, de 29/3/2012

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

**Leitura:** 29/3/2012

Publicação no DCD de 30/3/2012

Comissões:

Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

Relatores:

- Deputado João Maia

Parecer pela aprovação deste projeto e rejeição do PL nº 6.406, de 2009, apensado.

Publicação no DCD de 17/7/2012

Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1030115&filename=Tramitacao-PL+3592/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1030115&filename=Tramitacao-PL+3592/2012)

Trabalho, de Administração e Serviço Público

- Deputado Eudes Xavier

Parecer pela aprovação do projeto, com emendas e rejeição do PL nº 6.406, de 2009, apensado.

Publicação no DCD de 20/11/2012

Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1065184&filename=Tramitacao-PL+3592/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1065184&filename=Tramitacao-PL+3592/2012)

Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado Zezéu Ribeiro

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e das emendas propostas.

Publicação no DCD de 20/11/2012

Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1065184&filename=Tramitacao-PL+3592/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1065184&filename=Tramitacao-PL+3592/2012)

- Deputado Zezéu Ribeiro  
(Redação Final)

Disponível em : [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1048065&filename=Tramitacao-PL+3592/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BCDE0FDB34E509D4B94160E7BC8E0ECD.node2?codteor=1048065&filename=Tramitacao-PL+3592/2012)

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 12/12/2012, aprovação da Redação Final das Emendas da Câmara dos Deputados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramitação com apreciação conclusiva pelas comissões, serão as emendas despachadas ao Senado Federal.

ENCAMINHAMENTO DAS EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 752, de 12/12/2012

SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO DAS EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Leitura: 13/12/2012

Publicação no DSF de 14/12/2012

Comissões:

Assuntos Sociais

Relatores:

- Senador João Alberto Souza

Parecer nº 1.725, de 2012-CAS – pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, e pela aprovação da Emenda nº 3.

Publicação no DSF de 21/12/2012

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=121403&c=PDF>

Diretora

- Senador Magno Malta

Redação Final

Parecer nº 77, de 2013-CDIR

Publicação no DSF de 21/2/2013

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=122991&c=PDF>

Resultado no Senado Federal:

Em 20/2/2013, em Plenário, aprovação da Emenda nº 3, da Câmara dos Deputados e rejeitadas, em globo, as Emendas nºs 1 e 2. Aprovação da Redação Final. À sanção.

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 5, de 22/2/2012

**VETO PARCIAL Nº 7, DE 2013**  
**(Mensagem nº 19/2013-CN)**  
aposto ao  
**Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007**

Norma gerada: Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013  
D.O.U. – Seção 1, de 15/3/2013

Partes vetadas do projeto:

- *caput* do art. 5º;
- § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- *caput* do § 3º do art. 5º;
- inciso I do § 3º do art. 5º;
- inciso II do § 3º do art. 5º;
- inciso III do § 3º do art. 5º; e
- § 4º do art. 5º.

## **VETO PARCIAL Nº 8, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012**

(oriundo da Medida Provisória nº 581, de 2012)

**(Mensagem nº 20/2013-CN – nº 110/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012 (MP nº 581/12), que “Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**§ 6º do art. 13, da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“§ 6º Fica a União autorizada a conceder a subvenção econômica, de que trata este artigo, às demais instituições financeiras oficiais públicas, autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil, nas operações de crédito para investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.”

### **Razões do veto**

“As instituições financeiras oficiais federais dispõem de capilaridade regional e experiência na atuação em programas de governo e atendem plenamente ao requisito de eficiência na análise e aprovação de projetos e também na liberação de recursos. Além do que, a concessão de subvenção sem assunção integral dos riscos pela instituição financeira pode ser prejudicial ao equilíbrio das finanças dos respectivos Fundos.”

### **§§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 2º**

“§ 1º O FDCO terá como agente operador, preferencialmente, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste - BDCO, após sua instalação e entrada em funcionamento, conforme estabelece o § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º O FDCO também terá como agentes operadores as instituições financeiras oficiais federais, que farão jus à subvenção econômica nos termos previstos no art. 13 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.

§ 3º O Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelecerá em regulamento as normas para credenciamento, como agentes operadores do FDCO, das instituições financeiras públicas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tenham atuação destacada na Região Centro-Oeste.

§ 4º O Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelecerá em regulamento as normas para credenciamento, como agentes operadores do FDCO, das cooperativas singulares, das centrais de cooperativas e dos sistemas de cooperativa de crédito.”

### **Razões dos vetos**

“Da forma como redigidos, os dispositivos restringem a flexibilidade dos gestores do FDCO para eleger, dentre as instituições financeiras públicas federais, aquela que ofereça as melhores condições de operação. Ainda, a capilaridade regional e experiência na atuação em programas de governo das instituições financeiras oficiais federais não justificam a ampliação proposta.”

### **§§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterados pelo art. 5º do projeto de lei de conversão**

“§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo conselho deliberativo do desenvolvimento de cada região, os valores relativos às prestações vencidas, independentemente do pagamento pelo tomador final.

§ 3º Aos Bancos Cooperativos e às Confederações Cooperativas de Crédito, de conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de recursos em volume que corresponda à aplicação, sobre o programa anual de aplicações de cada um dos Fundos, de percentual equivalente à participação nos ativos de crédito do sistema financeiro nacional nas correspondentes áreas de atuação.

§ 4º O montante de repasse de que trata este artigo terá, como teto, o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse perante o banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias.’ (NR)”

#### **Razões dos vetos**

“A redação proposta para os parágrafos contradiz o disposto no **caput**, retirando das instituições financeiras o seu papel no processo decisório acerca das operações cujos riscos e responsabilidade recaem sobre elas.”

#### **Alínea “a” do inciso II, do § 4º do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pelo art. 5º do projeto de lei de conversão**

“a) fica limitado a até 3% (três por cento) ao ano;

.....’ (NR)”

#### **Razão do veto**

“A proposta, ao fixar no mesmo percentual o **del credere** para operações com risco compartilhado e para operações com assunção integral do risco pelo agente operador, fere os princípios da isonomia, da razoabilidade e da eficiência. Além disso, a proposta não teria repercussão nas taxas aplicadas ao tomador final, uma vez que estas são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.”

#### **§§ 4º e 6º do art. 6º**

“§ 4º Da parcela dos recursos a serem aplicados pela Caixa Econômica Federal, no montante de até R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais) no financiamento de projetos ligados a infraestrutura, pelo menos a metade de tais recursos será aplicada em projetos de infraestrutura nas regiões de atuação das Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, da Amazônia - SUDAM e do Nordeste - SUDENE.”

“§ 6º Dos recursos a que se refere o § 5º, o Banco do Brasil S.A. aplicará R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Região Centro-Oeste nas mesmas condições, encargos financeiros e prazos estabelecidos para a contratação de operações de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.”

#### **Razões dos vetos**

“Da maneira proposta, a vinculação de recursos públicos limita a sua alocação eficiente e acentua a rigidez do orçamento, podendo inviabilizar programas já em andamento.”

O Ministério da Fazenda opinou pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

#### **Incisos III, IV e V do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterados pelo art. 3º do projeto de lei de conversão**

“III - apoio à agricultura familiar e a projetos de desenvolvimento rural;

IV - recuperação em áreas afetadas por seca, estiagem prolongada, enchentes e outros fenômenos naturais; e

V - contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, contratadas com profissionais ou empresas especializadas.”

#### **Razões dos vetos**

“O dispositivo permite a redução de encargos financeiros sem levar em conta outros programas, pelos quais os setores incluídos já são beneficiados. Os investimentos a que se referem os incisos III e V são objeto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), respectivamente, assim como os investimentos a que se refere o inciso IV possuem linhas especiais de financiamento dispostos pela Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012.”

#### **Parágrafo 4º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo art. 3º do projeto de lei de conversão**

“§ 4º O bônus de adimplência poderá ser favorecido no caso de operação de crédito contratada para:

I - custeio e investimento por produtor rural que desenvolva atividades produtivas no setor rural da região natural do Nordeste delimitada como Semiárido nos termos do inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

II - investimentos que se caracterizem por longo prazo de maturação, retorno econômico reduzido e risco operacional elevado.”

**Razão do veto**

“Já há previsão de bônus de adimplência para recursos dos fundos de desenvolvimento, além de linhas especiais de crédito que cobrem as hipóteses trazidas pelos dispositivos.”

**Arts. 7º e 8º**

“Art. 7º Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicional calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º (Revogado).

§ 1º-A. (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 3º-A. (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).

§ 9º (Revogado).’ (NR)

‘Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, até 31 de dezembro de 2018, as empresas que tenham empreendimentos em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, em operação nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S.A., no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Brasil S.A., respectivamente, para reinvestimento, o percentual de até 30% (trinta por cento) do imposto sobre a renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.’ (NR)”

“Art. 8º O art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 31. Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, para bens adquiridos a partir do ano-calendário de 2006 e até 31 de dezembro de 2018, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, terão direito:

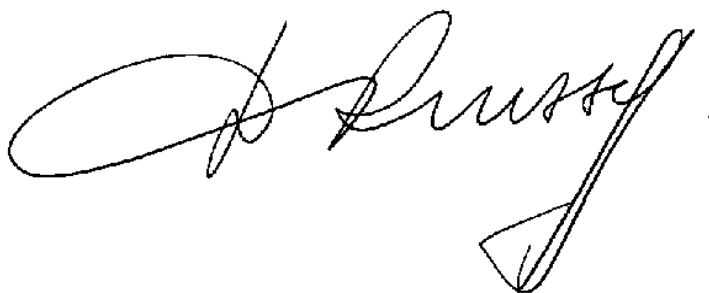
.....’ (NR)”

### **Razões dos vetos**

“A extensão à SUDECO dos mesmos benefícios previstos para as regiões atendidas pela SUDAM e SUDENE, sem considerar as vantagens competitivas daquela em relação a estas, pode afetar negativamente investimentos dirigidos às regiões Norte e Nordeste. Além disso, a revogação dos parágrafos da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, extingue previsões legais que regulamentam a concessão dos benefícios e balizam a sua fiscalização, o que coloca em risco a própria implementação dos programas.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 2 de abril de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2012  
(oriundo da Medida Provisória nº 581/2012)**

Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**CAPÍTULO I****DOS AJUSTES NO MARCO LEGAL E OPERACIONAL DO FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO**

**Art. 1º** Os arts. 13 e 18 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros, nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO.

§ 1º Nos casos em que os agentes operadores do FDA, do FDNE e do FDCO assumam integralmente os riscos das operações de crédito, a subvenção econômica será concedida a instituições financeiras oficiais federais definidas como agentes operadores.

§ 2º A subvenção econômica corresponderá ao diferencial entre o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração a que farão jus as instituições financeiras oficiais federais, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º O pagamento da subvenção econômica será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias específicas, a serem alocadas no orçamento geral da União.

§ 4º O pagamento da subvenção, com vistas no atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação pela instituição financeira beneficiária de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§ 5º A aplicação irregular dos recursos provenientes das subvenções de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 6º Fica a União autorizada a conceder a subvenção econômica, de que trata este artigo, às demais instituições financeiras oficiais públicas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas operações de crédito para investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO.”(NR)

“Art. 18. A remuneração dos agentes operadores do FDNE, do FDA e do FDCO, bem como dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para os serviços de análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos, ficará a cargo dos proponentes e será definida pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional.”(NR)

**Art. 2º** A participação do FDCO em projetos de investimento será realizada conforme o disposto em regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

§ 1º O FDCO terá como agente operador, preferencialmente, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste – BDCO, após sua instalação e entrada em funcionamento, conforme estabelece o § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º O FDCO também terá como agentes operadores as instituições financeiras oficiais federais, que farão jus à subvenção econômica nos termos previstos no art. 13 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.

§ 3º O Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO estabelecerá em regulamento as normas para credenciamento, como agentes operadores do FDCO, das instituições financeiras públicas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tenham atuação destacada na Região Centro-Oeste.



§ 4º O Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO estabelecerá em regulamento as normas para credenciamento, como agentes operadores do FDCO, das cooperativas singulares, das centrais de cooperativas e dos sistemas de cooperativa de crédito.

## CAPÍTULO II

### DOS AJUSTES NO MARCO LEGAL DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

**Art. 3º** O art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

I – (revogado):

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

d) (revogada).

II – (revogado):

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

d) (revogada).

III – (revogado):

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

d) (revogada).

IV – (revogado).

§ 1º (Vetado).

§ 2º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência de que trata o **caput** poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

§ 3º Os encargos financeiros poderão ser reduzidos no caso de operações de crédito destinadas a:

I – financiamento de projetos para conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis;

II – financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação;

III – apoio à agricultura familiar e a projetos de desenvolvimento rural;

IV – recuperação em áreas afetadas por seca, estiagem prolongada, enchentes e outros fenômenos naturais; e

V – contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, contratadas com profissionais ou empresas especializadas.

§ 4º O bônus de adimplência poderá ser favorecido no caso de operação de crédito contratada para:

I – custeio e investimento por produtor rural que desenvolva atividades produtivas no setor rural da região natural do Nordeste delimitada como Semiárido nos termos do inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

II – investimentos que se caracterizem por longo prazo de maturação, retorno econômico reduzido e risco operacional elevado.

§ 5º Em caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

§ 6º Em caso de estabelecimento de encargos financeiros ou bônus de adimplência que resulte na redução de custo financeiro para o tomador, a resolução do Conselho Monetário Nacional deverá definir se os novos encargos e bônus estabelecidos incidirão, a partir da data de vigência da redução, sobre os financiamentos já contratados.

§ 7º O **del credere** do banco administrador, limitado a até 3% (três por cento) ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 8º Os encargos financeiros e bônus de adimplência já estabelecidos continuarão em vigor até a data anterior à vigência dos novos encargos financeiros e bônus de adimplência que forem definidos pelo Conselho Monetário Nacional.”(NR)

**Art. 4º** A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-B:

“Art. 6º-B. Nas operações formalizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, realizadas com beneficiários de qualquer grupo, modalidade e linha de crédito, com risco operacional assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional ou risco operacional compartilhado entre os respectivos bancos



administradores e Fundo Constitucional, os bancos farão jus a uma remuneração a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Integração Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa.”

**Art. 5º** A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º.....

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo conselho deliberativo do desenvolvimento de cada região, os valores relativos às prestações vencidas, independentemente do pagamento pelo tomador final.

§ 3º Aos Bancos Cooperativos e às Confederações Cooperativas de Crédito, de conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de recursos em volume que corresponda à aplicação, sobre o programa anual de aplicações de cada um dos Fundos, de percentual equivalente à participação nos ativos de crédito do sistema financeiro nacional nas correspondentes áreas de atuação.

§ 4º O montante de repasse de que trata este artigo terá, como teto, o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse perante o banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias.”(NR)

“Art. 9º-A.....

§ 4º.....

II - .....

a) fica limitado a até 3% (três por cento) ao ano;

..... ”(NR)

“Art. 15.....

VI - exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, definirá as condições em que os

bancos administradores poderão renegociar dívidas, limitando os encargos financeiros de renegociação aos estabelecidos no contrato de origem da operação inadimplida.

§ 2º Até o dia 30 de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o **caput** encaminharão ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.”(NR)

### CAPÍTULO III

#### DA AUTORIZAÇÃO À UNIÃO PARA CONCEDER CRÉDITO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E AO BANCO DO BRASIL

**Art. 6º** Fica a União autorizada a conceder crédito à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S.A., nos montantes respectivos de até R\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais) e até R\$ 8.100.000.000,00 (oito bilhões e cem milhões de reais), em condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda que permitam o enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida apto a integrar o patrimônio de referência, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no **caput**.

§ 3º Dos recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do **caput**, até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) destinam-se ao financiamento de material de construção e de bens de consumo duráveis, às pessoas físicas, sendo que, no caso do financiamento de bens, exclusivamente para o público da Faixa I do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e até R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais) destinam-se ao financiamento de projetos ligados a infraestrutura.

§ 4º Da parcela dos recursos a serem aplicados pela Caixa Econômica Federal, no montante de até R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais) no financiamento de projetos ligados a infraestrutura, pelo menos a metade de tais recursos será aplicada em projetos de infraestrutura nas regiões de atuação das Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, da Amazônia – SUDAM e do Nordeste – SUDENE.

§ 5º Os recursos captados pelo Banco do Brasil S.A. na forma do **caput** destinam-se a aplicações em operações de crédito direcionadas a financiar o segmento agropecuário referente à safra 2012/2013.

§ 6º Dos recursos a que se refere o § 5º, o Banco do Brasil S.A. aplicará R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Região Centro-Oeste nas mesmas condições,

encargos financeiros e prazos estabelecidos para a contratação de operações de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

§ 7º Fica assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com a taxa de remuneração de longo prazo, no caso dos recursos transferidos nos termos dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º.

§ 8º Fica assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com o seu custo de captação para os recursos transferidos, exceto nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º.

#### CAPÍTULO IV DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 7º Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicional calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º (Revogado).

§ 1º-A (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 3º-A (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).

§ 9º (Revogado).”(NR)

“Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, até 31 de dezembro de 2018, as empresas que tenham empreendimentos em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, em operação nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste –

SUDECO, poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S.A., no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Brasil S.A., respectivamente, para reinvestimento, o percentual de até 30% (trinta por cento) do imposto sobre a renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional dos respectivos projetos técnico- econômicos de modernização ou complementação de equipamento.”(NR)

Art. 8º O art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, para bens adquiridos a partir do ano-calendário de 2006 e até 31 de dezembro de 2018, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, terão direito:

.....”(NR)

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Fica revogado o parágrafo único do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

**(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2012**  
(oriundo da Medida Provisória nº 581, de 2012, publicada no DOU –  
Seção I, de 21/9/2012)

EMENTA: “Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 25/9/2012.

Publicação no DSF de 26/9/2012.

Instalação: 17/10/2012

- Presidente: Deputado Pedro Chaves
- Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka (renunciou em 7/11/2012)  
Senadora Lúcia Vânia
- Relator: Senador Delcídio do Amaral
- Relator Revisor: Deputada Marina Santanna.  
Deputado Policarpo (designado em 11/12/2012)

**Resultado na Comissão Mista:**

Em 19/12/2012, Parecer nº 52, de 2012-CN, do Senador Delcídio do Amaral, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e no mérito, pela sua aprovação, acolhendo as Emendas nºs 7, 9, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 34, 48, 50 e 53, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012, e pela rejeição das demais emendas.

Publicação no DSF de 21/12/2012

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=121220&c=PDF>).

**ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Ofício CN nº 571, de 26/12/2012.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

Recebimento: 26/12/2012

Publicação no DCD de 6/2/2013

**Resultado na Câmara dos Deputados:**

Em 19/2/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 581, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012, adotado pela Comissão Mista, ressalvado o destaque. Aprovada a inclusão do art. 14 da Medida Provisória no Projeto de Lei de Conversão onde couber. Aprovada a Redação Final, Relator Revisor, Deputado Policarpo. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 20/2/2013

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3BCEF156847BD64B95AA441B3BE85546.node2?codteor=1068098&file=Tramitacao-MPV+581/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3BCEF156847BD64B95AA441B3BE85546.node2?codteor=1068098&file=Tramitacao-MPV+581/2012)).

**ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:**

Ofício PS-GSE nº 23, de 20/2/2013.

**SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:**

Leitura: 20/2/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012, à Medida Provisória nº 581, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 21/2/2013

**Resultado no Senado Federal:**

Em 27/2/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados – Projeto de Conversão nº 32, de 2012. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem CN nº 6, de 12 de março de 2013.



**VETO PARCIAL Nº 8, de 2013**  
**(Mensagem nº 20, de 2013-CN)**  
aposto ao  
**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 2012**

Norma gerada: Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013  
D.O.U. – Seção 1, de 3/4/2013

Partes vetadas do projeto:

- § 6º do art. 13 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 1º do art. 2º;
- § 2º do art. 2º;
- § 3º do art. 2º;
- § 4º do art. 2º;
- inciso III do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- inciso V do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- *caput* do § 4º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- inciso I do § 4º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- § 1º do art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;
- § 2º do art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;
- § 3º do art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;
- § 4º do art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;
- alínea “a” do inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;

- § 4º do art. 6º;
- § 6º do art. 6º;
- *caput* do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 1º-A do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 3º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 3º-A do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 4º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 5º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 6º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 7º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 8º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 9º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 7º do projeto; e
- *caput* do art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, com a redação dada pelo art. 8º do projeto.



# VETO PARCIAL

## Nº 9, DE 2013

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 582, de 2012)

**(Mensagem nº 21/2013-CN – nº 111/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013 (MP nº 582/12), que “Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Incisos V a XI do art. 7º e incisos XIII a XVI do § 3º e §§ 6º e 7º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, inseridos pelo art. 1º do projeto de lei de conversão, inciso III do art. 2º, inciso II do art. 3º, Anexo II e parágrafo único do art. 21**

“Art. 7º .....

V - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros por fretamento e turismo municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional, enquadradas na classe 4929-9 da CNAE 2.0;

VI - as empresas de transporte ferroviário de passageiros;

VII - as empresas de transporte metroferroviário de passageiros;

VIII - as empresas que prestam os serviços classificados na Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, instituída pelo Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, nos códigos 1.1201.25.00, 1.2001.39.12, 1.1403.29.10, 1.2001.33.00, 1.2001.54.00, 1.2003.70.00 e 1.2003.60.00;

IX - as empresas de prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária;

X - as empresas de prestação de serviços hospitalares; e

XI - as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no grupo 711 da CNAE 2.0.”

“Art. 8º .....

§ 3º .....

XIII - que recolham ou recuperem resíduos sólidos para reciclagem ou reutilização, nos termos das Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para venda como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de produtos (indústria da reciclagem);

XIV - de transporte aéreo de passageiros e de carga não regular (táxi-aéreo), nos termos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;

XV - jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002; e

XVI - de transporte rodoviário de cargas enquadradas nas subclasses 4930-2/01, 4930-2/02, 4930-2/03 e 4930-2/04 da CNAE 2.0.

§ 6º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins do inciso XV do § 3º, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário por qualquer plataforma, inclusive em portais de conteúdo da internet.

§ 7º O disposto no inciso XVI do § 3º deste artigo não se aplica às empresas de transporte rodoviário de veículos 0 km (zero quilômetro), que continuarão sob o regime de tributação anterior.”

“Art. 2º .....

III - acrescido dos produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, constantes do Anexo II desta Lei.”

“Art. 3º .....

II - no inciso III do **caput** do art. 2º.”

## ANEXO II

(Acréscimo no Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)

NCM
0801.3
0807.1
1301.90.90
1302.19.99 (EXCLUSIVAMENTE PARA DERIVADOS DO CAJU)
36.04
4820.20.00
4901.10.00
4901.91.00
4901.99.00
4902.90.00
4903.00.00
4904.00.00
4905.10.00
4905.91.00
4905.99.00
8526.10.00
8526.92.00
8543.70.99
9023.00.00
CAPÍTULO 93
9619.00.00

“Art. 21. ....

.....

Parágrafo único. Entram em vigor a partir do 1º dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei:

I - as alterações realizadas pelo art. 1º desta Lei aos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e

II - o inciso III do art. 2º e o inciso II do art. 3º, ambos desta Lei.”

**Razões dos vetos**

“Os dispositivos violam a Lei de Responsabilidade Fiscal ao preverem desonerações sem apresentar as estimativas de impacto e as devidas compensações financeiras. O veto destas novas desonerações implica o veto dos respectivos dispositivos de vigências.”

**Parágrafo 7º do art. 7º e § 8º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, inseridos pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“Art. 7º .....

.....

§ 7º Excetuam-se da metodologia adotada para a contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei

nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades dos incisos IV, V, VIII, IX e X do **caput** deste artigo.”

“Art. 8º .....

§ 8º Excetuam-se da metodologia adotada para a contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades dos incisos XV e XVI do § 3º deste artigo ou que fabriquem os produtos classificados nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.06, 03.07 e 1211.90.90, constantes do Anexo I desta Lei.”

### **Razões dos vetos**

“A sistemática de recolhimento de impostos das cooperativas é diversa da sistemática à qual se submetem as empresas desoneradas. Além disso, a redação do dispositivo gera dúvidas quanto ao tratamento dispensado às cooperativas atuantes nos demais setores da economia, o que traz insegurança jurídica.”

### **Parágrafo 9º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, inserido pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“§ 9º O disposto nos arts. 7º e 8º poderá não ser aproveitado por empresa que entender que a nova regulamentação irá gerar um ônus, em comparação com a legislação anterior, bastando para isso, no início de cada exercício, efetuar o primeiro recolhimento da contribuição patronal, integralmente de acordo com as condições previstas nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, condição que deverá prevalecer até o final do exercício.”

### **Razões do veto**

“A proposta descaracteriza o modelo original da política, gera grande imprevisibilidade na arrecadação e dificulta a sua fiscalização. Por fim, há um erro de remissão do dispositivo que indica os incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ao invés dos incisos I e III, o que trará problemas em sua aplicação.”

### **Art. 13**

“Art. 13. A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 4º .....

§ 6º .....

I - .....

d) ficam limitadas a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 1º e a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 3º; e

II - .....

c) ficam limitadas a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 1º e a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 3º, observado em ambas as hipóteses o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

.....' (NR)''

#### **Razões do veto**

“Apesar da grande importância dos programas beneficiados por este dispositivo, o limite de dedução de 4% do imposto de renda encontra-se em descompasso com outros programas equivalentes que contam com limites menores. Incorre também em violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao não apresentar as estimativas de impacto e as devidas compensações financeiras.”

#### **Art. 20**

“Art. 20. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), ou a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

.....' (NR)

‘Art. 14. ....

I - cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

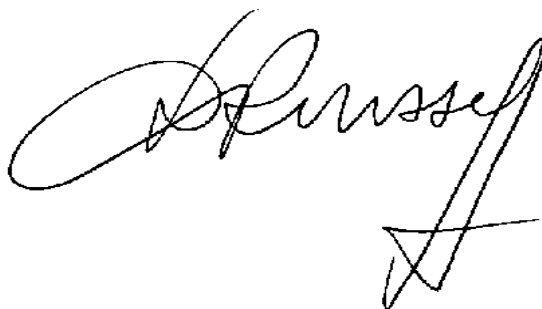
.....' (NR)''

#### **Razões do veto**

“Apesar de meritória, a proposta não veio acompanhada das estimativas de impacto e das devidas compensações financeiras, violando assim a Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 2 de abril de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2013  
(oriundo da Medida Provisória nº 582/2012)**

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

V – as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros por fretamento e turismo municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional, enquadradas na classe 4929-9 da CNAE 2.0;

VI – as empresas de transporte ferroviário de passageiros;

VII – as empresas de transporte metroferroviário de passageiros;

VIII – as empresas que prestam os serviços classificados na Nomenclatura Brasileira de Serviços – NBS, instituída pelo Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, nos códigos 1.1201.25.00, 1.2001.39.12, 1.1403.29.10, 1.2001.33.00, 1.2001.54.00, 1.2003.70.00 e 1.2003.60.00;

IX – as empresas de prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária;

X – as empresas de prestação de serviços hospitalares; e

XI – as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no grupo 711 da CNAE 2.0.



§ 7º Excetuam-se da metodologia adotada para a contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades dos incisos IV, V, VIII, IX e X do caput deste artigo.”(NR)

“Art. 8º .....

§ 3º .....

XIII – que recolham ou recuperem resíduos sólidos para reciclagem ou reutilização, nos termos das Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para venda como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de produtos (indústria da reciclagem);

XIV – de transporte aéreo de passageiros e de carga não regular (táxi-aéreo), nos termos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;

XV – jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002; e

XVI – de transporte rodoviário de cargas enquadradas nas subclasses 4930-2/01, 4930-2/02, 4930-2/03 e 4930-2/04 da CNAE 2.0.

§ 6º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins do inciso XV do § 3º, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário por qualquer plataforma, inclusive em portais de conteúdo da internet.

§ 7º O disposto no inciso XVI do § 3º deste artigo não se aplica às empresas de transporte rodoviário de veículos 0 km (zero quilômetro), que continuarão sob o regime de tributação anterior.

§ 8º Excetuam-se da metodologia adotada para a contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades dos incisos XV e XVI do § 3º deste artigo ou que fabriquem os produtos classificados nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.06, 03.07 e 1211.90.90, constantes do Anexo I desta Lei.”(NR)

“Art. 9º .....

§ 1º .....

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o caput do art. 7º

e o § 3º do art. 8º ou à fabricação dos produtos de que trata o **caput** do art. 8º e a receita bruta total.

.....  
§ 9º O disposto nos arts. 7º e 8º poderá não ser aproveitado por empresa que entender que a nova regulamentação irá gerar um ônus, em comparação com a legislação anterior, bastando para isso, no início de cada exercício, efetuar o primeiro recolhimento da contribuição patronal, integralmente de acordo com as condições previstas nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, condição que deverá prevalecer até o final do exercício.”(NR)

**Art. 2º** O Anexo I referido no **caput** do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar:

I - acrescido dos produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, constantes do Anexo I desta Lei;

II - subtraído dos produtos classificados nos códigos 3923.30.00 e 8544.49.00 da Tipi; e

III – acrescido dos produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, constantes do Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** Aplica-se o disposto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, aos produtos referidos:

I - no inciso I do **caput** do art. 2º; e

II - no inciso III do **caput** do art. 2º.

**Art. 4º** Para efeito de apuração do imposto sobre a renda, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação adicional da taxa de depreciação usualmente admitida, sem prejuízo da depreciação contábil das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se aos bens novos, relacionados em regulamento, adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2012, e destinados ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 2º A depreciação acelerada de que trata o **caput**:

I - constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será controlada no livro fiscal de apuração do lucro real;

II - será calculada antes da aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada a que se refere o art. 69 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958; e

III - será apurada a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 3º O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada incentivada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º, o valor da depreciação, registrado na contabilidade, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.



**Art. 5º** Fica instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes - REIF, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 5º a 11 desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e de coabilitação ao regime de que trata o **caput**.

**Art. 6º** São beneficiárias do Reif a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado, e a pessoa jurídica coabilitada.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ainda aos projetos de investimento que, a partir da transformação química dos insumos de que trata o **caput**, não produzam exclusivamente fertilizantes, na forma do regulamento.

§ 2º Competem ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a definição dos projetos que se enquadram nas disposições do **caput** e do § 1º e a aprovação de projeto apresentado pela pessoa jurídica interessada, conforme regulamento.

§ 3º Não poderão aderir ao Reif as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do **caput** do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Art. 7º** A fruição dos benefícios do Reif fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e ao cumprimento dos seguintes requisitos, nos termos do regulamento:

I - investimento mínimo em pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica; e

II - percentual mínimo de conteúdo local em relação ao valor global do projeto.

**Art. 8º** No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto de que trata o **caput** do art. 6º, fica suspenso o pagamento:

I - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Reif;

II - da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Reif;

III - do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Reif; e

IV - do IPI vinculado à importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do Reif.

§ 1º Nas notas fiscais relativas:

I - às vendas de que trata o inciso I do **caput** deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e

II - às saídas de que trata o inciso III do **caput** deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 2º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos I e II do **caput** converte-se em alíquota 0 (zero) depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o **caput** do art. 6º.

§ 3º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos III e IV do **caput** converte-se em isenção depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o **caput** do art. 6º.

§ 4º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção no projeto de que trata o **caput** do art. 6º fica obrigada a recolher as contribuições e o imposto não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da legislação específica, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição:

I - de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação e ao IPI vinculado à importação; ou

II - de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

§ 5º Para efeitos do disposto neste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

**Art. 9º** No caso de venda ou importação de serviços destinados ao projeto referido no **caput** do art. 6º, fica suspenso o pagamento da:

I - Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da pessoa jurídica estabelecida no País decorrente da prestação de serviços a pessoa jurídica beneficiária do Reif; e

II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação de serviços diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Reif.

§ 1º Nas vendas ou importações de serviços de que trata o **caput**, aplica-se, no que couber, o disposto no § 4º do art. 8º.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos serviços de que trata o **caput** deste artigo na execução do projeto de que trata o **caput** do art. 6º.

**Art. 10.** Fica suspenso, também, o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos a pessoa jurídica beneficiária do Reif, para utilização na execução do projeto de que trata o **caput** do art. 6º.

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos bens locados na execução do projeto de que trata o **caput** do art. 6º.

**Art. 11.** Os benefícios de que tratam os arts. 8º a 10 podem ser usufruídos em até 5 (cinco) anos contados da data de publicação da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, nas aquisições, importações e locações realizadas depois da habilitação ou coabilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo Reif.

§ 1º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto aprovado no Reif durante o período de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada a:

- I - manutenção das características originais do projeto;
- II - observância do limite de prazo estipulado no **caput**; e
- III - cancelamento da habilitação do titular anterior do projeto.

§ 2º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 1º, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os titulares anteriores e o titular atual do projeto.

**Art. 12.** A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º-A. Ficam reduzidas a zero as alíquotas:

I - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda dos bens referidos no inciso I do **caput** do art. 8º efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retid à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo; e

II - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação dos serviços referidos no art. 10 por pessoa jurídica beneficiária do Retid à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.”

“Art. 9º-B. Ficam isentos do IPI os bens referidos no inciso I do **caput** do art. 8º saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do Retid, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.”

“Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 9º, 9º-A, 9º-B e 10 poderão ser usufruídos em até 5 (cinco) anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas depois da habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo Retid.”(NR)

**Art. 13.** A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

§ 6º.....

I - .....

d) ficam limitadas a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 1º e a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 3º; e

II - .....

c) ficam limitadas a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 1º e a 4% (quatro por cento) do imposto sobre a renda devido em cada período de apuração trimestral ou anual com relação ao programa de que trata o art. 3º, observado em ambas as hipóteses o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

.....”(NR)

**Art. 14.** Fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da venda dos produtos classificados no código 0805.10.00 da Tipi, quando utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da Tipi, e estes forem destinados à exportação.

Parágrafo único. É vedada às pessoas jurídicas que realizem as operações de que trata o **caput** a apuração de créditos vinculados às receitas de vendas efetuadas com suspensão.

**Art. 15.** A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos classificados no código 0805.10.00 da Tipi utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da Tipi destinados à exportação.

§ 1º O direito ao crédito presumido de que trata o **caput** aplica-se somente aos produtos adquiridos de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País.

§ 2º O montante do crédito presumido a que se refere o **caput** será determinado mediante aplicação, sobre o valor de aquisição dos produtos classificados no código 0805.10.00 da Tipi, de percentual correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das alíquotas previstas no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º O crédito presumido não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 4º A pessoa jurídica que até o final de cada trimestre-calendário não conseguir utilizar o crédito presumido de que trata este artigo na forma prevista no **caput** poderá:

I - efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - solicitar seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, considera-se exportação a venda direta ao exterior ou a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica a:

I - empresa comercial exportadora;

II - operações que consistam em mera revenda dos bens a serem exportados; e

III - bens que tenham sido importados.

**Art. 16.** O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, relativo aos bens classificados no código 0805.10.00 da Tipi existentes na data de publicação da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, observada a legislação específica aplicável à matéria; e

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 1º O pedido de ressarcimento ou de compensação dos créditos presumidos somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados nos anos-calendário de 2008 a 2010, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de publicação da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012; e

II - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2011 e no período compreendido entre janeiro de 2012 e o mês de publicação da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2013.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente aos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Art. 17.** O disposto nos arts. 14 e 15 será aplicado somente depois de estabelecidos termos e formas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, respeitado, no mínimo, o prazo de que trata o inciso I do **caput** do art. 21.

**Parágrafo único.** O disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, deixará de ser aplicado aos produtos classificados no código 0805.10.00 da Tipi a partir da data de produção de efeitos definida no **caput**, desde que utilizados na industrialização dos produtos classificados no código 2009.1 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, e destinados à exportação.

**Art. 18.** A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º.....

I – 10% (dez por cento) do rendimento bruto, decorrente do transporte de carga;

.....”(NR)



**Art. 19.** A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.....

§ 3º No caso do inciso XVIII do caput, a redução a zero das alíquotas aplica-se até 31 de dezembro de 2013.”(NR)

**Art. 20.** A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), ou a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

.....”(NR)

“Art. 14.....

I - cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....”(NR)

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor:

I - a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação aos arts. 1º a 3º, 14, 15, 17, 18 e 20 desta Lei, observado o disposto no parágrafo único deste artigo; e

II - na data de sua publicação para os demais dispositivos.

Parágrafo único. Entram em vigor a partir do 1º dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei:

I - as alterações realizadas pelo art. 1º desta Lei aos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e

II - o inciso III do art. 2º e o inciso II do art. 3º, ambos desta Lei.

**ANEXO I****(Acréscimo no Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)**

NCM
02.07
0210.99.00
03.01
03.02
03.03
03.04
03.06
03.07
1211.90.90
2106.90.30
2106.90.90
2202.90.00
2501.00.90
2520.20.10
2520.20.90
2707.91.00
30.01
30.05
30.06 (EXCETO OS CÓDIGOS 3006.30.11 E 3006.30.19)
32.08
32.09
32.14
3303.00.20
33.04
33.05
33.06
33.07
34.01
3407.00.10
3407.00.20
3407.00.90

NCM
3701.10.10
3701.10.21
3701.10.29
3702.10.10
3702.10.20
38.08
3814.00
3822.00.10
3822.00.90
3917.40.10
3923.21.90
3926.90.30
3926.90.40
3926.90.50
4006.10.00
40.11
4012.90.90
40.13
4014.10.00
4014.90.10
4014.90.90
4015.11.00
4015.19.00
4415.20.00
4701.00.00
4702.00.00
4703
4704
4705.00.00
4706
4801.00
4802
4803.00
4804



<b>NCM</b>
<b>4805</b>
<b>4806</b>
<b>4808</b>
<b>4809</b>
<b>4810</b>
<b>4812.00.00</b>
<b>4813</b>
<b>4816</b>
<b>4818</b>
<b>4819</b>
<b>5405.00.00</b>
<b>5604.90.10</b>
<b>6115.96.00</b>
<b>6307.90.10</b>
<b>6307.90.90</b>
<b>6810.99.00</b>
<b>6901.00.00</b>
<b>69.02</b>
<b>69.04</b>
<b>69.05</b>
<b>6906.00.00</b>
<b>6910.90.00</b>
<b>69.11</b>
<b>6912.00.00</b>
<b>69.13</b>
<b>69.14</b>
<b>7001.00.00</b>
<b>70.02</b>
<b>70.03</b>
<b>70.04</b>
<b>70.05</b>
<b>7006.00.00</b>
<b>70.07</b>
<b>7008.00.00</b>

NCM
70.09
70.10
70.11
70.13
7014.00.00
70.15
70.16
70.17
70.18
70.19
7020.00
7201.10.00
7204.29.00
7302.40.00
7306.50.00
7307.21.00
7307.22.00
7307.91.00
7307.93.00
7307.99.00
7308.90.10
7318.12.00
7318.14.00
7318.15.00
7318.16.00
7318.19.00
7318.21.00
7318.22.00
7318.23.00
7318.24.00
7318.29.00
7321.11.00
7325.10.00
7325.99.10

NCM
7326.19.00
7415.29.00
7415.39.00
7616.10.00
7616.99.00
8201.40.00
8203.20.10
8203.20.90
8203.40.00
8204.11.00
8204.12.00
8205.20.00
8205.59.00
8205.70.00
82.12
8301.10.00
8418.10.00
8418.21.00
8418.30.00
8418.40.00
8419.19.90
8419.20.00
8419.89.19
8421.29.11
8421.29.19
8443.32.23
8450.11.00
8450.19.00
8450.20.90
8473.30.49
8473.40.90
8480.10.00
8480.20.00
8480.30.00

NCM
8480.4
8480.50.00
8480.60.00
8480.7
8482.10.10
8482.99.90
8483.10.20
8483.10.90
8504.10.00
8504.40.10
8504.40.21
8504.40.29
8504.90.30
8504.90.40
8504.90.90
8507.80.00
8517.18.10
8517.61.99
8517.62.13
8517.62.14
8517.70.91
8518.90.10
8525.50.19
8525.60.90
8529.10.11
8529.10.19
8529.10.90
8529.90.40
8530.10.90
8531.20.00
8531.80.00
8531.90.00
8532.22.00
8532.25.90

NCM
8533.40.12
8534.00.39
8535.29.00
8535.40.10
8538.90.10
8538.90.20
8543.70.92
8544.49.00
8602.10.00
8603.10.00
8604.00.90
8605.00.10
8606.10.00
8606.30.00
8606.91.00
8606.92.00
8606.99.00
8607.11.10
8607.19.90
8607.21.00
8607.30.00
8607.91.00
8607.99.00
8608.00.12
8712.00.10
8713.10.00
8713.90.00
87.14
8716.90.90
9001.30.00
9001.40.00
9001.50.00
9002.90.00
9003.11.00

NCM
9003.19.10
9003.19.90
9003.90.10
9003.90.90
9004.10.00
9004.90.10
9004.90.20
9004.90.90
9011.20.10
9011.90.10
9018.11.00
9018.12.10
9018.12.90
9018.13.00
9018.14.10
9018.14.90
9018.19.10
9018.19.20
9018.19.80
9018.19.90
9018.20.10
9018.20.20
9018.20.90
9018.31.11
9018.31.19
9018.31.90
9018.32.11
9018.32.12
9018.32.19
9018.32.20
9018.39.10
9018.39.21
9018.39.22
9018.39.23

NCM
9018.39.24
9018.39.29
9018.39.30
9018.39.91
9018.39.99
9018.41.00
9018.49.11
9018.49.12
9018.49.19
9018.49.20
9018.49.40
9018.49.91
9018.49.99
9018.50.10
9018.50.90
9018.90.10
9018.90.21
9018.90.29
9018.90.31
9018.90.39
9018.90.40
9018.90.50
9018.90.92
9018.90.93
9018.90.94
9018.90.95
9018.90.96
9018.90.99
9019.20.10
9019.20.20
9019.20.30
9019.20.40
9019.20.90
9020.00.10



NCM
9020.00.90
9021.10.10
9021.10.20
9021.10.91
9021.10.99
9021.21.10
9021.21.90
9021.29.00
9021.31.10
9021.31.20
9021.31.90
9021.39.11
9021.39.19
9021.39.20
9021.39.30
9021.39.40
9021.39.80
9021.39.91
9021.39.99
9021.40.00
9021.50.00
9021.90.11
9021.90.19
9021.90.81
9021.90.82
9021.90.89
9021.90.91
9021.90.92
9021.90.99
9022.12.00
9022.13.11
9022.13.19
9022.13.90
9022.14.11

NCM
9022.14.12
9022.14.19
9022.14.90
9022.21.10
9022.21.20
9022.21.90
9022.29.90
9022.90.11
9022.90.12
9022.90.19
9022.90.80
9022.90.90
9025.11.10
9027.80.99
9402.10.00
9402.90.10
9402.90.20
9402.90.90
9406.00.99
9603.21.00
96.16

**ANEXO II**

(ACRÉSCIMO NO ANEXO I DA LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011)

NCM
<u>0801.3</u>
<u>0807.1</u>
<u>1301.90.90</u>
<u>1302.19.99 (EXCLUSIVAMENTE PARA</u> <u>DERIVADOS DO CAJU)</u>
<u>36.04</u>
<u>4820.20.00</u>

NCM
<u>4901.10.00</u>
<u>4901.91.00</u>
<u>4901.99.00</u>
<u>4902.90.00</u>
<u>4903.00.00</u>
<u>4904.00.00</u>
<u>4905.10.00</u>
<u>4905.91.00</u>
<u>4905.99.00</u>
<u>8526.10.00</u>
<u>8526.92.00</u>
<u>8543.70.99</u>
<u>9023.00.00</u>
<u>CAPÍTULO 93</u>
<u>9619.00.00</u>

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 582, de 2012, publicada no DOU  
– Seção I, de 21/9/2012)

**EMENTA:** “Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 25/9/2012.

Publicação no DSF de 26/9/2012.

Instalação: 17/10/2012.

- Presidente: Senador Walter Pinheiro
- Vice-Presidente: Deputado Vanderlei Siraque
- Relator: Deputado Marcelo Castro
- Relator Revisor: Senador Francisco Dornelles

**Resultado na Comissão Mista:**

Em 13/12/2012, Parecer nº 1, de 2013-CN, do Deputado Marcelo Castro, que conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 582, de 2012; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória e das emendas apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, acatando total ou parcialmente as Emendas nºs 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 42, 61, 67, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 130, 134, 146, 149, 153 e 154, na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013, e pela rejeição das demais Emendas.

Publicação no DSF de 8/2/2013

Disponível em: (<http://www.scnado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=122496&c=PDF>).

**ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Ofício CN nº 50, de 19/2/2013

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

Recebimento: 19/2/2013

Publicação no DCD de 20/2/2013

**Resultado na Câmara dos Deputados:**

Em 20/2/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 582, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013, adotado pela Comissão Mista, ressalvados os destaques. Mantido o texto do inciso XV do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, constante no art. 1º do Projeto de Lei de Conversão, aprovadas as Emendas nºs 60 e 152, rejeitada a Emenda nº 142 e suprimido o art. 22 do Projeto de Lei de Conversão, objetos de destaques. Aprovada a Redação Final, Relator Dep. Marcelo Castro. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 21/2/2013

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?jsessionid=F7D799C4DC48C3BD43C16C11ADE5F1E6.node2?codteor=1059517&filename=Tramitacao-MPV+582/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=F7D799C4DC48C3BD43C16C11ADE5F1E6.node2?codteor=1059517&filename=Tramitacao-MPV+582/2012))

**ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:**

Ofício PS-GSE nº 25, 20/2/2013

**TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:**

Leitura: 20/2/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013, à Medida Provisória nº 582, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 21/2/2013

**Resultado no Senado Federal:**

Em 27/2/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados – Projeto de Conversão nº 1, de 2013. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem CN nº 4, de 12 de março de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 9, de 2013**

**(Mensagem nº 21, de 2013-CN)**

aposto ao

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2013****Norma gerada:**

Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 3/4/2013

**Partes vetadas do projeto:**

- inciso V do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso VI do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso VII do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso VIII do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso IX do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso X do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso XIII do § 3º art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso XIV do § 3º art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso XV do § 3º art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso XVI do § 3º art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 7º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 6º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 7º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 8º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- § 9º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso III do art. 2º;
- Código NCM 0801.3 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 0807.1 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 1301.90.90 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 1302.19.99 (exclusivamente para derivados do caju) acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 36.04 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4820.20.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4901.10.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4901.91.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4901.99.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4902.90.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4903.00.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4904.00.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4905.10.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;



- Código NCM 4905.91.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 4905.99.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 8526.10.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 8526.92.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 8543.70.99 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 9023.00.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Códigos NCM contidos no Capítulo 93 acrescidos ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- Código NCM 9619.00.00 acrescido ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pelo Anexo II, com a redação dada pelo inciso III do art. 2º do projeto de lei de conversão;
- inciso II do art. 3º;
- alínea “d” do inciso I do § 6º do art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- alínea “c” do inciso II do § 6º do art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- *caput* do art. 13 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pelo art. 20 do projeto;
- inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pelo art. 20 do projeto;
- *caput* do parágrafo único do art. 21;
- inciso I do parágrafo único do art. 21; e
- inciso II do parágrafo único do art. 21.

## **VETO PARCIAL Nº 10, DE 2013**

aposto ao  
**Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009**  
**(nº 5.395/2009, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 24/2013-CN – nº 119/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.395, de 2009 (nº 280/09 no Senado Federal), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Educação manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Parágrafo 7º do art. 62 e art. 87-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inseridos pelo art. 1º do projeto de lei:**

“§ 7º Os docentes com a formação em nível médio na modalidade normal terão prazo de 6 (seis) anos, contado da posse em cargo docente da rede pública de ensino, para a conclusão de curso de licenciatura de graduação plena.”

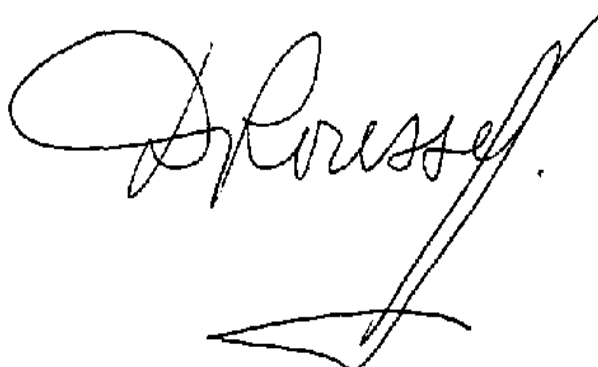
“Art. 87-A. O disposto no § 7º do art. 62 não se aplica aos docentes com formação em nível médio na modalidade normal que se encontrarem em exercício na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental, em rede pública, na data da publicação desta Lei.”

**Razões do veto**

“O texto não prevê consequências ao descumprimento da regra, gerando incerteza sobre o destino do profissional que não concluir os estudos no prazo determinado. Além disso, diante da significativa expansão de vagas na educação infantil, a exigência de formação em nível superior para essa etapa, no curto prazo apresentado pela medida, atinge sobremaneira as redes municipais de ensino, sem a devida análise de viabilidade de absorção desse impacto.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Afonso", with a large, stylized flourish extending from the end of the name.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009  
(nº 5.395/2009, na Casa de origem)**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....  
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (NR)

“Art. 4º .....

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

.....  
VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

..... " (NR)

"Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

..... " (NR)

"Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade." (NR)

"Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

..... " (NR)

"Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade." (NR)

"Art. 30. ....

.....

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade." (NR)

"Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança." (NR)

"Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

..... " (NR)

"Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

..... " (NR)

"Art. 60. ....

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo." (NR)

"Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

.....



§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE.

§ 7º Os docentes com a formação em nível médio na modalidade normal terão prazo de 6 (seis) anos, contado da posse em cargo docente da rede pública de ensino, para a conclusão de curso de licenciatura de graduação plena.” (NR)

“Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação."

"Art. 67. ....

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação." (NR)

"Art. 87. ....

§ 2º (Revogado).

§ 3º .....

I - (revogado);

§ 4º (Revogado).

..... " (NR)

"Art. 87-A. O disposto no § 7º do art. 62 não se aplica aos docentes com formação em nível médio na modalidade normal que se encontrarem em exercício na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental, em rede pública, na data da publicação desta Lei."

Art. 2º Revogam-se o § 2º, o inciso I do § 3º e o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009**  
(nº 5.395/2009, na Casa de origem)

**EMENTA:** “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências”.

**AUTOR:** Presidente da República

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO :**

Leitura: 9/6/2009

Publicação no DCD de 20/6/2009

**Comissões:**

Educação e de Cultura

**Relatores:**

- Deputado Iran Barbosa

Parecer pela aprovação deste projeto, na forma do Substitutivo, que apresenta.

Parecer às Emendas de Plenário que conclui pela aprovação da Emenda nº 2, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3 e 4.

Publicação no DCD de 22/10/2009

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=742682&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=742682&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado Maurício Quintella Lessa  
Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, com emendas.

Parecer às Emendas de Plenário que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 4.

Publicação no DCD de 22/10/2009

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=742682&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=742682&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

- Deputado Mauricio Quintella Lessa  
(Redação Final)

Publicação no DCD de 22/10/2009

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=708157&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=708157&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

Resultado na Câmara dos Deputados: em 21/10/2009, em Plenário, aprovado o Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Educação e Cultura, ressalvados os destaques. Aprovadas as Emendas n°s 1 e 2 oferecidas pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovada a Emenda de Plenário n° 2. Rejeitadas as Emendas de Plenário n°s 1, 3 e 4. Aprovado o art. 62 constante do PL n° 3.971, de 2008 (tramitando em conjunto), em substituição ao texto do *caput* e § 4º do artigo 62 do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Educação e Cultura. Aprovada a Redação Final, Relator Dep. Maurício Quintella Lessa. A matéria vai ao Senado Federal.

## ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE n° 1.193, de 29/10/2009

## SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:

Leitura: 3/11/2009

Publicação no DSF de 4/11/2009 .

Comissões:

Educação, Cultura e Esporte

Relatores:

- Senadora Fátima Cleide

Parecer n° 992/2010-CE - favorável ao projeto, nos termos de Substitutivo (Emenda n° 1-CE) e pelo arquivamento do PLS n° 54, de 2007, que tramita em conjunto.

Publicação no DSF de 7/7/2010

Diretora

Disponível em : (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=07/07/2010&p=34351&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

- Senadora Serys Slhessarenko  
Parecer nº 1.025/2010-CDIR -  
oferecendo a redação do vencido para  
o turno suplementar.

Publicação no DSF de 8/7/2010

Disponível em : ([http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf\\_icon.gif](http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf_icon.gif))

Resultado no Senado Federal: em 7/7/2010, em Plenário, aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1 - CE), ficando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2007, que tramitava em conjunto. Aprovado o Substitutivo em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

#### ENCAMINHAMENTO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício SF nº 1.530, de 16/7/2010

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO:

Leitura: 20/7/2010

Publicação no DCD de 5/8/2010

#### Comissões:

Educação e de Cultura

#### Relatores:

- Deputada Fátima Bezerra

Parecer pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal, apresentando 4 subemendas.

Publicação no DCD de 16/12/2011

Disponível em : ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=945003&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=945003&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado José Mentor

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado e das subemendas da Comissão de Educação e Cultura

Publicação no DCD de 16/12/2011

Disponível em : ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=949007&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=949007&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

- Deputado José Mentor

(Redação Final)

DCD de 13/3/2013

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1065180&filename=Tramitacao-PL+5395/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1065180&filename=Tramitacao-PL+5395/2009))

Resultado na Câmara dos Deputados: em 12/3/2013, em Plenário, aprovados o Substitutivo do Senado Federal ao projeto e as Subemendas de Redação nºs 1 a 3 da Comissão de Educação e Cultura, adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. À sanção.

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 3, de 14 de março de 2013

**VETO PARCIAL Nº 10, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009**

**(Mensagem nº 24/2013-CN)**

Norma gerada : Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 5/4/2013

Partes vetadas no projeto :

- § 7º do art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; e

- art. 87-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.

## **VETO TOTAL Nº 11, DE 2013**

aposto ao  
**Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010**  
**(nº 2.192/2003, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 28/2013-CN – nº 163/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 119, de 2010 (nº 2.192/03 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Trabalho e Emprego e da Saúde manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

“A redução da jornada semanal proposta impacta o orçamento dos entes públicos, notadamente municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do SUS. Além disso, eleva o custo para o setor privado de saúde, que poderá ser repassado ao usuário. Por fim, a negociação coletiva permite a harmonização dos interesses dos gestores da saúde e representantes da categoria profissional.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 2013.





**PROJETO VETADO:****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2010**  
**(nº 2.192/2003, na Casa de origem)**

Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei fixa em 30 (trinta) horas a jornada semanal de trabalho do Fonoaudiólogo.

**Art. 2º** O art. 1º da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo e determina outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1º.....

§ 1º .....

§ 2º A jornada de trabalho do Fonoaudiólogo é de, no máximo, 30 (trinta) horas semanais, sendo vedada a redução de salários para a categoria.”(NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2010**  
(nº 2.192/2003, na Casa de origem)

**EMENTA:** “Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981”.

**AUTOR:** Deputado Carlos Sampaio

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

Leitura: 8/10/2003

Publicação no DCD de 22/10/2003

Comissões:

Seguridade Social e Família

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Relatores:

- Deputado Homero Barreto

Parecer pela aprovação deste projeto, com emenda, e pela rejeição do PL nº 2.688, de 2003, apensado.

Publicação no DCD de 15/7/2005

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=353917&filename=Tramitacao-PL+2192/2003](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=353917&filename=Tramitacao-PL+2192/2003))

- Deputado Carlos Santana

Parecer pela aprovação deste projeto, com emenda da CSSF, e pela rejeição do PL nº 2.688, de 2003, apensado.

Publicação no DCD de 10/8/2007

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=433083&filename=Tramitacao-PL+2192/2003](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=433083&filename=Tramitacao-PL+2192/2003))

Comissões: (continuação)

Constituição e Justiça e de Cidadania

Relatores: (continuação)

- Dep. Mendes Ribeiro Filho

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, com substitutivo, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, e do PL nº 2.688, de 2003, apensado, com substitutivo.

Publicação no DCD de 27/4/2010

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=794732&filename=Tramitacao-PL+2192/2003](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=794732&filename=Tramitacao-PL+2192/2003))

- Deputado Paulo Magalhães  
(Redação Final)

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=775675&filename=Tramitacao-PL+2192/2003](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F2D7572F35D49FD66CD86B063BEE93C9.node2?codteor=775675&filename=Tramitacao-PL+2192/2003))

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 20/5/2010, desapensado automaticamente o PL nº 2.688, de 2003, em face de seu arquivamento.

Em 8/6/2010, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovação da Redação Final. Tramitação com apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria será despachada ao Senado Federal.

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 637, de 24/6/2010

**SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:**

Leitura: 30/6/2010

Publicação no DSF de 1º/7/2010

Comissão:

Assuntos Sociais

Relator:

- Senadora Marta Suplicy

Parecer nº 893, de 2011-CAS – pela aprovação da matéria.

Publicação no DSF de 7/9/2011

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=07/09/2011&p=36724&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

**Resultado no Senado Federal:**

Em 15/9/2011, a Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 15, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que o presente projeto seja submetido ao Plenário.

Em 26/3/2013, aprovado o projeto, sem modificações. À sanção.

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem SF nº 33, de 5/4/2013

**VETO TOTAL Nº 11, DE 2013**

**(Mensagem nº 28/2013-CN)**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010**

**Veto publicado no D.O.U. - Seção 1, de 25/4/2013**

## **VETO PARCIAL Nº 12, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 587, de 2012)

**(Mensagem nº 29/2013-CN – nº 171/2013, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Conversão nº 3, de 2013 (MP nº 587/12), que “Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 5º**

“Art. 5º O **caput** do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 8º Farão jus ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e de culturas destinadas à alimentação animal, sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo.  
.....’ (NR)”

### **Razões do veto**

“Ao revogar a previsão que possibilita ao órgão gestor do Fundo Garantia-Safra estender o benefício a outras culturas, o dispositivo restringe a aplicação do programa a outras regiões do País, em especial a região Norte, onde há cultivos diferentes dos previstos na lei atual.”

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, opinaram ainda, pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

**Art. 8º**

“Art. 8º Fica a União autorizada a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar na região Nordeste, afetados pela estiagem referente à safra 2011/2012.

§ 1º Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerão, em conjunto, as condições operacionais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção prevista no **caput** deste artigo, devendo observar o seguinte:

I - a subvenção será concedida aos produtores fornecedores independentes diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e às destilarias da região Nordeste, excluindo-se a produção própria das unidades agroindustriais, bem como a produção dos respectivos sócios e acionistas;

II - a subvenção será de R\$ 10,00 (dez reais) por tonelada de cana-de-açúcar e limitada a 10.000 t (dez mil toneladas) por produtor fornecedor independente em toda a safra 2011/2012;

III - o pagamento da subvenção será realizado em 2013 e em 2014, referente à produção da safra 2011/2012 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo.

§ 2º Os custos decorrentes da subvenção prevista neste artigo serão suportados pela ação correspondente à Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, do orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º O pagamento da subvenção deverá ser realizado mediante apresentação da nota fiscal à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, comprovando a venda da cana-de-açúcar às unidades agroindustriais da região Nordeste.”

**Razões do veto**

“A subvenção de que trata o dispositivo não está acompanhada da devida previsão de impacto financeiro e consequente indicação da origem dos recursos que financiarão essas despesas, em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o Ministério da Fazenda conduzirá discussões com o setor produtivo e os Estados do Nordeste para definir políticas de apoio à atividade agrícola na região.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 7 de maio de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2013  
(oriundo da Medida Provisória nº 587/2012)**

Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Excepcionalmente, para a safra 2011/2012, fica o Fundo Garantia-Safra autorizado a pagar adicional ao Benefício Garantia-Safra estabelecido no art. 1º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, no valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) por família, aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e que tiveram perda de safra em razão de estiagem, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.

Parágrafo único. O pagamento do adicional ao Benefício será feito em 4 (quatro) parcelas mensais subsequentes ao pagamento dos benefícios estabelecidos para a safra 2011/2012.

**Art. 2º** Fica a União autorizada a dar aporte ao Fundo Garantia-Safra dos recursos necessários ao integral desembolso do adicional estabelecido no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Ao aporte referido no **caput** deste artigo não se aplica o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.

**Art. 3º** Excepcionalmente, na safra de 2012/2013, a adesão dos agricultores ao Fundo Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, até 30 de dezembro de 2012, não será condicionada ao disposto no inciso I do **caput** do art. 10 da mesma Lei.

**Art. 4º** Fica autorizada, excepcionalmente, para desastres ocorridos no ano de 2012, a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro a que se refere o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, em até R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por família.

**Art. 5º** O **caput** do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Farão jus ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e de culturas



destinadas à alimentação animal, sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo.

..... "(NR)

**Art. 6º** Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada, em caráter excepcional no ano de 2013, a adquirir até 550.000 t (quinhentos e cinquenta mil toneladas) de milho em grãos, ao preço de mercado, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, para recomposição dos estoques públicos com o objetivo de venda direta a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Parágrafo único. A venda direta de que trata o **caput** deste artigo deverá destinar-se, exclusivamente, à alimentação das criações de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos.

**Art. 7º** Para as aquisições de que trata o art. 6º desta Lei, os Ministérios da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Planejamento, Orçamento e Gestão definirão:

- I – a quantidade mensal de milho a ser adquirida;
- II – a metodologia a ser utilizada nos leilões de aquisição;
- III – os limites e condições da venda do produto adquirido; e
- IV – outras disposições necessárias à sua implementação.

Parágrafo único. Fica autorizada a inclusão nos leilões de que trata o art. 6º desta Lei dos custos relativos ao preço da sacaria e da remoção do produto para as localidades de entrega definidas pela Conab.

**Art. 8º** Fica a União autorizada a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar na região Nordeste, afetados pela estiagem referente à safra 2011/2012.

§ 1º Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerão, em conjunto, as condições operacionais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção prevista no **caput** deste artigo, devendo observar o seguinte:

I - a subvenção será concedida aos produtores fornecedores independentes diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e às destilarias da região Nordeste, excluindo-se a produção própria das unidades agroindustriais, bem como a produção dos respectivos sócios e acionistas;

II - a subvenção será de R\$ 10,00 (dez reais) por tonelada de cana-de-açúcar e limitada a 10.000 t (dez mil toneladas) por produtor fornecedor independente em toda a safra 2011/2012;

III - o pagamento da subvenção será realizado em 2013 e em 2014, referente à produção da safra 2011/2012 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo.

§ 2º Os custos decorrentes da subvenção prevista neste artigo serão suportados pela ação correspondente à Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, do orçamento das Operações Oficiais de Crédito, sob a coordenação do Ministério da Fazenda.

§ 3º O pagamento da subvenção deverá ser realizado mediante apresentação da nota fiscal à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, comprovando a venda da cana-de-açúcar às unidades agroindustriais da região Nordeste.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Fica revogado o inciso VI do art. 10 da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 587, de 2012, publicada no DOU  
– Seção I, Edição Extra, de 12/11/2012)

**EMENTA:** “Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e dá outras providências”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

**Designação:** 14/11/2012

Publicação no DSF de 15/11/2012

**Instalação:** 21/11/2012

- Presidente: Senador Cyro Miranda
- Vice-Presidente: Deputado Afonso Florence
- Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos
- Relator Revisor: Senador Jayme Campos

**Prorrogação do prazo de vigência da Medida:**

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 2013
- Publicação: 7/2/2013

**Resultado na Comissão Mista:**

Em 6/3/2013, é aprovado o relatório do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que passa a constituir Parecer nº 4, de 2013-CN, da Comissão Mista, concluindo pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da matéria e das emendas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, com o texto resultante das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013, bem como pela aprovação total ou parcial das Emendas nºs 10, 16 e 22, oferecidas à Medida Provisória nº 587/2012, e nºs 4, 8, 9, 18, 19 e 24, oferecidas à Medida Provisória nº 603, de 2013, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, que apresenta. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 8/3/2013

Disponível em: ([http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf\\_icon.gif](http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf_icon.gif))

**ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Ofício CN nº 192, de 12/3/2013

## CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 13/3/2013

Publicação no DCD de 15/3/2013

### Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 19/3/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 587, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, adotado pela Comissão Mista. Aprovada a Redação Final, Relator Dep. Raimundo Gomes de Matos. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 20/3/2013

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=89E62BC15D55170B0280C24D445085C3.node1?codteor=1067553&filename=Tramitacao-MPV+587/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=89E62BC15D55170B0280C24D445085C3.node1?codteor=1067553&filename=Tramitacao-MPV+587/2012))

## ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 44, 20/3/2013

## TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

Leitura: 26/3/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, à Medida Provisória nº 587, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 27/3/2013

### Resultado no Senado Federal:

Em 4/4/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados – Projeto de Conversão nº 3, de 2013. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 5/4/2013

## ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CN nº 14, de 16 de abril de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 12, de 2013**  
**(Mensagem nº 29, de 2013-CN)**  
aposto ao  
**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2013**

Norma gerada: Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013  
D.O.U. – Seção 1, de 8/5/2013

Partes vetadas do projeto:

- *caput* do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;
- *caput* do art. 8º;
- *caput* do § 1º do art. 8º;
- inciso I do § 1º do art. 8º;
- inciso II do § 1º do art. 8º;
- inciso III do § 1º do art. 8º;
- § 2º do art. 8º; e
- § 3º do art. 8º.

## **VETO PARCIAL Nº 13, DE 2013**

aposto ao

### **Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013**

(oriundo da Medida Provisória nº 589, de 2012)

**(Mensagem nº 32/2013-CN – nº 182/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013 (MP nº 589/12), que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

#### **Art. 11**

“Art. 11. Ficam a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio da circunscrição do requerente, responsáveis pela gestão e atualização constante dos dados referentes às dívidas previdenciárias do ente, devendo disponibilizar, por meio de sistemas informatizados, de maneira permanente, informações sobre o montante das dívidas, formas de parcelamento, juros e encargos incidentes, de modo a possibilitar o acompanhamento da evolução desses débitos.”

**Razões do veto**

“As atribuições legais dos órgãos já os obrigam à atualização constante dos dados referentes às dívidas previdenciárias. Além disso, a Receita Federal do Brasil já disponibiliza esses dados por meio eletrônico.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 15 de maio de 2013.





PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2013**  
**(oriundo da Medida Provisória nº 589/2012)**

Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas *a* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às respectivas obrigações acessórias, provenientes de competências vencidas até 28 de fevereiro de 2013, inclusive décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no respectivo Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, ou em prestações equivalentes a 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do Estado, do Distrito Federal ou do Município, o que for de menor prestação.

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 28 de fevereiro de 2013, que forem apurados posteriormente, serão incorporados ao parcelamento de que trata o **caput**, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

§ 3º Os contribuintes que tiverem optado pelos parcelamentos previstos no art. 1º da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, poderão optar, na forma de

regulamento, pelo parcelamento dos respectivos débitos segundo as regras previstas neste artigo até o último dia útil do 3º (terceiro) mês subsequente ao da publicação desta Lei.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Lei, entende-se como receita corrente líquida aquela definida nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º O percentual de 1% (um por cento) será aplicado sobre a média mensal da receita corrente líquida referente ao ano anterior ao do vencimento da parcela, publicada de acordo com o previsto nos arts. 52, 53 e 63 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º Para fins de cálculo das parcelas mensais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios obrigam-se a encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, o demonstrativo de apuração da receita corrente líquida de que trata o inciso I do **caput** do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º As parcelas com vencimento em janeiro, fevereiro e março de cada ano serão aplicados os limites utilizados no ano anterior, nos termos do § 1º.

§ 4º As informações de que trata o § 2º, prestadas pelo ente político, poderão ser revistas de ofício.

**Art. 3º** A adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei implica autorização pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município para a retenção, no FPE ou no FPM, e repasse à União do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

§ 1º A retenção e o repasse serão efetuados a partir do mês seguinte ao vencimento da obrigação previdenciária não paga, com a incidência dos encargos legais devidos até a data da retenção.

§ 2º Na hipótese de não apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP no prazo legal, o valor a ser retido nos termos do § 1º corresponderá à média das últimas 12 (doze) competências recolhidas ou devidas, sem prejuízo da cobrança, da restituição ou da compensação de eventuais diferenças.

§ 3º A retenção e o repasse do FPE ou do FPM serão efetuados obedecendo-se à seguinte ordem de preferência:

- I - as obrigações correntes não pagas no vencimento;
- II - as prestações do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei; e
- III - as prestações dos demais parcelamentos que tenham essa previsão.

§ 4º Na hipótese de o FPE ou o FPM não ser suficiente para retenção do somatório dos valores correspondentes às obrigações devidas na forma do § 3º, o valor da diferença não retida deverá ser recolhido por meio de Guia da Previdência Social - GPS.

**Art. 4º** O deferimento do pedido de parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei fica condicionado à apresentação pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da receita corrente líquida do ano calendário anterior ao da publicação desta Lei.



**Art. 5º** As prestações do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei serão exigíveis mensalmente, a partir do último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês do seu pedido.

**Art. 6º** O parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei será rescindido nas seguintes hipóteses:

I - falta de recolhimento de diferença não retida no FPE ou no FPM por 3 (três) meses, consecutivos ou alternados;

II - inadimplência de débitos referente aos tributos abrangidos pelo parcelamento com competência igual ou posterior a março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de diferença de débito correspondente à obrigação previdenciária abrangida pelo parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei, salvo se integralmente pago no prazo de 60 (sessenta dias), contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial; ou

IV - falta de apresentação das informações relativas ao demonstrativo de apuração da receita corrente líquida referido no § 2º do art. 2º.

Parágrafo único. A critério do ente político, a diferença de que trata o inciso III do **caput** poderá ser incluída no parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** Os pedidos de parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser formalizados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 1º A existência de outras modalidades de parcelamento em curso não impede a concessão do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º Ao ser protocolado pelo ente federativo o pedido de parcelamento, fica suspensa a exigibilidade dos débitos incluídos no parcelamento perante a Fazenda Nacional, que emitirá certidão positiva do ente, com efeito negativo, em relação aos referidos débitos.

§ 3º Em seguida à formalização do pedido de parcelamento e até que seja consolidado o débito e calculado o valor das parcelas a serem pagas na forma do art. 1º desta Lei, será retido o correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da média mensal da receita corrente líquida do ano anterior do respectivo Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, como antecipação dos pagamentos a serem efetuados no momento do início efetivo do parcelamento.

§ 4º A adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei não afeta os termos e condições de abatimentos e reduções de parcelamentos concedidos anteriormente.

**Art. 8º** Ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 12, 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

**Art. 9º** A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito das respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

**Art. 10.** A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 32-B:

“Art. 32-B. Os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações e as empresas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujas Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos estão definidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam obrigados, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, a apresentar:

- I - a contabilidade entregue ao Tribunal de Controle Externo; e
- II - a folha de pagamento.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** deverão ser apresentadas até o dia 30 de abril do ano seguinte ao encerramento do exercício.”

**Art. 11.** Ficam a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio da circunscrição do requerente, responsáveis pela gestão e atualização constante dos dados referentes às dívidas previdenciárias do ente, devendo disponibilizar, por meio de sistemas informatizados, de maneira permanente, informações sobre o montante das dívidas, formas de parcelamento, juros e encargos incidentes, de modo a possibilitar o acompanhamento da evolução desses débitos.

**Art. 12.** Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 28 de fevereiro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União.

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 28 de fevereiro de 2013, que forem apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata o **caput**, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais.

§ 3º Os pedidos de parcelamento de que trata o **caput** deste artigo deverão ser formalizados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.



§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata o **caput**.

**Art. 13.** O art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art.2º.....

.....  
§ 7º Excluem-se do disposto no inciso III do **caput** deste artigo os valores de transferências decorrentes de convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere com objeto definido.”(NR)

**Art. 14.** O art. 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º No caso de doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros, na forma estabelecida em regulamento, há isenção da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

.....”(NR)

**Art. 15.** O art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais ou ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objetos de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.”(NR)

**Art. 16.** A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-A:

“Art. 26-A. O órgão ou entidade que receber recursos para execução de convênios, contratos de repasse e termos de parcerias na forma estabelecida pela legislação federal estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se o disposto nos §§ 1º a 10 deste artigo.

§ 1º Norma específica disporá sobre o prazo para prestação de contas e instauração de tomada de contas especial, se for o caso.

§ 2º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, será concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

§ 3º Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência de juros de mora, mas com os rendimentos da aplicação financeira.

§ 4º Apresentada a prestação de contas, o concedente deverá apreciá-la aprovando ou rejeitando, total ou parcialmente, as contas, de forma motivada.

§ 5º Na ocorrência de uma das hipóteses de inadimplência previstas nos §§ 1º a 4º, ou no caso de as contas prestadas serem rejeitadas total ou parcialmente, o concedente registrará a inadimplência no sistema de gestão do instrumento e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial, ou outro procedimento de apuração no qual sejam garantidos oportunizados o contraditório e a ampla defesa das partes envolvidas.

§ 6º Confirmada a existência de prejuízo ao erário ou desvio dos recursos na forma do § 5º, serão implementadas medidas administrativas ou judiciais para recuperação dos valores, sob pena de responsabilização solidária.

§ 7º Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestarem contas dos recursos provenientes de convênios, contratos de repasse e termos de parcerias firmados pelos seus antecessores.

§ 8º Na impossibilidade de atender ao disposto no § 7º, deverão ser apresentadas ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e solicitação de instauração de tomada de contas especial.

§ 9º Adotada a providência prevista no § 8º, o registro de inadimplência do órgão ou entidade será suspenso, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, pelo concedente.

§ 10. Norma específica disporá sobre o prazo para registro de inadimplência no sistema de gestão do instrumento e a forma de notificação prévia com os referidos prazos.”

**Art. 17.** O art. 56 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º:

“Art.56.....  
§ 1º (Revogado pela Medida Provisória nº 2187-13, de 2001).

§ 2º Os recursos do FPE e do FPM não transferidos em decorrência da aplicação do **caput** deste artigo poderão ser utilizados para quitação, total ou parcial, dos débitos relativos às contribuições de que tratam as alíneas *a* e *c* do parágrafo único do art. 11 desta Lei, a pedido do representante legal do Estado, Distrito Federal ou Município.”(NR)



**Art. 18.** Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de som e imagens transmitidos com tecnologia digital controlarão seus sinais de áudio de modo que não haja elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.”(NR)

“Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades prescritas no Código Brasileiro de Comunicações.”(NR)

**Art. 19.** O art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.60.....

§ 2º A partir de 1º de abril de 2013, em relação às operadoras e agências de viagem não se aplica o limite previsto no § 1º, desde que cadastradas no Ministério do Turismo e que as operações previstas no **caput** sejam realizadas por intermédio de instituição financeira domiciliada no País.

§ 3º O Poder Executivo disporá sobre os limites e as condições para utilização do benefício.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”(NR)

**Art. 20.** Os arts. 2º, 3º e 4º-A da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º.....

§ 2º As instituições financeiras públicas federais que se enquadrem nas disposições do § 5º do art. 1º desta Lei poderão atuar no PNMPO por intermédio de sociedade na qual participe direta ou indiretamente, desde que tal sociedade tenha por objeto prestar serviços necessários à contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e que esses serviços não representem atividades privativas de instituições financeiras, devendo essa sociedade habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º Para o atendimento do disposto no § 2º deste artigo, as instituições financeiras públicas federais, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir sociedade ou adquirir participação em sociedade sediada no Brasil, sendo vedada a aquisição das instituições de microcrédito produtivo orientado relacionadas no § 6º do art. 1º desta Lei.

I – (revogado);



II – (revogado);

III – (revogado);

IV – (revogado).

§ 4º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf com agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, desde que obedecem à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPO.

§ 5º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 4º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de conta de poupança;

II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos, de financiamentos e de renegociação;

III - elaboração e análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral e dos instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente;

IV - execução de serviços de cobrança não judicial;

V - realização de visitas de acompanhamento e de orientação, e elaboração dos respectivos laudos e/ou relatórios;

VI - guarda de documentos, na qualidade de fiel depositário.”(NR)

“Art.3º.....

.....  
III - os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado e das sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei, no PNMPO, dentre os quais deverão constar:

.....  
§ 1º.....

.....  
III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado, nas sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei e nos tomadores finais dos recursos;

.....”(NR)

“Art. 4º-A.....

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** fica limitada à respectiva dotação orçamentária fixada para o exercício.

.....”(NR)

**Art. 21.** A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 285-B:

“Art. 285-B. Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.

Parágrafo único. O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados.”

**Art. 22.** Compete ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito das respectivas competências:

I - autorizar e supervisionar o exercício da atividade de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários; e

II - estabelecer as condições para o exercício da atividade prevista no inciso I.

**Art. 23.** O depósito centralizado, realizado por entidades qualificadas como depositários centrais, compreende a guarda centralizada de ativos financeiros e de valores mobiliários, fungíveis e infungíveis, o controle de sua titularidade efetiva e o tratamento de seus eventos.

Parágrafo único. As entidades referidas no **caput** são responsáveis pela integridade dos sistemas por elas mantidos e dos registros correspondentes aos ativos financeiros e valores mobiliários sob sua guarda centralizada.

**Art. 24.** Para fins do depósito centralizado, os ativos financeiros e valores mobiliários, em forma física ou eletrônica, serão transferidos no regime de titularidade fiduciária para o depositário central.

§ 1º A constituição e a extinção da titularidade fiduciária em favor do depositário central serão realizadas, inclusive para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, exclusivamente com a inclusão e a baixa dos ativos financeiros e valores mobiliários nos controles de titularidade da entidade.

§ 2º Os registros do emissor ou do escriturador dos ativos financeiros e dos valores mobiliários devem refletir fielmente os controles de titularidade do depositário central.

§ 3º Os ativos financeiros e valores mobiliários transferidos na forma do **caput**:

I - não se comunicarão com o patrimônio geral ou com outros patrimônios especiais das entidades qualificadas como depositário central;

II - devem permanecer nas contas de depósito centralizado em nome do respectivo titular efetivo ou, quando admitido pela regulamentação pertinente, de seu representante, até que sejam resgatados, retirados de circulação ou restituídos aos seus titulares efetivos; e

III - não são passíveis de constituição de garantia pelas entidades qualificadas como depositários centrais e não respondem pelas suas obrigações.



§ 4º O depositário central não pode dispor dos ativos financeiros e dos valores mobiliários recebidos em titularidade fiduciária e fica obrigado a restituí-los ao seu titular efetivo ou, quando admitido pela regulamentação pertinente, ao seu representante, com todos os direitos e ônus que lhes tiverem sido atribuídos enquanto mantidos em depósito centralizado.

**Art. 25.** A titularidade efetiva dos ativos financeiros e dos valores mobiliários objeto de depósito centralizado se presume pelos controles de titularidade mantidos pelo depositário central.

Parágrafo único. A transferência dos ativos financeiros e dos valores mobiliários de que trata o **caput** dá-se exclusivamente em conformidade com instruções recebidas.

**Art. 26.** Aplica-se o disposto no art. 63-A da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, à constituição de quaisquer gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de depósito centralizado, independentemente da natureza do negócio jurídico a que digam respeito.

**Art. 27.** Permanece aplicável às ações e aos valores mobiliários emitidos com amparo no regime da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o disposto no seu art. 41, observando-se, no que couber, os procedimentos fixados nesta Lei.

**Art. 28.** Compete ainda ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito das respectivas competências:

I - autorizar e supervisionar o exercício da atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários; e

II - estabelecer as condições para o exercício da atividade prevista no inciso I.

Parágrafo único. O registro de ativos financeiros e de valores mobiliários compreende a escrituração, o armazenamento e a publicidade de informações referentes a transações financeiras, ressalvados os sigilos legais.

**Art. 29.** Aplicam-se às entidades autorizadas a exercer a atividade de depósito centralizado e às entidades autorizadas a exercer a atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, e a seus administradores e membros de conselhos fiscais, consultivos e assemelhados, as mesmas penalidades, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias previstos na legislação especial aplicável às câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação.

**Art. 30.** O § 2º do art. 34 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34.....  
.....

§ 2º Somente as instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários podem manter serviços de escrituração de ações e de outros valores mobiliários.

.....”(NR)

**Art. 31.** O **caput** do art. 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. Compete à Comissão autorizar a atividade de custódia de valores mobiliários, cujo exercício será privativo das instituições financeiras, entidades de compensação e das entidades autorizadas, na forma da lei, a prestar serviços de depósito centralizado.

.....”(NR)

**Art. 32.** O art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.167.....

II - .....

30. da sub-rogação de dívida, da respectiva garantia fiduciária ou hipotecária e da alteração das condições contratuais, em nome do credor que venha a assumir tal condição na forma do disposto pelo art. 31 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, ou do art. 347 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, realizada em ato único, a requerimento do interessado instruído com documento comprobatório firmado pelo credor original e pelo mutuário.”(NR)

**Art. 33.** O art. 31 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 31.....

Parágrafo único. Nos casos de transferência de financiamento para outra instituição financeira, o pagamento da dívida à instituição credora original poderá ser feito, a favor do mutuário, pela nova instituição credora.”(NR)

**Art. 34.** A Lei nº 9.514, de 20 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo II-A:

#### “CAPÍTULO II-A DO REFINANCIAMENTO COM TRANSFERÊNCIA DE CREDOR

**Art. 33-A.** A transferência de dívida de financiamento imobiliário com garantia real, de um credor para outro, inclusive sob a forma de sub-rogação, obriga o credor original a emitir documento que ateste, para todos os fins de direito, inclusive para efeito de averbação, a validade da transferência.

Parágrafo único. A emissão do documento será feita no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a quitação da dívida original.

**Art. 33-B.** Para fins de efetivação do disposto no art. 33-A, a nova instituição credora deverá informar à instituição credora original, por documento escrito ou, quando solicitado, eletrônico, as condições de financiamento oferecidas ao mutuário, inclusive as seguintes:

I - a taxa de juros do financiamento;



- II - o custo efetivo total;
- III - o prazo da operação;
- IV - o sistema de pagamento utilizado; e
- V - o valor das prestações.

§ 1º A instituição credora original terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento das informações de que trata o **caput**, para solicitar à instituição proponente da transferência o envio dos recursos necessários para efetivar a transferência.

§ 2º O mutuário da instituição credora original poderá, a qualquer tempo, enquanto não encaminhada a solicitação de envio dos recursos necessários para efetivar a transferência de que trata o § 1º, decidir pela não efetivação da transferência, sendo vedada a cobrança de qualquer tipo de ônus ou custa por parte das instituições envolvidas.

§ 3º A eventual desistência do mutuário deverá ser informada à instituição credora original, que terá até 2 (dois) dias úteis para transmiti-la à instituição proponente da transferência.

Art. 33-C. O credor original deverá fornecer a terceiros, sempre que formalmente solicitado pelo mutuário, as informações sobre o crédito que se fizerem necessárias para viabilizar a transferência referida no art. 33-A.

Parágrafo único. O credor original não poderá realizar ações que impeçam, limitem ou dificultem o fornecimento das informações requeridas na forma do **caput**.

Art. 33-D. A instituição credora original poderá exigir ressarcimento financeiro pelo custo de originação da operação de crédito, o qual não poderá ser repassado ao mutuário.

§ 1º O ressarcimento disposto no **caput** deverá ser proporcional ao valor do saldo devedor apurado à época da transferência e decrescente com o decurso de prazo desde a assinatura do contrato, cabendo sua liquidação à instituição proponente da transferência.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto neste artigo, podendo inclusive limitar o ressarcimento considerando o tipo de operação de crédito ou o prazo decorrido desde a assinatura do contrato de crédito com a instituição credora original até o momento da transferência.

Art. 33-E. O Conselho Monetário Nacional e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no âmbito de suas respectivas competências, expedirão as instruções que se fizerem necessárias à execução do disposto no parágrafo único do art. 31 e nos arts. 33-A a 33-D desta Lei.

Art. 33-F. O disposto nos arts. 33-A a 33-E desta Lei não se aplica às operações de transferência de dívida decorrentes de cessão de crédito entre entidades que compõem o Sistema Financeiro da Habitação, desde que a citada transferência independa de manifestação do mutuário.”

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se os §§ 1º e 3º do art. 1º e o art. 3º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008.

Art. 37. Revoga-se o parágrafo único do art. 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 38. Revogam-se o § 3º do art. 25 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e o art. 6º da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012

(\*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 589, de 2012, publicada no DOU  
– Seção I, de 14/11/2012)

**EMENTA:** “Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 16/11/2012

Publicação no DSF de 17/11/2012

Apresentação de emendas: até 20/11/2012, prazo regimental, foram oferecidas noventa e oito emendas à Medida Provisória (DSF de 22/11/2012).  
([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/DocsComissao.asp?p\\_cod\\_mate=108819](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/DocsComissao.asp?p_cod_mate=108819))

Instalação da Comissão Mista: 20/2/2013

- Presidente: Deputado Márcio Macêdo
- Vice-Presidente: Senador José Pimentel
- Relator: Senador Romero Jucá
- Relator Revisor: Deputado João Magalhães

Prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória:

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4, de 2013
- Publicação: 7/2/2013

Resultado na Comissão Mista:

Em 2/4/2013, é aprovado o relatório do Senador Romero Jucá, que passa a constituir Parecer da Comissão Mista, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da Medida Provisória, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 589, de 2012, pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 10, 22, 26, 28, 29, 31, 34, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 62, 63, 65, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 94, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013, e pela

rejeição das Emendas nºs 3 a 9, 11 a 21, 23 a 25, 27, 30, 32, 33, 35 a 37, 44, 45, 49, 50 a 59, 60, 61, 64, 66 a 80, 83, 88, 90, 92, 93, 95 a 98. Lido o relatório são propostas alterações no Projeto de Lei de Conversão apresentado, que são acatadas pelo Relator. Aprovado o relatório do Senador Romero Jucá, que passa a constituir o Parecer nº 8, de 2013, da Comissão Mista, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013, que apresenta. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 4/4/2013

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?>)

#### ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício CN nº 224, de 5/4/2013

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 5/4/2013

Publicação no DCD de 6/4/2013

#### Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 9/4/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 589, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013 adotado pela Comissão Mista, ressalvados os destaques. Aprovada a Emenda nº 30, objeto do destaque para votação em separado. Suprimida a expressão "no prazo de até 48 horas" do § 2º do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão, objeto do destaque para votação em separado. Suprimida, também, a expressão "ao representante legal da entidade privada sem fins lucrativos" do § 7º do art. 17 do Projeto de Lei de Conversão, objeto do destaque para votação em separado

Em 10/4/2013, em Plenário, aprovada a Redação Final, Relator, Deputado João Magalhães. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação nos DCDs de 10 e 11/4/2013

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=EB04A9CFDEF26D129CFB806C27C6DE66.node1?codteor=1075967&filenome=Tramitacao-MPV+589/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EB04A9CFDEF26D129CFB806C27C6DE66.node1?codteor=1075967&filenome=Tramitacao-MPV+589/2012))

#### ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 99, 12/4/2013



### TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

Leitura: 16/4/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013, à Medida Provisória nº 589, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado.

Publicação no DSF de 17/4/2013

### Resultado no Senado Federal:

Em 18/4/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados – Projeto de Conversão nº 4, de 2013. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 19/4/2013

### ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CN nº 15, de 24 de abril de 2013.

### **VETO PARCIAL Nº 13, de 2013**

**(Mensagem nº 32, de 2013-CN)**

aposto ao

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2013**

Norma gerada: Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 16/5/2013

Parte vetada do projeto :

- art. 11.

**VETO PARCIAL Nº 14, DE 2013**  
aposto ao  
**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2012**  
(nº 7.528/2006, na Casa de origem)

**(Mensagem nº 33/2013-CN – nº 188/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 26, de 2012 (nº 7.528/06 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001”.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Arts. 7º e 15**

“Art. 7º Durante o período de impedimento de que trata o inciso II do art. 6º, não será devida por órgão ou entidade do Poder Executivo federal qualquer remuneração compensatória.

§ 1º Os agentes públicos referidos nos incisos I a IV do art. 2º não ocupantes de cargos efetivos poderão ser autorizados pela Comissão de Ética Pública a receber valor equivalente ao da remuneração do cargo, quando caracterizada, a juízo da Comissão, a impossibilidade do exercício de atividade não conflitante com o desempenho das atribuições do cargo ou emprego por eles ocupado.

§ 2º O pagamento de que trata o § 1º será de responsabilidade do órgão ou entidade ao qual o agente público se encontrava vinculado.

§ 3º Os agentes que sejam servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo ou emprego público, se não tiverem assumido outro cargo ou se aposentado, reassumirão o exercício do cargo ou emprego de origem.

§ 4º A autorização referida no § 1º será concedida mediante requerimento do agente público, que deverá ser apreciado pela Comissão no prazo de até 30 (trinta) dias, com efeitos financeiros, em caso de deferimento, a contar da data do pedido.”

“Art. 15. Ficam revogados o art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o art. 16 da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e os arts. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.”

### **Razões dos vetos**

“A vedação de que o Poder Executivo remunere o ex-ocupante de cargo ou emprego público durante o período de seis meses, no qual as restrições impostas pela lei podem vir a impedi-lo de trabalhar, não é razoável e pode levar a um desinteresse futuro na ocupação de funções públicas.”

### **Art. 14**

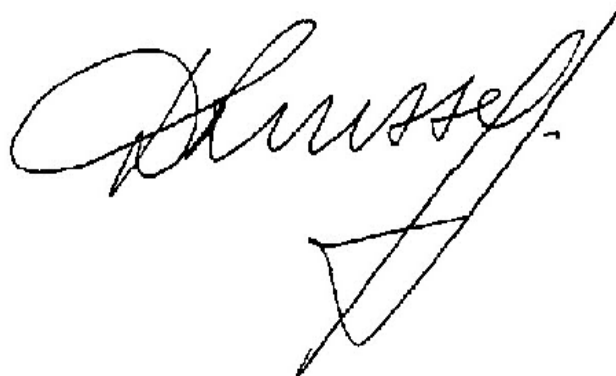
“Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

### **Razões do veto**

“A lei inova substancialmente em relação à legislação atual e a vigência imediata não permite que os órgãos se adaptem adequadamente para sua implementação. O veto faz com que o ato entre em vigor em quarenta e cinco dias, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de maio de 2013.





**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2012  
(nº 7.528/2006, na Casa de origem)**

Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

**O Congresso Nacional decreta:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto nesta Lei.

**Art. 2º** Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:

- I - de ministro de Estado;
- II - de natureza especial ou equivalentes;
- III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e
- IV - do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.

Parágrafo único. Além dos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV, sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento.



**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; e

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.

**Art. 4º** O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

## CAPÍTULO II

### DAS SITUAÇÕES QUE CONFIGURAM CONFLITO DE INTERESSES NO EXERCÍCIO DO CARGO OU EMPREGO

**Art. 5º** Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

### CAPÍTULO III

#### DAS SITUAÇÕES QUE CONFIGURAM CONFLITO DE INTERESSES APÓS O EXERCÍCIO DO CARGO OU EMPREGO

**Art. 6º** Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II - no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

**Art. 7º** Durante o período de impedimento de que trata o inciso II do art. 6º, não será devida por órgão ou entidade do Poder Executivo federal qualquer remuneração compensatória.

§ 1º Os agentes públicos referidos nos incisos I a IV do art. 2º não ocupantes de cargos efetivos poderão ser autorizados pela Comissão de Ética Pública a receber valor equivalente ao da remuneração do cargo, quando caracterizada, a juízo da Comissão, a impossibilidade do exercício de atividade não conflitante com o desempenho das atribuições do cargo ou emprego por eles ocupado.



§ 2º O pagamento de que trata o § 1º será de responsabilidade do órgão ou entidade ao qual o agente público se encontrava vinculado.

§ 3º Os agentes que sejam servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo ou emprego público, se não tiverem assumido outro cargo ou se aposentado, reassumirão o exercício do cargo ou emprego de origem.

§ 4º A autorização referida no § 1º será concedida mediante requerimento do agente público, que deverá ser apreciado pela Comissão no prazo de até 30 (trinta) dias, com efeitos financeiros, em caso de deferimento, a contar da data do pedido.

#### CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO CONFLITO DE INTERESSES

**Art. 8º** Sem prejuízo de suas competências institucionais, compete à Comissão de Ética Pública, instituída no âmbito do Poder Executivo federal, e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso:

I - estabelecer normas, procedimentos e mecanismos que objetivem prevenir ou impedir eventual conflito de interesses;

II - avaliar e fiscalizar a ocorrência de situações que configuram conflito de interesses e determinar medidas para a prevenção ou eliminação do conflito;

III - orientar e dirimir dúvidas e controvérsias acerca da interpretação das normas que regulam o conflito de interesses, inclusive as estabelecidas nesta Lei;

IV - manifestar-se sobre a existência ou não de conflito de interesses nas consultas a elas submetidas;

V - autorizar o ocupante de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal a exercer atividade privada, quando verificada a inexistência de conflito de interesses ou sua irrelevância;

VI - dispensar a quem haja ocupado cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal de cumprir o período de impedimento a que se refere o inciso II do art. 6º, quando verificada a inexistência de conflito de interesses ou sua irrelevância;

VII – dispor, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a comunicação pelos ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal de alterações patrimoniais relevantes, exercício de atividade privada ou recebimento de propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado; e

VIII - fiscalizar a divulgação da agenda de compromissos públicos, conforme prevista no art. 11.

Parágrafo único. A Comissão de Ética Pública atuará nos casos que envolvam os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º e a Controladoria-Geral da União, nos casos que envolvam os demais agentes, observado o disposto em regulamento.

**Art. 9º** Os agentes públicos mencionados no art. 2º desta Lei, inclusive aqueles que se encontram em gozo de licença ou em período de afastamento, deverão:

I - enviar à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União, conforme o caso, anualmente, declaração com informações sobre situação patrimonial, participações societárias, atividades econômicas ou profissionais e indicação sobre a existência de cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses; e

II - comunicar por escrito à Comissão de Ética Pública ou à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade respectivo, conforme o caso, o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar, contrato ou negócio no setor privado, ainda que não vedadas pelas normas vigentes, estendendo-se esta obrigação ao período a que se refere o inciso II do art. 6º.

Parágrafo único. As unidades de recursos humanos, ao receber a comunicação de exercício de atividade privada ou de recebimento de propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado, deverão informar ao servidor e à Controladoria-Geral da União as situações que suscitem potencial conflito de interesses entre a atividade pública e a atividade privada do agente.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** As disposições contidas nos arts. 4º e 5º e no inciso I do art. 6º estendem-se a todos os agentes públicos no âmbito do Poder Executivo federal.

**Art. 11.** Os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º deverão, ainda, divulgar, diariamente, por meio da rede mundial de computadores - internet, sua agenda de compromissos públicos.

**Art. 12.** O agente público que praticar os atos previstos nos arts. 5º e 6º desta Lei incorre em improbidade administrativa, na forma do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando não caracterizada qualquer das condutas descritas nos arts. 9º e 10 daquela Lei.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput e da aplicação das demais sanções cabíveis, fica o agente público que se encontrar em situação de conflito de interesses sujeito à aplicação da penalidade disciplinar de demissão, prevista no inciso III do art. 127 e no art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ou medida equivalente.

**Art. 13.** O disposto nesta Lei não afasta a aplicabilidade da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, especialmente no que se refere à apuração das responsabilidades e possível aplicação de sanção em razão de prática de ato que configure conflito de interesses ou ato de improbidade nela previstos.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15.** Ficam revogados o art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o art. 16 da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e os arts. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2012**  
(nº 7.528/2006, na Casa de origem)

**EMENTA:** “Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001”.

**AUTOR:** Presidente da República

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

Leitura: 27/10/2006

Publicação no DCD de 10/11/2006

Comissões:

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Relatores:

- Deputado Tarcísio Zimmermann  
Parecer pela aprovação do projeto.  
Publicação no DCD de 21/9/2007

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=497371&filename=Tramitacao-PL+7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=497371&filename=Tramitacao-PL+7528/2006))

- Deputado Fernando Ferro  
Parecer pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, na forma da Subemenda apresentada, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 2 a 5.

Publicação no DCD de 4/4/2012

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=977648&filename=Tramitacao-PL+7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=977648&filename=Tramitacao-PL+7528/2006))

Comissões: (cont.)

Constituição e Justiça e de Cidadania

Relatores: (cont.)

- Deputado Maurício Rands

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e pela inconstitucionalidade da emenda apresentada nesta Comissão.

Publicação no DCD de 8/2/2008

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=519153&filename=Tramitacao-PL+7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=519153&filename=Tramitacao-PL+7528/2006))

- Deputado Fabio Trad

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade das Emendas de Plenário nºs 1 a 5 e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1 e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 2 a 5.

Publicação no DCD de 4/4/2012

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=977647&filename=Tramitacao-PL-7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=977647&filename=Tramitacao-PL-7528/2006))

- Deputado Fabio Trad

Redação Final

Publicação no DCD de 4/4/2012

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=978710&filename=Tramitacao-PL+7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=978710&filename=Tramitacao-PL+7528/2006))



Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 3/4/2012, em Plenário, rejeitadas as Emendas de Plenário nºs 2 a 5, com parecer contrário. Aprovada a Subemenda apresentada pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, à Emenda de Plenário nº 1, com parecer favorável. Em consequência, fica prejudicada a Emenda de Plenário nº 1. Aprovado o projeto. Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Deputado Fábio Trad. ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?sessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=978710&filename=Tramitacao-PL+7528/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessionid=7D551C516025586CA7BE13483EF40FE3.node1?codteor=978710&filename=Tramitacao-PL+7528/2006)). A matéria vai ao Senado Federal. Publicação no DCD de 4/4/2012.

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 112, de 10/4/2012

SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:

Leitura: 10/4/2012

Publicação no DSF de 11/4/2012

Comissão:

Constituição, Justiça e Cidadania

Relator:

- Senador Aloysio Nunes Ferreira  
Parecer nº 172, de 2013-CCJ – pela aprovação do projeto e rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Senadora Lúcia Vânia.

Publicação no DSF de 28/3/2013

Disponível em:

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=28/03/2013&p=13440&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Resultado no Senado Federal:

Em 16/4/2013, aprovado o projeto. À sanção.

Publicação no DSF de 17/4/2013

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 40, de 25/4/2013

**VETO PARCIAL Nº 14, DE 2013**  
**(Mensagem nº 33/2013-CN)**  
aposto ao  
**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2012**

**Norma gerada:** Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013  
D.O.U. – Seção 1, de 17/5/2013

**Partes vetadas do projeto:**

- *caput* do art. 7º;
- § 1º do art. 7º;
- § 2º do art. 7º;
- § 3º do art. 7º;
- § 4º do art. 7º;
- art. 14; e
- art. 15.

# **VETO PARCIAL**

## **Nº 15, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 594, de 2012)

**(Mensagem nº 34/2013-CN – nº 189/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013 (MP nº 594/12), que “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**§ 11 e seu inciso I e § 12 do art. 1º Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, alterados pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“§ 11. Fica a União autorizada a subvencionar, na forma e no limite dispostos neste artigo, operações de financiamento que componham carteiras adquiridas pelo BNDES de outras instituições financeiras, desde que tais operações:

I - tenham a mesma destinação prevista na alínea *a* do inciso I do **caput**,”

“§ 12. Do montante adicional de recursos subvencionados a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, resultante da aplicação do disposto neste artigo, no mínimo 40% (quarenta por cento) deverá ser repassado às micro, pequenas e médias empresas.”

### **Razões dos vetos**

“A redação dada ao § 11 do art. 1º da Lei nº 12.096, de 2012, limita a ação do Programa de Sustentação do Investimento - PSI, já que a alteração promovida pela Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, ampliou a capilaridade do Programa. Além disso, não há necessidade de fixação de percentual mínimo de repasse de recursos em função do porte das empresas, uma vez que atualmente não existe demanda reprimida por recursos por parte das micro, pequenas e médias empresas. Tal medida teria como único efeito a redução da concessão de financiamento às demais empresas.”

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão opinaram, ainda, pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

### **Art. 4º**

“Art. 4º Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013 os prazos previstos no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e os prazos previstos no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§ 1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no **caput** e as regras e condições fixadas nas referidas Leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§ 2º A extensão dos prazos de que trata o **caput** não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido o parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I - do § 9º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II - do § 9º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.”

### **Razões do veto**

“A reabertura de prazo do Refis privilegiaria a inadimplência e implicaria em iniquidade com aqueles que aderiram ao Programa e mantiveram-se regulares em relação ao montante parcelado e ao pagamento dos débitos correntes. Além disso, a medida cria

a expectativa de que haja periodicamente a instituição de parcelamento especial, estimulando o inadimplemento de obrigações tributárias.”

Os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Minas e Energia opinaram pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 5º**

“Art. 5º Fica a União autorizada a equalizar parte do custo de produção referente à safra 2011/2012 das unidades industriais produtoras de etanol que desenvolvam suas atividades nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

§ 1º A equalização de que trata o caput será de R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por litro de etanol, produzido e comercializado na referida safra 2011/2012, concedida diretamente aos produtores de etanol ou por meio de suas cooperativas de comercialização ou sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º O Ministério da Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.

§ 3º A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.”

### **Razões do veto**

“A adoção da subvenção atenderia indiscriminadamente aos produtores da região, inclusive aqueles que obtiveram lucro no período. Além disso, o Ministério da Fazenda anunciou recentemente medidas que incentivam a produção do setor de forma mais eficiente. Por fim, a subvenção de que trata o dispositivo não está acompanhada da devida previsão de impacto financeiro e consequente indicação da origem dos recursos que financiarão essas despesas, em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Ouvidos, também, os Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:



**Art. 6º**

“Art. 6º O § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 4º .....’

§ 1º Os eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes na data da prestação de contas poderão ser utilizados para ressarcir o ente beneficiário que já houver feito gastos com recursos próprios ou poderão ser reprogramados para utilização em período subsequente, inclusive para objeto diverso do inicialmente estipulado, mantendo o objetivo original do plano de que trata esta Lei, nos termos definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

.....’ (NR)”

**Razões do veto**

“A utilização de recursos para outros objetos não aprovados anteriormente deve ser feita mediante análise específica, garantindo o monitoramento das ações e de sua execução financeira. Além disso, as transferências de recursos vêm sendo feitas tempestivamente, não se justificando a utilização destes para ressarcimento de gastos realizados previamente.”

Os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Trabalho e Emprego opinaram, ainda, pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

**Art. 8º**

“Art. 8º O caput do art. 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, armazéns e logísticas, hotelaria, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.

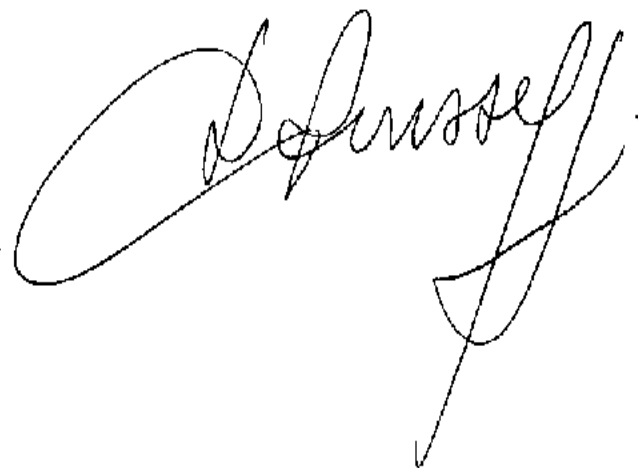
.....’ (NR)”

**Razões do veto**

“Os empreendimentos adicionados relativos aos setores de armazéns e logística já são contemplados por investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS - na forma de investimentos em terminais e armazéns de cargas complementares aos empreendimentos nos setores de rodovia, ferrovia, porto e hidrovia. Além disso, a proposta amplia o foco de aplicação do FI-FGTS, colocando em risco investimentos nos setores previstos originalmente na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de maio de 2013.

A handwritten signature in black ink, which appears to be "Renan Calheiros", written in a cursive style. The signature is positioned below the date and is the final element of the document.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2013  
(oriundo da Medida Provisória nº 594/2012)**

Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas:

a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e, ainda, a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e

b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal;

.....  
§ 1º O valor total dos financiamentos subvencionados pela União é limitado ao montante de até R\$ 312.000.000.000,00 (trezentos e doze bilhões de reais).

.....  
§ 10. A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos a que se refere o inciso I do **caput** ficará a critério do BNDES, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento nas operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2010.

§ 11. Fica a União autorizada a subvencionar, na forma e no limite dispostos neste artigo, operações de financiamento que componham carteiras adquiridas pelo BNDES de outras instituições financeiras, desde que tais operações:

I - tenham a mesma destinação prevista na alínea a do inciso I do **caput**;

II - tenham os mesmos beneficiários e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as linhas de crédito do BNDES passíveis de subvenção.

§ 12. Do montante adicional de recursos subvencionados a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, resultante da aplicação do disposto neste artigo, no mínimo 40% (quarenta por cento) deverá ser repassado às micro, pequenas e médias empresas.”(NR)

**Art. 2º** O art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.....

.....  
§ 6º A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos concedidos com recursos do BNDES ficará a seu critério, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento nas operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2010.”(NR)

**Art. 3º** O art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º.....

.....  
§ 8º A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos a que se refere o **caput** ficará a critério do BNDES, e os encargos dos fundos garantidores de que trata o art. 7º da Lei

nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, poderão ser incluídos no valor do financiamento nas operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2010.”(NR)

**Art. 4º** Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013 os prazos previstos no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e os prazos previstos no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§ 1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no **caput** e as regras e condições fixadas nas referidas Leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§ 2º A extensão dos prazos de que trata o **caput** não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido o parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I – do § 9º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II – do § 9º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

**Art. 5º** Fica a União autorizada a equalizar parte do custo de produção referente à safra 2011/2012 das unidades industriais produtoras de etanol que desenvolvam suas atividades nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

§ 1º A equalização de que trata o **caput** será de R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por litro de etanol, produzido e comercializado na referida safra 2011/2012, concedida diretamente aos produtores de etanol ou por meio de suas cooperativas de comercialização ou sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º O Ministério da Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.

§ 3º A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

**Art. 6º** O § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º.....”

§ 1º Os eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes na data da prestação de contas poderão ser utilizados para ressarcir o ente beneficiário que já houver feito gastos com recursos próprios ou poderão ser reprogramados para utilização em período subsequente, inclusive para objeto diverso do inicialmente estipulado, mantendo o objetivo original do plano de que trata esta Lei, nos termos definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

.....”(NR)

**Art. 7º** O **caput** do art. 13 e o inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

.....”(NR)

“Art. 14.....

I – cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....”(NR)

**Art. 8º** O **caput** do art. 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, armazéns e logísticas, hotelaria, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.

.....”(NR)

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, excetuado o disposto no art. 7º.

Parágrafo único. O disposto no **caput** do art. 13 e no inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, na redação dada pelo art. 7º desta Lei, passa a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da publicação desta Lei.

**Art. 10.** Fica revogado o art. 1º da Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 594, de 2012, publicada no DOU  
– Seção I, de 7/12/2012)

**EMENTA:** “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 11/12/2012

Publicação no DSF de 12/12/2012

Apresentação de emendas: até 13/12/2012, prazo regimental, foram oferecidas vinte e quatro emendas à Medida Provisória (DSF de 15/12/2012).

(<http://www.senado.gov.br/atividade/dc/materia/verDiario.asp?dt=15/12/2012&p=71421&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Instalação da Comissão Mista: 20/2/2013

- Presidente: Senador Francisco Dornelles
- Vice-Presidente: Deputado Valmir Assunção
- Relator: Deputado Leonardo Quintão
- Relator Revisor: Senador Romero Jucá

Prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória:

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2013
- Publicação: DOU de 11/3/2013

Resultado na Comissão Mista:

Em 3/4/2013, é aprovado o relatório do Deputado Leonardo Quintão, que passa a constituir Parecer nº 9, de 2013-CN, da Comissão Mista, concluindo pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, bem como pelos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 594, de 2012, e das emendas que lhe foram apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória e das Emendas nºs 5, 9 e 11, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013, apresentado; bem como pela rejeição das demais emendas. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 5/4/2013

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=05/04/2013&p=15837&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício CN nº 230, de 5/4/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 5/4/2013

Publicação no DCD de 6/4/2013

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 10/4/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 594, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013 adotado pela Comissão Mista, ressalvados os destaques. Aprovada a Emenda nº 20 e rejeitada a de nº 6, objetos de destaque para votação em separado. Aprovada a Redação Final, Relator Deputado Leonardo Quintão, assinada pelo Deputado Luiz Couto. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 11/4/2013

Disponível em: ([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=DC0710E1072D0465A2419498ED545D88.node2?codteor=1076480&filename=Tramitacao-MPV+594/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DC0710E1072D0465A2419498ED545D88.node2?codteor=1076480&filename=Tramitacao-MPV+594/2012))

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 100, 12/4/2013

**TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:**

Leitura: 16/4/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013, à Medida Provisória nº 594, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado.

Publicação no DSF de 17/4/2013

**Resultado no Senado Federal:**

Em 24/4/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 25/4/2013

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem CN nº 16, de 25 de abril de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 15, de 2013****(Mensagem nº 34, de 2013-CN)**

aposto ao

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2013**

Norma gerada: Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 17/5/2013

Parte vetada do projeto:

- *caput* do § 11 do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso I do § 11 do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 12 do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- *caput* do art. 4º;
- § 1º do art. 4º;
- *caput* do § 2º do art. 4º;
- inciso I do § 2º do art. 4º;
- inciso II do § 2º do art. 4º;
- *caput* do art. 5º;
- § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- § 3º do art. 5º;
- § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, com a redação dada pelo art. 6º do projeto; e
- *caput* do art. 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 8º do projeto.



# **VETO PARCIAL**

## **Nº 16, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 595, de 2012)

**(Mensagem nº 44/2013-CN – nº 222/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o projeto de lei de conversão que “Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Portos da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

### **Inciso VIII do art. 2º**

“VIII - terminal indústria: instalação portuária localizada fora da área do porto organizado e explorada mediante autorização, que atenda, cumulativamente, aos seguintes critérios:

a) movimentação exclusiva de cargas pertencentes ao autorizado, suas controladoras ou controladas, exceto nos casos previstos no art. 13 desta Lei;

b) integração a áreas industriais ou de produção ou estoque de produtos agropecuários, ou de lavra de jazidas de minerais, inclusive hidrocarbonetos, pertencentes ao mesmo grupo econômico; e

c) movimentação exclusiva de granéis sólidos e líquidos, insumos e produtos intermediários destinados às áreas de que trata a alínea b.”

#### **Inciso V do art. 8º**

“V - terminal indústria.”

#### **§§ 2º e 3º do art. 9º**

“§ 2º É dispensável o procedimento previsto no inciso II do § 1º para requerimento de autorização de terminal indústria, desde que não haja interferência nas operações de instalações portuárias em áreas de portos organizados próximas.

§ 3º Na hipótese de dispensa prevista no § 2º, é vedada a conversão da autorização para a exploração de terminal indústria em qualquer das outras modalidades de exploração previstas nesta Lei, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.”

#### **Razões dos vetos**

“O conceito de terminal indústria incluído no projeto de lei retoma a distinção entre carga própria e de terceiros, cuja eliminação era uma das principais finalidades do novo marco legal para o setor portuário. A retomada de restrições ao tipo de carga a ser movimentada em cada terminal portuário constitui um empecilho à ampla abertura do setor e à elevação da concorrência, objetivos primordiais da Medida Provisória.”

#### **§ 4º do art. 6º**

“§ 4º É vedada a participação na licitação a que se refere o **caput** de empresas com participação societária de empresas de navegação marítima em percentuais superiores a 5% (cinco por cento), excluídas desta vedação as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.”

#### **§ 4º do art. 8º**

“§ 4º É vedada a participação na licitação a que se refere o **caput** de empresas com participação societária de empresas de navegação marítima em percentuais superiores a 5% (cinco por cento), excluídas desta vedação as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.”

#### **Razões dos vetos**

“Em que pese a intenção meritória de preservar a concorrência no setor portuário, da maneira como foram redigidos, os dispositivos restam inócuos. Em primeiro lugar, porque se limitam a impor restrições à participação das empresas de navegação na licitação, mas silenciam sobre a possibilidade dessas mesmas empresas adquirirem participação societária em terminais portuários. Além disso, os dispositivos criam uma regra que é facilmente superável por meio de acordos de acionistas e outras operações societárias, pois não qualificam o tipo de participação vedado, nem estendem as limitações ao grupo econômico como um todo. Por fim, no caso do art. 8º, § 4º, o texto faz referência à participação em licitações para terminais autorizados, procedimento que sequer é previsto no projeto de lei.”



### **Parágrafo único do art. 28**

“Parágrafo único. Caso o interessado entenda necessária a utilização de mão de obra complementar para execução das operações referidas no caput, deverá requisitá-la ao órgão gestor de mão de obra, regra que também se aplica aos casos em que for utilizada embarcação na navegação interior para suprir impossibilidade de acesso de embarcação de longo curso e cabotagem.”

### **Razões do veto**

“A modificação promovida no dispositivo, que tratava primordialmente da dispensa da intervenção de operadores portuários, estende impropriamente a intermediação do órgão gestor de mão de obra às embarcações de navegação interior. Além disso, a proposta extrapola os termos do acordo negociado entre o Poder Executivo, os representantes do Congresso Nacional e as entidades representativas dos trabalhadores portuários. O veto não afeta a regra prevista no próprio projeto de lei para utilização do órgão gestor de mão de obra dentro do porto organizado.”

### **Art. 69**

“Art. 69. As concessões e permissões mencionadas no § 3º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, vigentes por ocasião da publicação desta Lei, serão prorrogadas de forma a se atingir o prazo de 25 (vinte e cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo instrumento concessório, podendo ser prorrogado por 5 (cinco) anos.”

### **Razão do veto**

“O dispositivo trata de matéria estranha ao projeto de lei e que poderá ser debatida pelo Congresso Nacional durante a tramitação da Medida Provisória nº 612, de 2013.”

Os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia Geral da União e a Secretaria de Portos da Presidência da República opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

### **§ 1º do art. 5º**

“§ 1º Os contratos de concessão e arrendamento terão prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, contado da data da assinatura, prorrogável uma única vez, até atingir o prazo máximo de 50 (cinquenta) anos, desde que o concessionário ou arrendatário, conforme o caso, promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.”

### **Razões do veto**

“A alteração realizada no texto excluiu a expressão ‘a critério do Poder Concedente’. Assim, pretendeu criar um mecanismo de prorrogação automática das concessões e dos arrendamentos, que dependeria apenas da realização dos investimentos

previstos em contrato. Tal modificação retira do Poder Executivo a prerrogativa de avaliar a conveniência e a oportunidade de cada prorrogação, prejudicando a sua capacidade de planejamento e gestão do setor portuário e violando o princípio constitucional da Separação de Poderes.”

Já os Ministérios da Fazenda, da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Portos da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

#### **§ 5º do art. 17**

“§ 5º A vigilância e a segurança do porto organizado serão exercidas diretamente pela Guarda Portuária.”

#### **Razões do veto**

“O dispositivo pode acarretar conflitos entre as atribuições previstas para a guarda portuária e as competências exercidas privativamente por alguns órgãos públicos no porto. Notadamente, o texto é incompatível com o art. 24, III, do projeto de lei, que estabelece para o Ministério da Fazenda a função de ‘vigilância aduaneira’ e de ‘reprimir o contrabando e o descaminho’. Finalmente, a proposta viola o acordo que havia sido estabelecido entre o Poder Executivo, os representantes do Congresso Nacional e as entidades representativas dos trabalhadores portuários, segundo o qual o tema da guarda portuária seria tratado na forma do inciso XV do próprio art. 17.”

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Portos da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

#### **Art. 45**

“Art. 45. É necessária a inscrição do trabalhador portuário avulso em cadastro de trabalhadores portuários avulsos que ateste a qualificação profissional para o desempenho das atividades previstas no § 1º do art. 40 desta Lei.”

#### **Razões do veto**

“Da forma redigida, o texto não deixa claro qual o alcance deste novo cadastro. Se for voltado aos trabalhadores que atuam dentro do porto organizado, o dispositivo conflita diretamente com as competências do órgão gestor de mão de obra, previstas nos arts. 32, II e III, e 41, I e § 1º do projeto de lei. Por outro lado, se não for este o caso, o artigo parece reproduzir o funcionamento do órgão gestor de mão de obra para os trabalhadores que atuam fora do porto organizado. Isso porque trata como obrigatória a inscrição dos trabalhadores portuários avulsos no cadastro criado. Dessa forma, o dispositivo violaria um dos principais itens do acordo negociado entre o Poder Executivo, os representantes do Congresso Nacional e as entidades representativas dos trabalhadores portuários, ao estender a lógica do órgão gestor de mão de obra para os terminais localizados fora da área do porto organizado.”



Os Ministérios da Fazenda, da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia Geral da União e a Secretaria de Portos da Presidência da República manifestaram-se, ainda, pelo veto aos seguintes dispositivos:

#### **Art. 56**

“Art. 56. Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, deverão ser renovados por mais 1 (um) único período, não inferior ao prazo consignado no respectivo contrato.

Parágrafo único. Os contratos de concessão de portos públicos a empresas privadas celebrados pela União antes de 25 de fevereiro de 1993 poderão, a critério do poder concedente e independentemente do seu prazo de vigência, ser renovados uma única vez, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.”

#### **Razões do veto**

“O **caput** propõe a renovação obrigatória dos contratos de arrendamento celebrados antes da Lei nº 8.630, de 1993. Tal proposta viola o princípio constitucional da Separação de Poderes, ao retirar do Poder Executivo a prerrogativa de avaliar a conveniência e a oportunidade de eventuais prorrogações daqueles contratos. Além disso, ao impor uma renovação para todos os instrumentos, independentemente da previsão contratual e da vigência de cada um deles, a proposta fere também o princípio da isonomia. O parágrafo único, por sua vez, refere-se a um único caso em todo País, o Porto de Imbituba. Tal concessão já está vencida desde 2012 e os preparativos para uma nova licitação já estão em andamento. Os dois dispositivos, em conjunto, prejudicam a capacidade do Poder Concedente de planejar e gerir o setor portuário nacional.”

#### **§§ 2º e 4º do art. 57**

“§ 2º A obrigação prevista no § 1º respeitará o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e as condições de competitividade entre portos organizados e terminais de uso privado.”

“§ 4º A prorrogação dos contratos de arrendamento em vigor firmados sob a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, poderá ocorrer por uma única vez e pelo prazo máximo previsto em contrato, desde que o arrendatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.”

#### **Razões dos vetos**

“O texto tenta estabelecer, para os terminais já instalados, salvaguardas contra a ampliação da competição no setor portuário. Com isso, extrapola os termos dos contratos de arrendamento vigentes, confunde os dois regimes de exploração de instalações portuárias e contraria um dos objetivos centrais da Medida Provisória, que era o aumento da concorrência no setor. Ademais, ao propor novamente a prorrogação automática dos contratos de arrendamento, viola o art. 2º da Constituição Federal.”

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Portos da Presidência da República apontaram pelo veto ao seguinte dispositivo:



**Art. 74**

“Art. 74. O art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 58. ....

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, salvo o disposto no § 5º, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

§ 5º A comprovação da efetiva exposição do trabalhador portuário avulso aos agentes nocivos será feita pelo órgão gestor de mão de obra portuária, na forma do regulamento, observadas as disposições deste artigo.

§ 6º A comprovação da efetiva exposição do trabalhador portuário avulso não vinculado ao órgão gestor de mão de obra portuária será feita pelo sindicato da categoria profissional.’ (NR)”

**Razões do veto**

“O veto do dispositivo foi solicitado em documento encaminhado pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias - FENCCOVIB, filiada à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; pela Federação Nacional dos Portuários – FNP, filiada à Central Única dos Trabalhadores – CUT; e pela Federação Nacional dos Estivadores – FNE, filiada à Força Sindical. Tais entidades argumentam que os órgãos gestores de mão de obra não deveriam ser os únicos a realizar a comprovação da efetiva exposição dos trabalhadores aos agentes nocivos e que o tema pode ser tratado de maneira mais adequada em nível infralegal.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de junho de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2013  
(oriundo da Medida Provisória nº 595/2012)**

Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I  
DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

**Art. 1º** Esta Lei regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

§ 1º A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.

§ 2º A exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos desta Lei.

§ 3º As concessões, os arrendamentos e as autorizações de que trata esta Lei serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – porto organizado: bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária;

II – área do porto organizado: área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado;

III – instalação portuária: instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros, em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;

IV – terminal de uso privado: instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado;



V – estação de transbordo de cargas: instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem;

VI – instalação portuária pública de pequeno porte: instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior;

VII – instalação portuária de turismo: instalação portuária explorada mediante arrendamento ou autorização e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo;

VIII – terminal indústria: instalação portuária localizada fora da área do porto organizado e explorada mediante autorização, que atenda, cumulativamente, aos seguintes critérios:

a) movimentação exclusiva de cargas pertencentes ao autorizado, suas controladoras ou controladas, exceto nos casos previstos no art. 13 desta Lei;

b) integração a áreas industriais ou de produção ou estoque de produtos agropccuários, ou de lavra de jazidas de minerais, inclusive hidrocarbonetos, pertencentes ao mesmo grupo econômico; e

c) movimentação exclusiva de granéis sólidos e líquidos, insumos e produtos intermediários destinados às áreas de que trata a alínea b;

IX – concessão: cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado;

X – delegação: transferência, mediante convênio, da administração e da exploração do porto organizado para Municípios ou Estados, ou a consórcio público, nos termos da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996;

XI – arrendamento: cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado;

XII – autorização: outorga de direito à exploração de instalação portuária localizada fora da área do porto organizado e formalizada mediante contrato de adesão; e

XIII – operador portuário: pessoa jurídica pré-qualificada para exercer as atividades de movimentação de passageiros ou movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado.

**Art. 3º** A exploração dos portos organizados e instalações portuárias, com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País, deve seguir as seguintes diretrizes:

I – expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias;

II – garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários;

III – estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados e instalações portuárias, à valorização e à qualificação da mão de obra portuária e à eficiência das atividades prestadas;

IV – promoção da segurança da navegação na entrada e na saída das embarcações dos portos; e

V – estímulo à concorrência, incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias.

## CAPÍTULO II

### DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

#### Seção I

##### **Da Concessão de Porto Organizado e do Arrendamento de Instalação Portuária**

**Art. 4º** A concessão e o arrendamento de bem público destinado à atividade portuária serão realizados mediante a celebração de contrato, sempre precedida de licitação, em conformidade com o disposto nesta Lei e no seu regulamento.

**Art. 5º** São essenciais aos contratos de concessão e arrendamento as cláusulas relativas:

I – ao objeto, à área e ao prazo;

II – ao modo, forma e condições da exploração do porto organizado ou instalação portuária;

III – aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade da atividade prestada, assim como às metas e prazos para o alcance de determinados níveis de serviço;

IV – ao valor do contrato, às tarifas praticadas e aos critérios e procedimentos de revisão e reajuste;

V – aos investimentos de responsabilidade do contratado;

VI – aos direitos e deveres dos usuários, com as obrigações correlatas do contratado e as sanções respectivas;

VII – às responsabilidades das partes;

VIII – à reversão de bens;

IX – aos direitos, garantias e obrigações do contratante e do contratado, inclusive os relacionados a necessidades futuras de suplementação, alteração e expansão da atividade e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação das instalações;

X – à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos e dos métodos e práticas de execução das atividades, bem como à indicação dos órgãos ou entidades competentes para exercê-las;

XI – às garantias para adequada execução do contrato;

XII – à responsabilidade do titular da instalação portuária pela inexecução ou deficiente execução das atividades;

XIII – às hipóteses de extinção do contrato;



XIV – à obrigatoriedade da prestação de informações de interesse do poder concedente, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e das demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

XV – à adoção e ao cumprimento das medidas de fiscalização aduaneira de mercadorias, veículos e pessoas;

XVI – ao acesso ao porto organizado ou à instalação portuária pelo poder concedente, pela Antaq e pelas demais autoridades que atuam no setor portuário;

XVII – às penalidades e sua forma de aplicação; e

XVIII – ao foro.

§ 1º Os contratos de concessão e arrendamento terão prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, contado da data da assinatura, prorrogável uma única vez, até atingir o prazo máximo de 50 (cinquenta) anos, desde que o concessionário ou arrendatário, conforme o caso, promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.

§ 2º Findo o prazo dos contratos, os bens vinculados à concessão ou ao arrendamento reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.

**Art. 6º** Nas licitações dos contratos de concessão e arrendamento, serão considerados como critérios para julgamento, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga, e outros estabelecidos no edital, na forma do regulamento.

§ 1º As licitações de que trata este artigo poderão ser realizadas na modalidade leilão, conforme regulamento.

§ 2º Compete à Antaq, com base nas diretrizes do poder concedente, realizar os procedimentos licitatórios de que trata este artigo.

§ 3º Os editais das licitações de que trata este artigo serão elaborados pela Antaq, observadas as diretrizes do poder concedente.

§ 4º É vedada a participação na licitação a que se refere o caput de empresas com participação societária de empresas de navegação marítima em percentuais superiores a 5% (cinco por cento), excluídas desta vedação as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

§ 5º Sem prejuízo das diretrizes previstas no art. 3º, o poder concedente poderá determinar a transferência das competências de elaboração do edital e a realização dos procedimentos licitatórios de que trata este artigo à Administração do Porto, delegado ou não.

§ 6º O poder concedente poderá autorizar, mediante requerimento do arrendatário, na forma do regulamento, expansão da arca arrendada para área contígua dentro da poligonal do porto organizado, sempre que a medida trouxer comprovadamente eficiência na operação portuária.

**Art. 7º** A Antaq poderá disciplinar a utilização em caráter excepcional, por qualquer interessado, de instalações portuárias arrendadas ou exploradas pela concessionária, assegurada a remuneração adequada ao titular do contrato.



## Seção II

### Da Autorização de Instalações Portuárias

**Art. 8º** Serão exploradas mediante autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades:

- I – terminal de uso privado;
- II – estação de transbordo de carga;
- III – instalação portuária pública de pequeno porte;
- IV – instalação portuária de turismo;
- V – terminal indústria.

§ 1º A autorização será formalizada por meio de contrato de adesão, que conterá as cláusulas essenciais previstas no **caput** do art. 5º, com exceção daquelas previstas em seus incisos IV e VIII.

§ 2º A autorização de instalação portuária terá prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que:

- I - a atividade portuária seja mantida; e
- II - o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, na forma do regulamento.

§ 3º A Antaq adotará as medidas para assegurar o cumprimento dos cronogramas de investimento previstos nas autorizações e poderá exigir garantias ou aplicar sanções, inclusive a cassação da autorização.

§ 4º É vedada a participação na licitação a que se refere o **caput** de empresas com participação societária de empresas de navegação marítima em percentuais superiores a 5% (cinco por cento), excluídas desta vedação as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

**Art. 9º** Os interessados em obter a autorização de instalação portuária poderão requerê-la à Antaq a qualquer tempo, na forma do regulamento.

§ 1º Recebido o requerimento de autorização de instalação portuária, a Antaq deverá:

- I – publicar o extrato do requerimento, inclusive na internet; e
- II – promover a abertura de processo de anúncio público, com prazo de 30 (trinta) dias, para identificar a existência de outros interessados na obtenção de autorização de instalação portuária na mesma região e com características semelhantes.

§ 2º É dispensável o procedimento previsto no inciso II do § 1º para requerimento de autorização de terminal indústria, desde que não haja interferência nas operações de instalações portuárias em áreas de portos organizados próximas.

§ 3º Na hipótese de dispensa prevista no § 2º, é vedada a conversão da autorização para a exploração de terminal indústria em qualquer das outras modalidades de exploração previstas nesta Lei, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

**Art. 10.** O poder concedente poderá determinar à Antaq, a qualquer momento e em consonância com as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, a abertura de processo de chamada pública para identificar a existência de interessados na

obtenção de autorização de instalação portuária, na forma do regulamento e observado o prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 9º.

**Art. 11.** O instrumento da abertura de chamada ou anúncio público indicará obrigatoriamente os seguintes parâmetros:

- I – a região geográfica na qual será implantada a instalação portuária;
- II – o perfil das cargas a serem movimentadas; e
- III – a estimativa do volume de cargas ou de passageiros a ser movimentado nas instalações portuárias.

**Parágrafo único.** O interessado em autorização de instalação portuária deverá apresentar título de propriedade, inscrição de ocupação, certidão de aforamento, cessão de direito real ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do respectivo terreno, além de outros documentos previstos no instrumento de abertura.

**Art. 12.** Encerrado o processo de chamada ou anúncio público, o poder concedente deverá analisar a viabilidade locacional das propostas e sua adequação às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário.

§ 1º Observado o disposto no regulamento, poderão ser expedidas diretamente as autorizações de instalação portuária quando:

- I – o processo de chamada ou anúncio público seja concluído com a participação de um único interessado; ou
- II – havendo mais de uma proposta, não haja impedimento locacional à implantação de todas elas de maneira concomitante.

§ 2º Havendo mais de uma proposta e impedimento locacional que inviabilize sua implantação de maneira concomitante, a Antaq deverá promover processo seletivo público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 3º O processo seletivo público de que trata o § 2º atenderá ao disposto no regulamento e considerará como critério de julgamento, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga, e outros estabelecidos no edital.

§ 4º Em qualquer caso, somente poderão ser autorizadas as instalações portuárias compatíveis com as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, na forma do *caput*.

**Art. 13.** A Antaq poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização.

### **Seção III**

#### **Dos Requisitos para a Instalação dos Portos e Instalações Portuárias**

**Art. 14.** A celebração do contrato de concessão ou arrendamento e a expedição de autorização serão precedidas de:



I - consulta à autoridade aduaneira;

II - consulta ao respectivo poder público municipal; e

III - emissão, pelo órgão licenciador, do termo de referência para os estudos ambientais com vistas ao licenciamento.

#### **Seção IV**

#### **Da Definição da Área de Porto Organizado**

**Art. 15.** Ato do Presidente da República disporá sobre a definição da área dos portos organizados, a partir de proposta da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Parágrafo único. A delimitação da área deverá considerar a adequação dos acessos marítimos e terrestres, os ganhos de eficiência e competitividade decorrente da escala das operações e as instalações portuárias já existentes.

### **CAPÍTULO III**

### **DO PODER CONCEDENTE**

**Art. 16.** Ao poder concedente compete:

I – elaborar o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada;

II – definir as diretrizes para a realização dos procedimentos licitatórios, das chamadas públicas e dos processos seletivos de que trata esta Lei, inclusive para os respectivos editais e instrumentos convocatórios;

III – celebrar os contratos de concessão e arrendamento e expedir as autorizações de instalação portuária, devendo a Antaq fiscalizá-los em conformidade com o disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e

IV – estabelecer as normas, os critérios e os procedimentos para a pré-qualificação dos operadores portuários.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, o poder concedente poderá celebrar convênios ou instrumentos congêneres de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive com repasse de recursos.

§ 2º No exercício da competência prevista no inciso II do **caput**, o poder concedente deverá ouvir previamente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sempre que a licitação, a chamada pública ou o processo seletivo envolver instalações portuárias voltadas à movimentação de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis.

## CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO ORGANIZADO

### Seção I Das Competências

**Art. 17.** A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

§ 1º Compete à administração do porto organizado, denominada autoridade portuária:

I – cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;

II – assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;

III – pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;

IV – arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;

V – fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;

VI – fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

VII – promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;

VIII – autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;

IX – autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;

X – suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

XI – reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;

XII – adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;

XIII – prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;

XIV – estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes da Secretaria de Portos da Presidência da República, e as jornadas de trabalho no cais de uso público; e

XV – organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente.

§ 2º A autoridade portuária elaborará e submeterá à aprovação da Secretaria de Portos da Presidência da República o respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

§ 3º O disposto nos incisos IX e X do § 1º não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio.

§ 4º A autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego pode intervir para assegurar aos navios da Marinha do Brasil a prioridade para atracação no porto.



§ 5º A vigilância e a segurança do porto organizado serão exercidas diretamente pela Guarda Portuária.

**Art. 18.** Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto:

I – sob coordenação da autoridade marítima:

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;

b) delimitar as áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima;

c) delimitar as áreas destinadas a navios de guerra e submarinos, plataformas e demais embarcações especiais, navios em reparo ou aguardando atracação e navios com cargas inflamáveis ou explosivos;

d) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

e) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas dos navios que trafegarão, em função das limitações e características físicas do cais do porto;

II – sob coordenação da autoridade aduaneira:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias, veículos, unidades de cargas e de pessoas.

**Art. 19.** A administração do porto poderá, a critério do poder concedente, explorar direta ou indiretamente áreas não afetadas às operações portuárias, observado o disposto no respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não afasta a aplicação das normas de licitação e contratação pública quando a administração do porto for exercida por órgão ou entidade sob controle estatal.

**Art. 20.** Será instituído em cada porto organizado um conselho de autoridade portuária, órgão consultivo da administração do porto.

§ 1º O regulamento disporá sobre as atribuições, o funcionamento e a composição dos conselhos de autoridade portuária, assegurada a participação de representantes da classe empresarial, dos trabalhadores portuários e do poder público.

§ 2º A representação da classe empresarial e dos trabalhadores no conselho a que alude o **caput** será paritária.

§ 3º A distribuição das vagas no conselho a que alude o **caput** observará a seguinte proporção:

I – 50% (cinquenta por cento) de representantes do poder público;

II – 25% (vinte e cinco por cento) de representantes da classe empresarial; e

III – 25% (vinte e cinco por cento) de representantes da classe trabalhadora.

**Art. 21.** Fica assegurada a participação de um representante da classe empresarial e outro da classe trabalhadora no conselho de administração ou órgão equivalente da administração do porto, quando se tratar de entidade sob controle estatal, na forma do regulamento.



Parágrafo único. A indicação dos representantes das classes empresarial e trabalhadora a que alude o **caput** será feita pelos respectivos representantes no conselho de autoridade portuária.

**Art. 22.** A Secretaria de Portos da Presidência da República coordenará a atuação integrada dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias, com a finalidade de garantir a eficiência e a qualidade de suas atividades, nos termos do regulamento.

## Seção II

### Da Administração Aduaneira nos Portos Organizados e nas Instalações Portuárias Alfandegadas

**Art. 23.** A entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas somente poderá efetuar-se em portos ou instalações portuárias alfandegados.

Parágrafo único. O alfandegamento de portos organizados e instalações portuárias destinados à movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou à exportação será efetuado após cumpridos os requisitos previstos na legislação específica.

**Art. 24.** Compete ao Ministério da Fazenda, por intermédio das repartições aduaneiras:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação que regula a entrada, a permanência e a saída de quaisquer bens ou mercadorias do País;

II – fiscalizar a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, sem prejuízo das atribuições das outras autoridades no porto;

III – exercer a vigilância aduaneira e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo das atribuições de outros órgãos;

IV – arrecadar os tributos incidentes sobre o comércio exterior;

V – proceder ao despacho aduaneiro na importação e na exportação;

VI – proceder à apreensão de mercadoria em situação irregular, nos termos da legislação fiscal;

VII – autorizar a remoção de mercadorias da área portuária para outros locais, alfandegados ou não, nos casos e na forma prevista na legislação aduaneira;

VIII – administrar a aplicação de regimes suspensivos, exonerativos ou devolutivos de tributos às mercadorias importadas ou a exportar;

IX – assegurar o cumprimento de tratados, acordos ou convenções internacionais no plano aduaneiro; e

X – zelar pela observância da legislação aduaneira e pela defesa dos interesses fazendários nacionais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira terá livre acesso a quaisquer dependências do porto ou instalação portuária, às embarcações atracadas ou não e aos locais onde se encontrem mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.

§ 2º No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira poderá, sempre que julgar necessário, requisitar documentos e informações e o apoio de força pública federal, estadual ou municipal.

## CAPÍTULO V DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA

**Art. 25.** A pré-qualificação do operador portuário será efetuada perante a administração do porto, conforme normas estabelecidas pelo poder concedente.

§ 1º As normas de pré-qualificação devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 2º A administração do porto terá prazo de 30 (trinta) dias, contado do pedido do interessado, para decidir sobre a pré-qualificação.

§ 3º Em caso de indeferimento do pedido mencionado no § 2º, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido à Secretaria de Portos da Presidência da República, que deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do regulamento.

§ 4º Considera-se pré-qualificada como operador portuário a administração do porto.

**Art. 26.** O operador portuário responderá perante:

I – a administração do porto pelos danos culposamente causados à infraestrutura, às instalações e ao equipamento de que a administração do porto seja titular, que se encontre a seu serviço ou sob sua guarda;

II – o proprietário ou consignatário da mercadoria pelas perdas e danos que ocorrerem durante as operações que realizar ou em decorrência delas;

III – o armador pelas avarias ocorridas na embarcação ou na mercadoria dada a transporte;

IV – o trabalhador portuário pela remuneração dos serviços prestados e respectivos encargos;

V – o órgão local de gestão de mão de obra do trabalho avulso pelas contribuições não recolhidas;

VI – os órgãos competentes pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre o trabalho portuário avulso; e

VII – a autoridade aduaneira pelas mercadorias sujeitas a controle aduaneiro, no período em que lhe estejam confiadas ou quando tenha controle ou uso exclusivo de área onde se encontrem depositadas ou devam transitar.

**Parágrafo único.** Compete à administração do porto responder pelas mercadorias a que se referem os incisos II e VII do **caput** quando estiverem em área por ela controlada e após o seu recebimento, conforme definido pelo regulamento de exploração do porto.

**Art. 27.** As atividades do operador portuário estão sujeitas às normas estabelecidas pela Antaq.

§ 1º O operador portuário é titular e responsável pela coordenação das operações portuárias que efetuar.



§ 2º A atividade de movimentação de carga a bordo da embarcação deve ser executada de acordo com a instrução de seu comandante ou de seus prepostos, responsáveis pela segurança da embarcação nas atividades de arrumação ou retirada da carga, quanto à segurança da embarcação.

**Art. 28.** É dispensável a intervenção de operadores portuários em operações:

I – que, por seus métodos de manipulação, suas características de automação ou mecanização, não requeiram a utilização de mão de obra ou possam ser executadas exclusivamente pela tripulação das embarcações;

II – de embarcações empregadas:

a) em obras de serviços públicos nas vias aquáticas do País, executadas direta ou indiretamente pelo poder público;

b) no transporte de gêneros de pequena lavoura e da pesca, para abastecer mercados de âmbito municipal;

c) na navegação interior e auxiliar;

d) no transporte de mercadorias líquidas a granel; e

e) no transporte de mercadorias sólidas a granel, quando a carga ou descarga for feita por aparelhos mecânicos automáticos, salvo quanto às atividades de recheio;

III – relativas à movimentação de:

a) cargas em área sob controle militar, quando realizadas por pessoal militar ou vinculado a organização militar;

b) materiais por estaleiros de construção e reparação naval; e

c) peças sobressalentes, material de bordo, mantimentos e abastecimento de embarcações; e

IV – relativas ao abastecimento de aguada, combustíveis e lubrificantes para a navegação.

Parágrafo único. Caso o interessado entenda necessária a utilização de mão de obra complementar para execução das operações referidas no caput, deverá requisitá-la ao órgão gestor de mão de obra, regra que também se aplica aos casos em que for utilizada embarcação na navegação interior para suprir impossibilidade de acesso de embarcação de longo curso e cabotagem.

**Art. 29.** As cooperativas formadas por trabalhadores portuários avulsos, registrados de acordo com esta Lei, poderão estabelecer-se como operadores portuários.

**Art. 30.** A operação portuária em instalações localizadas fora da área do porto organizado será disciplinada pelo titular da respectiva autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.

**Art. 31.** O disposto nesta Lei não prejudica a aplicação das demais normas referentes ao transporte marítimo, inclusive as decorrentes de convenções internacionais ratificadas, enquanto vincularem internacionalmente o País.

## CAPÍTULO VI DO TRABALHO PORTUÁRIO

**Art. 32.** Os operadores portuários devem constituir em cada porto organizado um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, destinado a:

I – administrar o fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso;

II – manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso;

III – treinar e habilitar profissionalmente o trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro;

IV – selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso;

V – estabelecer o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso;

VI – expedir os documentos de identificação do trabalhador portuário; e

VII – arrecadar e repassar aos beneficiários os valores devidos pelos operadores portuários relativos à remuneração do trabalhador portuário avulso e aos correspondentes encargos fiscais, sociais e previdenciários.

Parágrafo único. Caso celebrado contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e tomadores de serviços, o disposto no instrumento precederá o órgão gestor e dispensará sua intervenção nas relações entre capital e trabalho no porto.

**Art. 33.** Compete ao órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso:

I – aplicar, quando couber, normas disciplinares previstas em lei, contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho, no caso de transgressão disciplinar, as seguintes penalidades:

a) repreensão verbal ou por escrito;

b) suspensão do registro pelo período de 10 (dez) a 30 (trinta) dias; ou

c) cancelamento do registro;

II – promover:

a) a formação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso, adequando-a aos modernos processos de movimentação de carga e de operação de aparelhos e equipamentos portuários;

b) o treinamento multifuncional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso; e

c) a criação de programas de realocação e de cancelamento do registro, sem ônus para o trabalhador;

III – arrecadar e repassar aos beneficiários contribuições destinadas a incentivar o cancelamento do registro e a aposentadoria voluntária;

IV – arrecadar as contribuições destinadas ao custeio do órgão;

V – zelar pelas normas de saúde, higiene e segurança no trabalho portuário avulso; e

VI – submeter à administração do porto propostas para aprimoramento da operação portuária e valorização econômica do porto.

§ 1º O órgão não responde por prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros.



§ 2º O órgão responde, solidariamente com os operadores portuários, pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

§ 3º O órgão pode exigir dos operadores portuários garantia prévia dos respectivos pagamentos, para atender a requisição de trabalhadores portuários avulsos.

§ 4º As matérias constantes nas alíneas *a* e *b* do inciso II deste artigo serão discutidas em fórum permanente, composto, em caráter paritário, por representantes do governo e da sociedade civil.

§ 5º A representação da sociedade civil no fórum previsto no § 4º será paritária entre trabalhadores e empresários.

**Art. 34.** O exercício das atribuições previstas nos arts. 32 e 33 pelo órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso não implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso.

**Art. 35.** O órgão de gestão de mão de obra pode ceder trabalhador portuário avulso, em caráter permanente, ao operador portuário.

**Art. 36.** A gestão da mão de obra do trabalho portuário avulso deve observar as normas do contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**Art. 37.** Deve ser constituída, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra, comissão paritária para solucionar litígios decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 32, 33 e 35.

§ 1º Em caso de impasse, as partes devem recorrer à arbitragem de ofertas finais.

§ 2º Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência de qualquer das partes.

§ 3º Os árbitros devem ser escolhidos de comum acordo entre as partes, e o laudo arbitral proferido para solução da pendência constitui título executivo extrajudicial.

§ 4º As ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso prescrevem em 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após o cancelamento do registro ou do cadastro no órgão gestor de mão de obra.

**Art. 38.** O órgão de gestão de mão de obra terá obrigatoriamente 1 (um) conselho de supervisão e 1 (uma) diretoria executiva.

§ 1º O conselho de supervisão será composto por 3 (três) membros titulares e seus suplentes, indicados na forma do regulamento, e terá como competência:

I – deliberar sobre a matéria contida no inciso V do **caput** do art. 32;

II – editar as normas a que se refere o art. 42; e

III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do órgão e solicitar informações sobre quaisquer atos praticados pelos diretores ou seus prepostos.

§ 2º A diretoria executiva será composta por 1 (um) ou mais diretores, designados e destituíveis na forma do regulamento, cujo prazo de gestão será de 3 (três) anos, permitida a redesignação.

§ 3º Até 1/3 (um terço) dos membros do conselho de supervisão poderá ser designado para cargos de diretores.



§ 4º No silêncio do estatuto ou contrato social, competirá a qualquer diretor a representação do órgão e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

**Art. 39.** O órgão de gestão de mão de obra é reputado de utilidade pública, sendo-lhe vedado ter fins lucrativos, prestar serviços a terceiros ou exercer qualquer atividade não vinculada à gestão de mão de obra.

**Art. 40.** O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – capatazia: atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário;

II – estiva: atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peaço e despeço, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo;

III – conferência de carga: contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas operações de carregamento e descarga de embarcações;

IV – conserto de carga: reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição;

V – vigilância de embarcações: atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como da movimentação de mercadorias nos portalós, rampas, porões, conveses, plataformas e em outros locais da embarcação; e

VI – bloco: atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos.

§ 2º A contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados.

§ 3º O operador portuário, nas atividades a que alude o **caput**, não poderá locar ou tomar mão de obra sob o regime de trabalho temporário de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

§ 4º As categorias previstas no **caput** constituem categorias profissionais diferenciadas.

**Art. 41.** O órgão de gestão de mão de obra:

I – organizará e manterá cadastro de trabalhadores portuários habilitados ao desempenho das atividades referidas no § 1º do art. 40; e

II – organizará e manterá o registro dos trabalhadores portuários avulsos.

§ 1º A inscrição no cadastro do trabalhador portuário dependerá exclusivamente de prévia habilitação profissional do trabalhador interessado, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo órgão de gestão de mão de obra.

§ 2º O ingresso no registro do trabalhador portuário avulso depende de prévia seleção e inscrição no cadastro de que trata o inciso I do **caput**, obedecidas a disponibilidade de vagas e a ordem cronológica de inscrição no cadastro.

§ 3º A inscrição no cadastro e o registro do trabalhador portuário extinguem-se por morte ou cancelamento.

**Art. 42.** A seleção e o registro do trabalhador portuário avulso serão feitos pelo órgão de gestão de mão de obra avulsa, de acordo com as normas estabelecidas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**Art. 43.** A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.

Parágrafo único. A negociação prevista no **caput** contemplará a garantia de renda mínima inserida no item 2 do Artigo 2 da Convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

**Art. 44.** É facultada aos titulares de instalações portuárias sujeitas a regime de autorização a contratação de trabalhadores a prazo indeterminado, observado o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**Art. 45.** É necessária a inscrição do trabalhador portuário avulso em cadastro de trabalhadores portuários avulsos que ateste a qualificação profissional para o desempenho das atividades previstas no § 1º do art. 40 desta Lei.

## CAPÍTULO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 46.** Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em:

I – realização de operações portuárias com infringência ao disposto nesta Lei ou com inobservância dos regulamentos do porto;

II – recusa injustificada, por parte do órgão de gestão de mão de obra, da distribuição de trabalhadores a qualquer operador portuário; ou

III – utilização de terrenos, área, equipamentos e instalações portuárias, dentro ou fora do porto organizado, com desvio de finalidade ou com desrespeito à lei ou aos regulamentos.

Parágrafo único. Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, intervindo na operação portuária, concorra para sua prática ou dela se beneficie.



**Art. 47.** As infrações estão sujeitas às seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta:

I – advertência;

II – multa;

III – proibição de ingresso na área do porto por período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV – suspensão da atividade de operador portuário, pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias; ou

V – cancelamento do credenciamento do operador portuário.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, aplicam-se subsidiariamente às infrações previstas no art. 46 as penalidades estabelecidas na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta.

**Art. 48.** Apurada, no mesmo processo, a prática de 2 (duas) ou mais infrações pela mesma pessoa física ou jurídica, aplicam-se cumulativamente as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Serão reunidos em um único processo os diversos autos ou representações de infração continuada, para aplicação da pena.

§ 2º Serão consideradas continuadas as infrações quando se tratar de repetição de falta ainda não apurada ou objeto do processo, de cuja instauração o infrator não tenha conhecimento, por meio de intimação.

**Art. 49.** Na falta de pagamento de multa no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência pelo infrator da decisão final que impuser a penalidade, será realizado processo de execução.

**Art. 50.** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas nesta Lei reverterão para a Antaq, na forma do inciso V do **caput** do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

**Art. 51.** O descumprimento do disposto nos arts. 36, 39 e 42 desta Lei sujeitará o infrator à multa prevista no inciso I do art. 10 da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Art. 52.** O descumprimento do disposto no **caput** e no § 3º do art. 40 desta Lei sujeitará o infrator à multa prevista no inciso III do art. 10 da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## CAPÍTULO VIII

### DO PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM PORTUÁRIA E HIDROVIÁRIA II

**Art. 53.** Fica instituído o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II, a ser implantado pela Secretaria de Portos da Presidência da República e pelo Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação.

§ 1º O Programa de que trata o **caput** abrange, dentre outras atividades:

I – as obras e serviços de engenharia de dragagem para manutenção ou ampliação de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de

evolução e de fundeio, e berços de atracação, compreendendo a remoção do material submerso e a escavação ou derrocamento do leito;

II – o serviço de sinalização e balizamento, incluindo a aquisição, instalação, reposição, manutenção e modernização de sinais náuticos e equipamentos necessários às hidrovias e ao acesso aos portos e terminais portuários;

III – o monitoramento ambiental; e

IV – o gerenciamento da execução dos serviços e obras.

§ 2º Para fins do Programa de que trata o **caput**, consideram-se:

I – dragagem: obra ou serviço de engenharia que consiste na limpeza, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo de rios, lagos, mares, baías e canais;

II – draga: equipamento especializado acoplado à embarcação ou à plataforma fixa, móvel ou flutuante, utilizado para execução de obras ou serviços de dragagem;

III – material dragado: material retirado ou deslocado do leito dos corpos d'água decorrente da atividade de dragagem e transferido para local de despejo autorizado pelo órgão competente;

IV – empresa de dragagem: pessoa jurídica que tenha por objeto a realização de obra ou serviço de dragagem com a utilização ou não de embarcação; e

V – sinalização e balizamento: sinais náuticos para o auxílio à navegação e à transmissão de informações ao navegante, de forma a possibilitar posicionamento seguro de acesso e tráfego.

**Art. 54.** A dragagem por resultado compreende a contratação de obras de engenharia destinadas ao aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação, bem como os serviços de sinalização, balizamento, monitoramento ambiental e outros com o objetivo de manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto implantado.

§ 1º As obras ou serviços de dragagem por resultado poderão contemplar mais de um porto, num mesmo contrato, quando essa medida for mais vantajosa para a administração pública.

§ 2º Na contratação de dragagem por resultado, é obrigatória a prestação de garantia pelo contratado.

§ 3º A duração dos contratos de que trata este artigo será de até 10 (dez) anos, improrrogável.

§ 4º As contratações das obras e serviços no âmbito do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II poderão ser feitas por meio de licitações internacionais e utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

§ 5º A administração pública poderá contratar empresa para gerenciar e auditar os serviços e obras contratados na forma do **caput**.

**Art. 55.** As embarcações destinadas à dragagem sujeitam-se às normas específicas de segurança da navegação estabelecidas pela autoridade marítima e não se submetem ao disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.



## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 56.** Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, deverão ser renovados por mais 1 (um) único período, não inferior ao prazo consignado no respectivo contrato.

Parágrafo único. Os contratos de concessão de portos públicos a empresas privadas celebrados pela União antes de 25 de fevereiro de 1993 poderão, a critério do poder concedente e independentemente do seu prazo de vigência, ser renovados uma única vez, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**Art. 57.** Os contratos de arrendamento em vigor firmados sob a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que possuam previsão expressa de prorrogação ainda não realizada, poderão ter sua prorrogação antecipada, a critério do poder concedente.

§ 1º A prorrogação antecipada de que trata o **caput** dependerá da aceitação expressa de obrigação de realizar investimentos, segundo plano elaborado pelo arrendatário e aprovado pelo poder concedente em até 60 (sessenta) dias.

§ 2º A obrigação prevista no § 1º respeitará o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e as condições de competitividade entre portos organizados e terminais de uso privado.

§ 3º Caso, a critério do poder concedente, a antecipação das prorrogações de que trata o **caput** não seja efetivada, tal decisão não implica obrigatoriamente na recusa da prorrogação contratual prevista originalmente.

§ 4º A prorrogação dos contratos de arrendamento em vigor firmados sob a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, poderá ocorrer por uma única vez e pelo prazo máximo previsto em contrato, desde que o arrendatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.

§ 5º O Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base nesta Lei, incluindo, pelo menos, as seguintes informações:

I - relação dos contratos de arrendamento e concessão em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, por porto organizado, indicando data dos contratos, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas contratuais;

II - relação das instalações portuárias exploradas mediante autorizações em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a localização, se dentro ou fora do porto organizado, indicando data da autorização, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas dos termos de adesão e autorização;

III - relação dos contratos licitados no ano anterior com base no disposto no art. 56 desta Lei, por porto organizado, indicando data do contrato, modalidade da licitação, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;



IV - relação dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados no ano anterior, com base no disposto nos arts. 58 e 59 desta Lei, indicando data do contrato de autorização, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos termos de adesão e autorização;

V - relação das instalações portuárias operadas no ano anterior com base no previsto no art. 7º desta Lei, indicando empresa concessionária, empresa que utiliza efetivamente a instalação portuária, motivo e justificativa da utilização por interessado não detentor do arrendamento ou concessão e prazo de utilização.

**Art. 58.** Os termos de autorização e os contratos de adesão em vigor deverão ser adaptados ao disposto nesta Lei, em especial ao previsto nos §§ 1º a 4º do art. 8º, independentemente de chamada pública ou processo seletivo.

Parágrafo único. A Antaq deverá promover a adaptação de que trata o **caput** no prazo de 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei.

**Art. 59.** As instalações portuárias enumeradas nos incisos I a IV do **caput** do art. 8º, localizadas dentro da área do porto organizado, terão assegurada a continuidade das suas atividades, desde que realizada a adaptação nos termos do art. 58.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para exploração de instalações portuárias enumeradas nos incisos I a IV do art. 8º, localizadas dentro da área do porto organizado, protocolados na Antaq até dezembro de 2012, poderão ser deferidos pelo poder concedente, desde que tenha sido comprovado até a referida data o domínio útil da área.

**Art. 60.** Os procedimentos licitatórios para contratação de dragagem homologados e os contratos de dragagem em vigor na data da publicação desta Lei permanecem regidos pelo disposto na Lei nº 11.610, de 12 de dezembro de 2007.

**Art. 61.** Até a publicação do regulamento previsto nesta Lei, ficam mantidas as regras para composição dos conselhos da autoridade portuária e dos conselhos de supervisão e diretorias executivas dos órgãos de gestão de mão de obra.

**Art. 62.** O inadimplemento, pelas concessionárias, arrendatárias, autorizadas e operadoras portuárias no recolhimento de tarifas portuárias e outras obrigações financeiras perante a administração do porto e a Antaq, assim declarado em decisão final, impossibilita a inadimplente de celebrar ou prorrogar contratos de concessão e arrendamento, bem como obter novas autorizações.

§ 1º Para dirimir litígios relativos aos débitos a que se refere o **caput**, poderá ser utilizada a arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 2º O impedimento previsto no **caput** também se aplica às pessoas jurídicas, direta ou indiretamente, controladoras, controladas, coligadas, ou de controlador comum com a inadimplente.

**Art. 63.** As Companhias Docas observarão regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

**Art. 64.** As Companhias Docas firmarão com a Secretaria de Portos da Presidência da República compromissos de metas e desempenho empresarial que estabelecerão, nos termos do regulamento:

I – objetivos, metas e resultados a serem atingidos, e prazos para sua consecução;

II – indicadores e critérios de avaliação de desempenho;

III – retribuição adicional em virtude do seu cumprimento; e

IV – critérios para a profissionalização da gestão das Docas.

**Art. 65.** Ficam transferidas à Secretaria de Portos da Presidência da República as competências atribuídas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em leis gerais e específicas relativas a portos fluviais e lacustres, exceto as competências relativas a instalações portuárias públicas de pequeno porte.

**Art. 66.** Aplica-se subsidiariamente às licitações de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária o disposto nas Leis nºs 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 67.** Aplica-se subsidiariamente a esta Lei o disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, em especial no que se refere às competências e atribuições da Antaq.

**Art. 68.** As poligonais de áreas de portos organizados que não atendam ao disposto no art. 15 deverão ser adaptadas no prazo de 1 (um) ano.

**Art. 69.** As concessões e permissões mencionadas no § 3º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, vigentes por ocasião da publicação desta Lei, serão prorrogadas de forma a se atingir o prazo de 25 (vinte e cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo instrumento concessório, podendo ser prorrogado por 5 (cinco) anos.

**Art. 70.** O art. 29 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Os serviços públicos necessários à importação e exportação deverão ser centralizados pela administração pública em todos os portos organizados.

§ 1º Os serviços de que trata o **caput** serão prestados em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, em turnos, inclusive aos domingos e feriados.

§ 2º O horário previsto no § 1º poderá ser reduzido por ato do Poder Executivo, desde que não haja prejuízo à segurança nacional e à operação portuária.

.....”(NR)

**Art. 71.** A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. Ressalvado o disposto em legislação específica, as outorgas a que se refere o inciso I do **caput** do art. 12 serão realizadas sob a forma de:

.....”(NR)

“Art. 14. Ressalvado o disposto em legislação específica, o disposto no art. 13 aplica-se conforme as seguintes diretrizes:

.....



III – depende de autorização:

.....  
c) a construção e a exploração das instalações portuárias de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;  
.....

g) (revogada);

h) (revogada);

.....”(NR)

“Art. 20. ....

I – implementar, nas respectivas esferas de atuação, as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, pelo Ministério dos Transportes e pela Secretaria de Portos da Presidência da República, nas respectivas áreas de competência, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei;

.....”(NR)

“Art. 21. Ficam instituídas a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, entidades integrantes da administração federal indireta, submetidas ao regime autárquico especial e vinculadas, respectivamente, ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República, nos termos desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 23. Constituem a esfera de atuação da Antaq:

.....  
II – os portos organizados e as instalações portuárias neles localizadas;

III – as instalações portuárias de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

.....  
§ 1º A Antaq articular-se-á com órgãos e entidades da administração, para resolução das interfaces do transporte aquaviário com as outras modalidades de transporte, com a finalidade de promover a movimentação intermodal mais econômica e segura de pessoas e bens.

.....”(NR)

“Art. 27. ....

I – promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias;

III – propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;

a) (revogada);

b) (revogada);

VII – promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda;

XIV – estabelecer normas e padrões a serem observados pelas administrações portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários, nos termos da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

XV – elaborar editais e instrumentos de convocação e promover os procedimentos de licitação e seleção para concessão, arrendamento ou autorização da exploração de portos organizados ou instalações portuárias, de acordo com as diretrizes do poder concedente, em obediência ao disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

XVI – cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições dos contratos de concessão de porto organizado ou dos contratos de arrendamento de instalações portuárias quanto à manutenção e reposição dos bens e equipamentos reversíveis à União de que trata o inciso VIII do **caput** do art. 5º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

XXII – fiscalizar a execução dos contratos de adesão das autorizações de instalação portuária de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

XXV – celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infraestrutura aquaviária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;

XXVI – fiscalizar a execução dos contratos de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária, em conformidade com o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012;

XXVII – (revogado).

§ 1º



II - participar de foros internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; e

.....  
§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).”(NR)

“Art. 33. Ressalvado o disposto em legislação específica, os atos de outorga de autorização, concessão ou permissão editados e celebrados pela ANTT e pela Antaq obedecerão ao disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas Subseções II, III, IV e V desta Seção e nas regulamentações complementares editadas pelas Agências.”(NR)

“Art. 34-A. ....

.....  
§ 2º O edital de licitação indicará obrigatoriamente, ressalvado o disposto em legislação específica:

.....”(NR)

“Art. 35. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais, ressalvado o disposto em legislação específica, as relativas a:

.....”(NR)

“Art. 43. A autorização, ressalvado o disposto em legislação específica, será outorgada segundo as diretrizes estabelecidas nos arts. 13 e 14 e apresenta as seguintes características:

.....”(NR)

“Art. 44. A autorização, ressalvado o disposto em legislação específica, será disciplinada em regulamento próprio e será outorgada mediante termo que indicará:

.....”(NR)

“Art. 51-A. Fica atribuída à Antaq a competência de fiscalização das atividades desenvolvidas pelas administrações de portos organizados, pelos operadores portuários e pelas arrendatárias ou autorizatárias de instalações portuárias, observado o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012.

§ 1º Na atribuição citada no **caput** incluem-se as administrações dos portos objeto de convênios de delegação celebrados nos termos da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

§ 2º A Antaq prestará ao Ministério dos Transportes ou à Secretaria de Portos da Presidência da República todo apoio necessário à celebração dos convênios de delegação.”(NR)

“Art. 56. ....

Parágrafo único. Cabe ao Ministro de Estado dos Transportes ou ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, conforme o caso, instaurar o processo administrativo disciplinar, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir o julgamento.”(NR)

“Art. 67. As decisões das Diretorias serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Diretor-Geral o voto de qualidade, e serão registradas em atas.

Parágrafo único. As datas, as pautas e as atas das reuniões de Diretoria, assim como os documentos que as instruem, deverão ser objeto de ampla publicidade, inclusive por meio da internet, na forma do regulamento.”(NR)

“Art. 78. A ANTT e a Antaq submeterão ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República, respectivamente, suas propostas orçamentárias anuais, nos termos da legislação em vigor.

.....”(NR)

“Art. 78-A. ....

§ 1º Na aplicação das sanções referidas no **caput**, a Antaq observará o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV do **caput**, quando se tratar de concessão de porto organizado ou arrendamento e autorização de instalação portuária, caberá ao poder concedente, mediante proposta da Antaq.”(NR)

“Art. 81. ....

.....  
III – instalações e vias de transbordo e de interface intermodal, exceto as portuárias;

IV - (revogado).”(NR)

“Art. 82. ....

.....  
§ 2º No exercício das atribuições previstas neste artigo e relativas a vias navegáveis, o DNIT observará as prerrogativas específicas da autoridade marítima.

.....”(NR)

Art. 72. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-A. À Secretaria de Portos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e,



especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres.

.....  
§ 2º .....

.....  
III – a elaboração dos planos gerais de outorgas;

.....  
V – o desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e instalações portuárias sob sua esfera de atuação, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

.....”(NR)

“Art. 27. ....

.....  
XXII - .....

a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;

b) marinha mercante e vias navegáveis; e

c) participação na coordenação dos transportes acroviários;

.....”(NR)

**Art. 73.** A Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. É assegurado, na forma do regulamento, benefício assistencial mensal, de até 1 (um) salário mínimo, aos trabalhadores portuários avulsos, com mais de 60 (sessenta) anos, que não cumprirem os requisitos para a aquisição das modalidades de aposentadoria previstas nos arts. 42, 48, 52 e 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e que não possuam meios para prover a sua subsistência.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.”

**Art. 74.** O art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. ....

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, salvo o disposto no § 5º, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho

expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

.....  
§ 5º A comprovação da efetiva exposição do trabalhador portuário avulso aos agentes nocivos será feita pelo órgão gestor de mão de obra portuária, na forma do regulamento, observadas as disposições deste artigo.

§ 6º A comprovação da efetiva exposição do trabalhador portuário avulso não vinculado ao órgão gestor de mão de obra portuária será feita pelo sindicato da categoria profissional.”(NR)

**Art. 75.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 76.** Ficam revogados:

I – a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

II – a Lei nº 11.610, de 12 de dezembro de 2007;

III – o art. 21 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006;

IV – o art. 14 da Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007;

V – os seguintes dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001:

a) as alíneas *g* e *h* do inciso III do **caput** do art. 14;

b) as alíneas *a* e *b* do inciso III do **caput** do art. 27;

c) o inciso XXVII do **caput** do art. 27;

d) os §§ 3º e 4º do art. 27; e

e) o inciso IV do **caput** do art. 81; e

VI – o art. 11 da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 595, de 2012, publicada no DOU  
– Seção I, de 7/12/2012)

**EMENTA:** “Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 11/12/2012

Publicação no DSF de 12/12/2012

Apresentação de emendas: até 13/12/2012, prazo regimental, foram oferecidas seiscentas e quarenta e cinco emendas à Medida Provisória (DSF de 15/12/2012).

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=15/12/2012&p=71457&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Instalação da Comissão Mista: 20/2/2013

- Presidente: Deputado José Guimarães
- Vice-Presidente: Senador José Pimentel
- Relator: Senador Eduardo Braga
- Relator Revisor: Deputado Manoel Junior

Prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória:

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 10, de 2013
- Publicação: DOU de 11/3/2013

Resultado na Comissão Mista:

Em 17/4/2013, recebido Relatório do Senador Eduardo Braga, com voto pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 595, de 2012, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da medida com acolhimento das Emendas nºs 3, 4, 13, 15, 19, 21, 22, 30, 32, 34, 35, 39, 45, 46, 48, 49, 52, 57, 59, 62, 63, 65, 72, 77, 89, 95, 96, 100, 103, 104, 105, 107, 115, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 135, 140, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 157,

159, 160, 168, 178, 183, 184, 185, 186, 195, 196, 197, 201, 210, 217, 218, 221, 224, 228, 231, 237, 238, 241, 254, 255, 259, 268, 276, 277, 285, 294, 312, 323, 324, 325, 327, 328, 330, 331, 333, 336, 343, 350, 360, 361, 363, 365, 370, 371, 385, 387, 392, 393, 398, 399, 409, 411, 420, 421, 422, 423, 425, 435, 439, 444, 453, 458, 463, 464, 466, 467, 468, 471, 483, 485, 488, 490, 502, 513, 525, 526, 531, 541, 547, 566, 571, 576, 580, 584, 596, 597, 602 e 620, na forma do projeto de lei de conversão que apresenta, bem como pela rejeição das demais emendas.

Em 24/4/2013, o Relator, Senador Eduardo Braga, procede à leitura da complementação de voto referente ao Relatório lido em 17 de abril de 2013. É aprovado, por unanimidade, o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão; ressalvados os destaques. Aprovada a Emenda nº 183, com a seguinte redação: “Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 1993, deverão ser renovados por mais um único período, não inferior ao prazo consignado no respectivo contrato”. Aprovada, também, a Emenda nº 204 e suprimida a expressão “em processo administrativo” do art. 62 do Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Relator - Parecer nº 14, de 2013-CN – Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 27/4/2013

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=27/04/2013&p=21970&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>).

## ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício CN nº 281, de 26/4/2013

## CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 26/4/2013

Publicação no DCD de 27/4/2013

### Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 14/5/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 595, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013 adotado pela Comissão Mista, ressalvados os destaques. Suprimida a expressão “vedada a exclusão de área” do *caput* do art. 15. Aprovados o § 4º da Emenda nº 3, para que se torne o § 5º do art. 17 do projeto de lei e a Emenda nº 30. Aprovada a Redação Final, assinada pelo Deputado Manoel Junior. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 15/5/2013

**ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:**

Ofício SGM-P nº 910, 16/5/2013

**TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:**

Leitura: 16/5/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013, à Medida Provisória nº 595, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado.

Publicação no DSF de 17/5/2013

**Resultado no Senado Federal:**

Em 16/5/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2013. Ficam prejudicadas, a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 17/5/2013

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem CN nº 20, de 16 de maio de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 16, de 2013**

**(Mensagem nº 44, de 2013-CN)**

aposto ao

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2013**

**Norma gerada:** Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013

D.O.U. Ed. Extra – Seção 1, de 5/6/2013



**Partes vetadas do projeto :**

- *caput* do inciso VIII do art. 2º;
- alínea “a” do inciso VIII do art. 2º;
- alínea “b” do inciso VIII do art. 2º;
- alínea “c” do inciso VIII do art. 2º;
- § 1º do art. 5º;
- § 4º do art. 6º;
- inciso V do art. 8º;
- § 4º do art. 8º;
- § 2º do art. 9º;
- § 3º do art. 9º;
- § 5º do art. 17;
- parágrafo único do art. 28;
- art. 45;
- *caput* do art. 56;
- parágrafo único do art. 56;
- § 2º do art. 57;
- § 4º do art. 57;
- art. 69;
- § 1º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 74 do projeto;
- § 5º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 74 do projeto; e
- § 6º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 74 do projeto.



## **VETO PARCIAL Nº 17, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 593, de 2012)

**(Mensagem nº 47/2013-CN – nº 223/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013 (MP nº 593/12), que “Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

**§ 1º do art. 5º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.”

### **Razões do veto**

“A ampliação da carga horária mínima implicaria impacto financeiro, sem, contudo, ser justificada pedagogicamente. A carga horária atual mostra-se adequada às exigências dos cursos oferecidos no âmbito do Pronatec. Além disso, a legislação atual não impede, quando necessário, o oferecimento de cursos com maior carga horária.”

Os Ministérios da Fazenda e da Educação, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

### **§ 3º do art. 5º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, inserido pelo art. 1º do projeto de lei de conversão**

“§ 3º Para fins do disposto no inciso I do caput, a formação inicial da pessoa com deficiência intelectual e múltipla será ofertada em 2 (duas) etapas, sendo a primeira para possibilitar o desenvolvimento de habilidades básicas necessárias à sua adaptação ao mundo do trabalho e a segunda com vistas ao desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para a execução das tarefas da área de qualificação objeto da formação.”

### **Razões do veto**

“A medida mostra-se contrária à Educação Inclusiva, orientadora da Política Nacional de Educação Especial e um dos pilares da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada no direito brasileiro com status de emenda constitucional. Neste contexto, medidas contrárias à inclusão dos estudantes com deficiência nas classes comuns de ensino são entendidas como geradoras de fragmentação do processo educativo e segregação das pessoas com deficiência.”

O Ministério da Fazenda opinou, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 2º**

“Art. 2º O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 28. ....  
.....

§ 9º .....  
.....



t) o valor relativo a plano educacional, correspondente ao custeio ou pagamento de cursos oferecidos pela empresa, ou a bolsa de estudo fornecida a empregados e dependentes que vise à educação básica ou à educação especial e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica, à educação superior ou ao ensino de outros conhecimentos necessários à capacitação ou qualificação profissional dos empregados, exceto:

1. a utilização do plano educacional ou bolsa de estudo em substituição de parcela salarial; e

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo que, considerado individualmente, ultrapasse a quantia correspondente a três vezes e meia o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição;

....., ' (NR)''

### **Razões do veto**

“Da forma proposta, a ampliação dos limites de isenção e do rol de verbas que não integram o salário-de-contribuição representa redução da arrecadação da contribuição previdenciária. Assim, o texto contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que não prevê o impacto financeiro, nem as fontes de custeio que substituiriam o montante que deixaria de ser arrecadado.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 4º**

“Art. 4º O art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘Art. 4º .....

Parágrafo único. Para a consecução dos seus objetivos e dentro de sua competência legal, a Fundaj poderá conceder, nos campos específicos de suas atribuições institucionais, bolsas de estudo ou de pesquisa a pessoas físicas ou jurídicas para apoiar:

I - a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e pós-graduação de alta qualificação para a pesquisa e a docência em educação superior, em atendimento a demandas locais, regionais e nacionais;

II - a realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, individuais ou institucionais, julgados recomendáveis por instâncias pertinentes da Fundação e aprovados por seu Conselho Diretor;

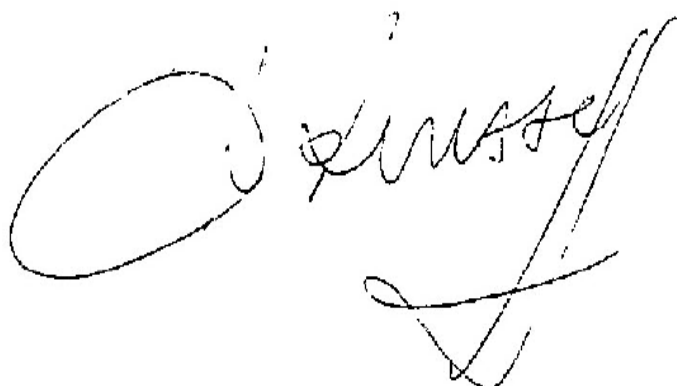
III - a atração, a fixação e o intercâmbio de técnicos e pesquisadores nacionais e estrangeiros, para cooperação em atividades de ensino e pesquisa científica, tecnológica e de inovação da Fundaj.’ (NR)''

**Razões do veto**

“A atribuição à FUNDAJ de conceder bolsas de estudo foge aos seus objetivos originais, além de resultar em sobreposição de competência com a fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Ademais, para assumir essa nova atribuição, seria necessário um redimensionamento da força de trabalho a disposição da FUNDAJ, do qual decorreria aumento de despesas.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de junho de 2013.





**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2013**  
**(oriundo da Medida Provisória nº 593/2012)**

Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. ....

Parágrafo único. ....

.....  
VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.”(NR)

“Art. 2º. ....

.....  
§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação.”(NR)

“Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei.

..... ”(NR)

“Art. 4º. ....

X – articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

..... ”(NR)

“Art 5º .....

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I do caput, a formação inicial da pessoa com deficiência intelectual e múltipla será ofertada em 2 (duas) etapas, sendo a primeira para possibilitar o desenvolvimento de habilidades básicas necessárias à sua adaptação ao mundo do trabalho e a segunda com vistas ao desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para a execução das tarefas da área de qualificação objeto da formação.”(NR)

“Art. 6º .....

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o caput corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas.

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídos as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.

..... ”(NR)



“Art. 6º-A A execução do Pronatec poderá ser realizada por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea *a* do inciso IV do **caput** do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, nas formas e modalidades definidas em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio deverão:

I – aderir ao Pronatec com assinatura de termo de adesão por suas mantenedoras;

II – habilitar-se perante o Ministério da Educação;

III – atender aos índices de qualidade acadêmica e a outros requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; e

IV – garantir aos beneficiários de Bolsa-Formação acesso a sua infraestrutura educativa, recreativa, esportiva e cultural.

§ 2º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de ensino superior, estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – atuação em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no catálogo de que trata o § 2º do art. 5º;

II – excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação;

III – promoção de condições de acessibilidade e de práticas educacionais inclusivas.

§ 3º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de educação profissional técnica de nível médio, estará condicionada ao resultado da sua avaliação, de acordo com critérios e procedimentos fixados em ato do Ministro de Estado da Educação, observada a regulação pelos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino.

§ 4º Para a habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, o Ministério da Educação definirá eixos e cursos prioritários, especialmente nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.”

“Art. 6º-B O valor da bolsa-formação concedida na forma do art. 6º-A será definido pelo Poder Executivo e seu pagamento será realizado, por matrícula efetivada, diretamente às mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, mediante autorização do estudante e comprovação de sua

matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação.

§ 1º O Ministério da Educação avaliará a eficiência, eficácia e efetividade da aplicação de recursos voltados à concessão das bolsas-formação na forma prevista no **caput** do art. 6º-A.

§ 2º As mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e das instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio disponibilizarão ao Ministério da Educação as informações sobre os beneficiários da bolsa-formação concedidas para fins da avaliação de que trata o § 1º, nos termos da legislação vigente, observado o direito à intimidade e vida privada do cidadão.”

“Art. 6º-C A denúncia do termo de adesão de que trata o inciso I do § 1º do art. 6º-A não implicará ônus para o poder público nem prejuízo para o estudante beneficiário da Bolsa-Formação Estudante, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão ao Pronatec sujeita as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio às seguintes penalidades:

I – impossibilidade de nova adesão por até 3 (três) anos e, no caso de reincidência, impossibilidade permanente de adesão, sem prejuízo para os estudantes já beneficiados; e

II – ressarcimento à União do valor corrigido das Bolsas-Formação Estudante concedidas indevidamente, retroativamente à data da infração, sem prejuízo do previsto no inciso I.”

“Art. 6º-D As normas gerais de execução do Pronatec por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea *a* do inciso IV do **caput** do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, que deverá prever:

I – normas relativas ao atendimento ao aluno;

II – obrigações dos estudantes e das instituições;

III – regras para seleção de estudantes, inclusive mediante a fixação de critérios de renda, e de adesão das instituições mantenedoras;

IV – forma e condições para a concessão das bolsas, comprovação da oferta pelas instituições e participação dos estudantes nos cursos;

V – normas de transferência de curso ou instituição, suspensão temporária ou permanente da matrícula do estudante;

VI – exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino, aferidas por sistema de avaliação nacional e indicadores específicos da



educação profissional, observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 6º-A;

VII – mecanismo de monitoramento e acompanhamento das bolsas concedidas pelas instituições, do atendimento dos beneficiários em relação ao seu desempenho acadêmico e outros requisitos; e

VIII – normas de transparência, publicidade e divulgação relativas à concessão das Bolsas-Formação Estudante.”

“Art. 18. Compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de educação profissional realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento.”(NR)

“Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do art. 6º-D desta Lei.

§ 1º As instituições de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade.

§ 2º A criação de instituições de educação superior pelos serviços nacionais de aprendizagem será condicionada à aprovação do Ministério da Educação, por meio de processo de credenciamento.

§ 3º As instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para:

I – criação de cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial;

II – alteração do número de vagas ofertadas nos cursos superiores de tecnologia;

III – criação de unidades vinculadas, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação;

IV – registro de diplomas.

§ 4º O exercício das prerrogativas previstas no § 3º dependerá de autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade.”(NR)

“Art. 20-A. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de

aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados.”

“Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no inciso IX do **caput** do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º A supervisão e a avaliação dos cursos serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º A criação de novos cursos deverá ser comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que poderão, a qualquer tempo, pronunciar-se sobre eventual descumprimento de requisitos necessários para a oferta dos cursos.”

**Art. 2º** O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 28. ....

§ 9º .....

t) o valor relativo a plano educacional, correspondente ao custeio ou pagamento de cursos oferecidos pela empresa, ou a bolsa de estudo fornecida a empregados e dependentes que vise à educação básica ou à educação especial e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica, à educação superior ou ao ensino de outros conhecimentos necessários à capacitação ou qualificação profissional dos empregados, exceto:

1. a utilização do plano educacional ou bolsa de estudo em substituição de parcela salarial; e

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo que, considerado individualmente, ultrapasse a quantia correspondente a três vezes e meia o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição;

.....”(NR)

**Art. 3º** O parágrafo único do art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. ....

Parágrafo único. Não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito da isenção referida no **caput**, as bolsas de estudo recebidas pelos médicos residentes, nem as bolsas recebidas pelos servidores das rees públicas de educação profissional,



científica e tecnológica que participem das atividades do Pronatec, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.”(NR)

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º.....

Parágrafo único. Para a consecução dos seus objetivos e dentro de sua competência legal, a Fundaj poderá conceder, nos campos específicos de suas atribuições institucionais, bolsas de estudo ou de pesquisa a pessoas físicas ou jurídicas para apoiar:

I – a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e pós-graduação de alta qualificação para a pesquisa e a docência em educação superior, em atendimento a demandas locais, regionais e nacionais;

II – a realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, individuais ou institucionais, julgados recomendáveis por instâncias pertinentes da Fundação e aprovados por seu Conselho Diretor;

III – a atração, a fixação e o intercâmbio de técnicos e pesquisadores nacionais e estrangeiros, para cooperação em atividades de ensino e pesquisa científica, tecnológica e de inovação da Fundaj.”(NR)

Art. 5º A União, por intermédio do Ministério da Educação, apoiará os sistemas públicos de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios na aquisição de veículos para transporte de estudantes, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Desde que não haja prejuízo às finalidades do apoio concedido pela União, os veículos, além do uso na área rural, poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da zona urbana e da educação superior, conforme regulamentação a ser expedida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 6º Os registros de preços realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação poderão ser utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de bens e contratação dos serviços necessários à execução das ações e projetos educacionais, inclusive quando empregados recursos próprios.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2013**

(oriundo da Medida Provisória nº 593, de 2012, publicada no DOU – Seção I, de 6/12/2012 e retificação publicada no DOU – Seção I, de 10/12/2012)

**EMENTA:** “Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 10/12/2012

Publicação no DSF de 11/12/2012

Apresentação de emendas: até 12/12/2012, prazo regimental, foram oferecidas trinta e oito emendas à Medida Provisória (DSF de 14/12/2012).

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=14/12/2012&p=71161&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Instalação da Comissão Mista: 20/2/2013

- Presidente: Deputado Izalci
- Vice-Presidente: Senador José Agripino
- Relator: Senador Paulo Bauer
- Relator Revisor: Deputado Ronaldo Zulke

Prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória:

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2013
- Publicação: DOU de 11/3/2013

Resultado na Comissão Mista:

Em 12/4/2013, recebido Relatório do Senador Paulo Bauer, com voto pela aprovação dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, bem como do texto da Medida Provisória nº 593, de 2012; pelo acolhimento das Emendas



nºs 1, 4, 5, 12 a 14, 17 a 19, 21, 28 e 29, na forma do projeto de lei de conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 6 a 11, 15, 16, 20, 22 a 27, e 30 a 36.

Em 16/4/2013, o Relator, Senador Paulo Bauer, procede à leitura de novo Relatório.

Em 17/4/2013, é aprovado, o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão; Parecer nº 11, de 2013-CN – Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 24/4/2013

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=24/04/2013&p=21025&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>).

#### ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício CN nº 264, de 24/4/2013

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 24/4/2013

Publicação no DCD de 26/4/2013

#### Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 8/5/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovada a Medida Provisória nº 593, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013, adotado pela Comissão Mista, ressalvados os destaques. Aprovada a Emenda nº 16 e suprimido o art. 5º do projeto de lei de conversão. Aprovada a Redação Final, relator Deputado Ronaldo Zulke. A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 9/5/2013

#### ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício SGM-P nº 862, 8/5/2013

#### TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

Leitura: 8/5/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013, à Medida Provisória nº 593, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado.

Publicação no DSF de 9/5/2013

#### Resultado no Senado Federal:

Em 14/5/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013. Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 15/5/2013

#### ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CN nº 18, de 16 de maio de 2013.

#### **VETO PARCIAL Nº 17, de 2013**

**(Mensagem nº 47, de 2013-CN)**

aposto ao

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2013**

**Norma gerada:** Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 6/6/2013

#### **Parte vetada do projeto :**

- § 1º do art. 5º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 3º do art. 5º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- *caput* da alínea “t” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- item 1 da alínea “t” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- item 2 da alínea “t” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- *caput* do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;
- inciso II do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, com a redação dada pelo art. 4º do projeto; e
- inciso III do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, com a redação dada pelo art. 4º do projeto.

## **VETO PARCIAL Nº 18, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008  
(nº 6.046/2005, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 48/2013-CN – nº 228/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 102, de 2008 (nº 6.046/05 na Câmara dos Deputados), que “Institui o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito”.

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 2º**

“Art. 2º O órgão de trânsito responsável pelas políticas e pela administração nacional de trânsito promoverá a divulgação do Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito nos meios de comunicação e instituirá, internamente, programas e atividades com vistas na comemoração da data.”

### **Razão do veto**

“Da forma como redigida, a proposta viola o art. 60, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição, uma vez que cabe ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre a criação, a estruturação e as atribuições de órgãos da Administração Pública.”



Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de junho de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2008**  
**(nº 6.046/2005, na Casa de origem)**

Institui o Dia Nacional dos Agentes da  
Autoridade de Trânsito.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito, a ser celebrado anualmente no dia 23 de setembro, em todo o território nacional.

**Art. 2º** O órgão de trânsito responsável pelas políticas e pela administração nacional de trânsito promoverá a divulgação do Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito nos meios de comunicação e instituirá, internamente, programas e atividades com vistas na comemoração da data.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**(\*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA**



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2008**

(nº 6.046/2005, na Casa de origem)

**EMENTA:** “Institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito”.**AUTOR:** Deputado Gonzaga Patriota**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:****Leitura:** 17/10/2005

Publicação no DCD de 26/10/2005

**Comissões:**

Educação e Cultura

**Relatores:**

- Deputado João Oliveira

Parecer pela aprovação do projeto.

Publicação no DCD de 7/8/2007

Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=821ED47EAFB135224B77F2F9E56922EF.node1?codteor=464480&filename=Tramitacao-PL+6046/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=821ED47EAFB135224B77F2F9E56922EF.node1?codteor=464480&filename=Tramitacao-PL+6046/2005)

Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado Pompeo de Mattos

Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Publicação no DCD de 25/4/2008

Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;jsessionid=1BB258080880BFBB48E898B8E24A82CA.node2?idProposicao=303357&ord=1&tp=reduzida](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;jsessionid=1BB258080880BFBB48E898B8E24A82CA.node2?idProposicao=303357&ord=1&tp=reduzida)

- Deputado Colbert Martins

Redação Final

Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=821ED47EAFB135224B77F2F9E56922EF.node1?codteor=572458&filename=Tramitacao-PL+6046/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=821ED47EAFB135224B77F2F9E56922EF.node1?codteor=572458&filename=Tramitacao-PL+6046/2005)

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 10/6/2008, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovação da Redação Final. Tramitação com apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria será despachada ao Senado Federal.

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 327, de 16/6/2008

SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:

Leitura: 18/6/2008

Publicação no DSF de 19/6/2008

Comissão:

Educação, Cultura e Esporte

Relator:

- Senador Sérgio Zambiasi (*ad hoc*)

Parecer nº 64, de 2009-CE pela aprovação do projeto.

Publicação no DSF de 20/3/2009

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=20/03/2009&p=5864&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>

Resultado no Senado Federal:

Em 8/5/2013, aprovado o projeto. À sanção.

Publicação no DSF de 9/5/2013

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 61, de 16/5/2013

**VETO PARCIAL Nº 18, DE 2013**

(Mensagem nº 48/2013-CN)

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008**

**Norma gerada:** Lei nº 12.821, de 5 de junho de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 6/6/2013

**Parte vetada do projeto:**

- art. 2º

## **VETO PARCIAL Nº 19, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012**

**(nº 7.193/2010, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 51/2013-CN – nº 251/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 132, de 2012 (nº 7.193 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia”.

Ouvidos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **§ 3º do art. 2º**

“§ 3º O delegado de polícia conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade.”

### **Razões do veto**

“Da forma como o dispositivo foi redigido, a referência ao convencimento técnico-jurídico poderia sugerir um conflito com as atribuições investigativas de outras instituições, previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Desta forma, é preciso buscar uma solução redacional que assegure as prerrogativas funcionais dos delegados de polícias e a convivência harmoniosa entre as instituições responsáveis pela persecução penal”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.



Brasília, 20 de junho de 2013.



## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

### **(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2012** **(nº 7.193/2010, na Casa de origem)**

Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

**Art. 2º** As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

§ 2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

§ 3º O delegado de polícia conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade.

§ 4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.

§ 5º A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.

§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

**Art. 3º** O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**(\*) EM DESTAQUE A PARTE VETADA**



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2012**  
(nº 7.193/2010, na Casa de origem)

**EMENTA:** “Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia”.

**AUTOR:** Deputado Arnaldo Faria de Sá

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:**

**Leitura:** 28/4/2010

Publicação no DCD de 8/6/2011

**Comissões:**

Segurança Pública e Combate ao Crime  
Organizado

**Relatores:**

- Deputado Mendonça Prado  
Parecer pela aprovação do projeto,  
com emenda.

Publicação no DCD de 7/9/2011

Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsp?sessionId=E333E7CBBEF884E264812DA6953CD314.node2?idProposicao=474791&ord=1&tp=reduzida](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=E333E7CBBEF884E264812DA6953CD314.node2?idProposicao=474791&ord=1&tp=reduzida)

Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado Francisco Araújo  
Parecer pela constitucionalidade,  
juridicidade, técnica legislativa, e,  
no mérito, pela aprovação deste e  
das Emendas da Comissão de  
Segurança Pública e Combate ao  
Crime Organizado e pela rejeição  
da emenda apresentada perante a  
CCJC.

Publicação no DCD de 19/10/2012

Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsp?sessionId=E333E7CBBEF884E264812DA6953CD314.node2?idProposicao=474791&ord=1&tp=reduzida](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=E333E7CBBEF884E264812DA6953CD314.node2?idProposicao=474791&ord=1&tp=reduzida)

Comissões: (cont.)  
Constituição e Justiça e de Cidadania

- Deputado Francisco Araújo  
Redação Final  
Disponível em:  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1046291&filename=Tramitacao-PL+7193/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1046291&filename=Tramitacao-PL+7193/2010)

Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 12/12/2012, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovação da Redação Final. Tramitação com apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria será despachada ao Senado Federal.

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício SGM-P nº 2.250, de 18/12/2012

SENADO FEDERAL - TRAMITAÇÃO:

Leitura: 20/12/2012  
Publicação no DSF de 21/12/2012

Comissão:  
Constituição, Justiça e Cidadania

Relator:  
- Senador Humberto Costa  
Leitura do Parecer nº 328, de 2013-CCJ, favorável à matéria.  
Publicação no DSF de 1/5/2013  
Disponível em:  
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=01/05/2013&p=22758&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>

- Senador Humberto Costa  
Leitura do Parecer nº 409, de 2013-PLN, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 10-PLN, apresentando a Emenda nº 11-PLN, de redação.  
Publicação no DSF de 29/5/2013  
Disponível em:  
[http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf\\_icon.gif](http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf_icon.gif)  
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=29/05/2013&p=30892&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>

**Comissões: (cont.)****Diretora****- Senador Flexa Ribeiro****Parecer nº 410, de 2013-CDIR****Redação Final****Publicação no DSF de 29/5/2013****Disponível em:****([http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf\\_ic\\_on.gif](http://www.senado.gov.br/atividade/img/pdf_ic_on.gif))****(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=29/05/2013&p=30892&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)****Resultado no Senado Federal:**

Em 28/5/2013, aprovado o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovada a Emenda nº 11-PLEN, de redação, apresentada pelo Relator. Rejeitadas as demais emendas de Plenário, de parecer contrário. Aprovada a Redação Final. À sanção.

Publicação no DSF de 29/5/2013

**ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem SF nº 68, de 31/5/2013

**VETO PARCIAL Nº 19, DE 2013****(Mensagem nº 51/2013-CN)****aposto ao****Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012**

**Norma gerada:** Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 21/6/2013

**Parte vetada do projeto:**

- § 3º do art. 2º

## **VETO TOTAL Nº 20, DE 2013**

**Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005  
(nº 6.104/2005, na Câmara dos Deputados)**

**(Mensagem nº 52/2013-CN – nº 252/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 56, de 2005 (nº 6.104/05 na Câmara dos Deputados), que “Institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel”.

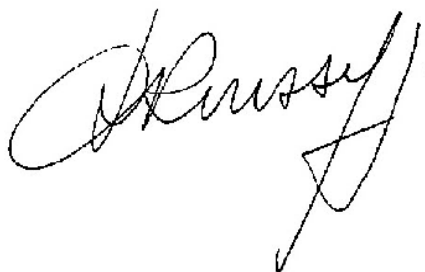
Ouvido, o Ministério das Relações Exteriores manifestou-se pelo veto ao projeto conforme as seguintes razões:

“Apesar do mérito da proposta, a data escolhida para se instituir como o ‘Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel’, 29 de novembro, coincide com o ‘Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina’, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em referência à partilha do território do mandato britânico da Palestina em dois Estados. Desta forma, este dia acaba por ter maior significado para o povo palestino.

Cabe ainda reforçar a intenção de se instituir o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel, com o envio de mensagem ao Congresso Nacional com Projeto de Lei que, guardando o mesmo teor do ora vetado, indica o dia 12 de abril como data a ser celebrada, em referência à criação da legação do Brasil em Israel.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de junho de 2013.





**PROJETO VETADO:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2005**  
**(nº 6.104/2005, na Câmara dos Deputados)**

Institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** É instituído o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel, a ser comemorado anualmente em 29 de novembro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2005**  
**(nº 6.104/2005, na Câmara dos Deputados)**

**EMENTA:** “Institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel”.

**AUTOR:** Senador Marcelo Crivella

**TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:**

**LEITURA:** 8/3/2005 – DCN de 9/3/2005

**COMISSÕES:**

Educação, Cultura e Esporte

**RELATORES:**

- Sen. Reginaldo Duarte  
Parecer nº 1.793/2005-CE, favorável  
ao projeto

DSF de 5/10/2005

Disponível em:

([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar  
io.asp?dt=05-10-2005&p=33898&v=DSF&s=N&ns=  
&nv=&nt=](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar<br/>io.asp?dt=05-10-2005&p=33898&v=DSF&s=N&ns=<br/>&nv=&nt=))

Relações Exteriores e Defesa  
Nacional

- Sen. Flexa Ribeiro (*ad hoc*)  
Parecer nº 1.794/2005-CRE,  
Pela aprovação da matéria  
DSF de 5/10/2005

Disponível em:

([http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar  
io.asp?dt=05-10-2005&p=33898&v=DSF&s=N&ns=  
&nv=&nt=](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiar<br/>io.asp?dt=05-10-2005&p=33898&v=DSF&s=N&ns=<br/>&nv=&nt=))

**Resultado no Senado Federal:**

Em 14/10/2005, sem interposição de recurso para apreciação pelo Plenário, a matéria, aprovada conclusivamente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é despachada à Câmara dos Deputados. À sanção.

Publicação no DSF de 15/10/2005

**ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Ofício SF nº 2.533, de 20/10/2005

**TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

**LEITURA:** 21/10/2005– DCD de 9/11/2005

**COMISSÕES:**

Educação e de Cultura

Constituição e Justiça e de Cidadania

**RELATORES:**

- Dep. Ariosto Holanda, pela  
aprovação da matéria

DCD de 13/6/2006

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=396713&filename=Tramitacao-PL+6104/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=396713&filename=Tramitacao-PL+6104/2005))

- Dep. Carlos Willian, pela  
constitucionalidade,  
juridicidade e técnica  
legislativa, com substitutivo  
DCD de 9/4/2008

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=509105&filename=Tramitacao-PL+6104/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=509105&filename=Tramitacao-PL+6104/2005))

- Dep. Maurício Quintella Lessa  
Redação Final

Disponível em:

([http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=559754&filename=Tramitacao-PL+6104/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=559754&filename=Tramitacao-PL+6104/2005))

**Resultado na Câmara dos Deputados:**

Em 6/5/2008, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovação da Redação Final, o Substitutivo é despachado ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 7/5/2008

**ENCAMINHAMENTO DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO SENADO FEDERAL:**

Ofício PS-GSE nº 147, de 13/5/2008

## TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO SENADO FEDERAL

LEITURA: 15/5/2008– DSF de 16/5/2008

### COMISSÕES:

Educação, Cultura e Esporte

### RELATORES:

Sen. Marisa Serrano (*ad hoc*)  
Parecer nº 771, de 2009-CE, pela  
aprovação do Substitutivo da  
Câmara dos Deputados ao projeto  
DSF de 23/6/2009

Disponível em:

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=23/06/2009&p=24582&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Relações Exteriores e Defesa Nacional

Sen. Fernando Collor  
Parecer nº 772, de 2009-CRE, pela  
aprovação do Substitutivo da  
Câmara dos Deputados ao projeto  
DSF de 23/6/2009

Disponível em:

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=23/06/2009&p=24582&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Diretora

Sen. Flexa Ribeiro  
Parecer nº 411, de 2013-CDIR  
DSF de 29/5/2013

Disponível em:

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=29/05/2013&p=30911&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

### Resultado no Senado Federal:

Em 28/5/2013, em Plenário, aprovado, em globo, o Substitutivo da Câmara.  
Aprovada a redação final. À sanção.  
Publicação no DSF de 29/5/2013

## **ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:**

Mensagem SF nº 72, de 31 de maio de 2013.



**VETO TOTAL Nº 20, DE 2013**  
aposto ao  
**Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005**  
**(Mensagem nº 52/2013-CN)**

**Veto publicado no D.O.U. - Seção 1, de 21/6/2013**

# **VETO PARCIAL**

## **Nº 21, DE 2013**

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 600, de 2012)

**(Mensagem nº 53/2013-CN – nº 255/2013, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013 (MP nº 600/12), que “Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera os prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

### **Art. 14**

“Art. 14. Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013 os prazos previstos no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e os prazos previstos no § 12 do art. 1º e do art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§ 1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no **caput** e as regras e condições fixadas nas referidas Leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§ 2º A extensão do prazo de que trata o **caput** não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I - do § 9º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II - do § 9º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.”

#### **Razões do veto**

“A reabertura de prazo do Refis privilegiaria a inadimplência e implicaria em iniquidade com aqueles que aderiram ao Programa e mantiveram-se regulares em relação ao montante parcelado e ao pagamento dos débitos correntes. Além disso, a medida cria a expectativa de que haja periodicamente a instituição de parcelamento especial, estimulando o inadimplemento de obrigações tributárias. Por fim, dispositivo idêntico foi recentemente vetado, quando da conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012.”

#### **Inciso II do parágrafo único do art. 48 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, acrescido pelo art. 16 do projeto de lei de conversão**

“II - emitir livremente juízo de legalidade de atos infralegais nos quais se fundamentam os lançamentos tributários em julgamento.”

#### **Razões do veto**

“O CARF é órgão de natureza administrativa e, portanto, não tem competência para o exercício de controle de legalidade, sob pena de invasão das atribuições do Poder Judiciário.”

#### **Art. 20.**

“Art. 20. Poderão ser pagos ou parcelados em até 360 (trezentos e sessenta) parcelas mensais os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não, bem como os débitos com a Procuradoria-Geral da União, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, provenientes de competências vencidas até 31 de março de 2013, de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, das entidades hospitalares sem fins econômicos, das entidades de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência sem fins lucrativos, e das demais entidades sem fins lucrativos que atuem nas áreas de saúde e de assistência social.



§ 1º Os débitos parcelados nos termos deste artigo terão redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos demais encargos legais.

§ 2º No parcelamento a que se refere este artigo, deverão ser observadas as normas específicas de cada órgão ou entidade, incluindo os critérios para a rescisão.

§ 3º Os pedidos de parcelamento deverão ser efetuados em até 120 dias da publicação desta Lei.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito das respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata esta Lei.”

### **Razões do veto**

“Da maneira prevista, a proposta é insuficiente, pois, apesar de dispor sobre o parcelamento das dívidas, não está acompanhada de medidas que possam solucionar no médio e longo prazos os problemas de gestão e financiamento das entidades. Dada a sua importância para a saúde pública do país, o Governo formulará proposição que auxilie a continuidade e aperfeiçoamento de suas atividades.”

Os Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 15.**

“Art. 15. O § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 4º .....

§ 1º Os eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes na data da prestação de contas poderão ser utilizados para ressarcir o ente beneficiário que já houver realizado gastos com recursos próprios ou poderão ser reprogramados para utilização em período subsequente, incluindo a destinação para objeto diverso do inicialmente estipulado, mantendo o objeto original do plano, nos termos a serem definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

.....’ (NR)”

### **Razões do veto**

“A utilização de recursos para outros objetos não aprovados anteriormente deve ser feita mediante análise específica, garantindo o monitoramento das ações e de sua execução financeira. Além disso, as transferências de recursos vêm sendo feitas tempestivamente, não



se justificando a utilização destes para ressarcimento de gastos realizados previamente. Por fim, dispositivo idêntico foi recentemente vetado, quando da conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012.”

Os Ministérios da Justiça, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Arts. 17, 18 e 19**

“Art. 17. Fica a União autorizada a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais ou desafetados, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário - CEDUPI, criado nesta Lei e aplicando-se na sua emissão e venda, suplementarmente, a legislação federal pertinente.

§ 1º A autorização estabelecida no **caput** poderá ser exercida pelos órgãos da administração direta, pelos fundos especiais, pelas autarquias, pelas fundações públicas, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, obedecidos, quando couber, os estatutos do ente público ou das sociedades de direito privado.

§ 2º O Cedupi, título de características mobiliárias, será emitido pelos entes públicos definidos no § 1º deste artigo, precedido de avaliação do bem imóvel por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado com indicação dos critérios de avaliação e valor mínimo a ser adotado para a venda do certificado.

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ouvida a Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a Advocacia-Geral da União, deverá dar anuência, em processo administrativo regular originado no Ministério interessado, à emissão do Cedupi.

§ 4º Dos Cedupis deverão constar minimamente:

I - o órgão ou entidade definida no § 1º deste artigo responsável pela emissão e o Ministério a que se vincula;

II - a descrição do bem dominical ou desafetado, sua área e seus limites;

III - a forma de uso do bem público: concessão de direito real de uso - CDRU, concessão de direito de superfície ou concessão, permissão ou autorização de qualquer espécie, sempre por escritura pública;

IV - as finalidades admitidas para o uso de bem público, não importando obrigação de obtenção de licenças de qualquer espécie para a construção ou atividade;

V - o prazo de vigência do certificado e se determinado ou indeterminado;

VI - o valor e forma de pagamento do certificado: valor mínimo de venda e se em parcelas periódicas ou se em um único pagamento no ato da compra do Cedupi;

VII - a forma de transferência do Cedupi, se permitida, regulação da extinção do certificado, irreversibilidade ou condições de reversibilidade dos bens, obrigação de pagamento de tributos ou taxas incidentes sobre o bem público e a forma de liquidação e custódia do título.

Art. 18. A venda dos Cedupis, emitidos na forma do art. 17, será realizada mediante leilão com lances em viva voz, em recinto de livre acesso ao público interessado, aplicando-se obrigatoriamente o disposto nos arts. 21 e 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, as demais disposições da citada Lei.

Art. 19. Alternativamente à venda dos Cedupis, a União poderá, a seu exclusivo critério:

I - constituir Fundo de Investimento de Valorização e Liquidez de Ativos Imobiliários da União, de natureza privada, no qual ela e as entidades citadas no § 1º do art. 17 desta Lei possam, como cotistas, integralizar Cedupis emitidos ou autorizar, mediante processo administrativo regular, que essas entidades isoladamente ou em consórcio público possam constituir o Fundo; e

II - permitir, mediante processo administrativo regular, que as entidades mencionadas no § 1º do art. 17 desta Lei possam utilizar Cedupis emitidos para a estruturação de garantia de pagamento em parcerias público-privadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a instituir, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, mediante decreto, o Fundo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, que será administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada pela União, devidamente credenciada na forma da legislação pertinente aplicável, e selecionada mediante procedimento autorizado em lei, a quem caberá, no exercício da política de investimentos aprovada pela assembleia de cotistas:

I - celebrar contratos de natureza privada com terceiros, zelando pela valorização dos ativos e pela manutenção de liquidez em níveis adequados;

II - adquirir, quando necessário ao desenvolvimento de Projeto Imobiliário e à melhoria da viabilidade econômica, Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC e outros títulos representativos do solo criado emitidos pelos Municípios e autorizados pela Comissão de Valores Imobiliários;

III - participar de outros fundos, principalmente de Fundos de Investimentos em Participações - FIP e Fundos de Investimentos Imobiliários; e

IV - participar de empresas em empreendimentos imobiliários, desde que o veículo de investimento tenha a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE e cujos Estatutos



e Acordos de Acionistas sejam previamente aprovados pela assembleia de cotistas do Fundo, vedada a integralização de capital em moeda corrente.”

### **Razões dos vetos**

“A legislação patrimonial vigente já conta com instrumentos adequados para avaliar, regularizar e destinar imóveis da União. Além disso, tal como proposto, o CEDUPI permite a transferência de direitos patrimoniais ao particular, mas os ônus relativos aos bens permanecem com o Poder Público. Por fim, a maneira prevista para sua alienação submete a avaliação do valor do título a uma entidade privada e não prevê procedimento adequado para sua oferta no mercado.”

Os Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão acrescentaram, ainda, juntamente com o Ministério dos Transportes, veto ao seguinte dispositivo:

### **Art. 21**

“Art. 21. O art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 4º As desapropriações para implantação de parques, vias ou modais poderão abranger as áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento das obras a que se destinam, bem como as áreas adjacentes que poderão beneficiar-se de grande valorização em decorrência da urbanização ou reurbanização, devendo a declaração de utilidade pública compreendê-las, mencionando quais as indispensáveis à realização das obras e as que se destinam a posterior revenda ou utilização imobiliária.

Parágrafo único. Quando a urbanização ou a reurbanização de que trata o caput deste artigo for realizada mediante concessão, inclusive urbanística, ou parceria público-privada, o Município deverá ser ressarcido dos desembolsos com as desapropriações das zonas adjacentes, e a previsão financeira da utilização imobiliária dessas zonas deverá fazer parte integrante do edital de licitação como projeto associado, por conta e risco do proponente.’ (NR)”

### **Razões do veto**

“Da forma como redigida, a proposta limita injustificadamente as hipóteses de desapropriação por interesse público das áreas contíguas, podendo inviabilizar empreendimentos estratégicos do país. Além disso, permite que agentes privados se apropriem exclusivamente de externalidades positivas decorrentes do investimento público.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de junho de 2013.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2013  
(oriundo da Medida Provisória nº 600/2012)**

Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera os prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2013, destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, nos termos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e relacionados em ato editado na forma do regulamento.

.....”(NR)

**Art. 2º** O art. 6º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 6º .....

.....  
§ 3º Dos recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do caput, até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) destinam-se ao financiamento de material de construção e de bens de



consumo duráveis às pessoas físicas, sendo que, no caso do financiamento de bens, exclusivamente para o público do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e até R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) destinam-se ao financiamento de projetos ligados a infraestrutura.

.....”(NR)

**Art. 3º** Fica a União autorizada a conceder crédito à Caixa Econômica Federal, no montante de até R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, que permitam o enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Caixa Econômica Federal, títulos da dívida pública mobiliária federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no **caput**.

§ 3º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional deverá enquadrar-se, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, em uma das seguintes alternativas:

I - ser compatível com a taxa de remuneração de longo prazo;

II - ser compatível com seu custo de captação; ou

III - ter remuneração variável.

**Art. 4º** O art. 63 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 63. É instituído o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil.

§ 1º.....

IV - os rendimentos de suas aplicações financeiras;

V - os que lhe forem atribuídos para os fins de que trata o art. 63-A; e

VI - outros que lhe forem atribuídos.

§ 6º Os recursos do FNAC, enquanto não destinados às finalidades previstas no art. 63-A, ficarão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.”(NR)

**Art. 5º** A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 63-A:

“Art. 63-A. Os recursos do FNAC serão geridos e administrados pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ou, a seu critério, por instituição financeira pública federal, quando destinados à

modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos.

§ 1º Para a consecução dos objetivos previstos no **caput**, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, diretamente ou, a seu critério, por intermédio de instituição financeira pública federal, realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens, contratar obras e serviços de engenharia e de técnicos especializados e utilizar-se do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

§ 2º Ato conjunto dos Ministros da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República fixará a remuneração de instituição financeira que prestar serviços, na forma deste artigo.”

**Art. 6º** A Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A A contratação de bens e serviços pela Infraero e suas controladas, a exemplo dos procedimentos facultados à Petrobras no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, bem como as permissões e concessões de uso de áreas, instalações e equipamentos aeroportuários observarão procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.”

**Art. 7º** A Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

II – 25,24% (vinte e cinco inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) destinados à aplicação em aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual.

§ 2º A parcela de 25,24% (vinte e cinco inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) especificada no inciso II do **caput** constituirá o suporte financeiro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA.

§ 3º Poderão ser contemplados com os recursos dispostos no § 2º os aeródromos públicos de interesse regional ou estadual que sejam objeto de convênio específico firmado entre o governo estadual interessado e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

.....”(NR)

**Art. 8º** Fica a União autorizada a ceder onerosamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas controladas direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional.

§ 1º O pagamento devido pelo BNDES pela cessão de que trata o **caput** poderá ser efetivado em títulos da dívida pública mobiliária federal ou ações de sociedades



anônimas, exceto as integrantes de instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, respeitada a equivalência econômica da operação, sendo o ajuste de eventual diferença pago em moeda corrente pelo BNDES à União.

§ 2º A operação deverá ser formalizada mediante instrumento contratual a ser firmado pelas partes.

§ 3º Fica a União autorizada a destinar à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, no todo ou em parte, os recursos financeiros provenientes da cessão onerosa de que trata o **caput**.

§ 4º Fica a União autorizada a celebrar contratos com o BNDES com a finalidade de excluir os efeitos da variação cambial incidentes nos direitos de crédito de que trata o **caput**.

**Art. 9º** A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

§ 13. Fica a União autorizada a subvencionar, na forma e no limite dispostos neste artigo, operações de financiamento contratadas por outras instituições financeiras e que foram objeto de reembolso por parte do BNDES, desde que tais operações:

I – tenham os mesmos beneficiários e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as linhas de crédito do BNDES passíveis de subvenção;

II - não contemplem operações inadimplentes.

§ 14. Entende-se como reembolso a restituição pelo BNDES às instituições financeiras dos valores referentes às liberações de recursos por elas realizadas nas operações de que trata o § 13.”(NR)

**Art. 10.** A Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 55.....

§ 1º Observado o disposto no **caput**, a União, por intermédio da administração pública federal direta ou indireta, poderá disponibilizar, por meio de instrumento próprio, os serviços de telecomunicação necessários para a realização dos eventos.

§ 2º É dispensável a licitação para a contratação pela administração pública federal, direta ou indireta, da Telebrás ou de empresa por ela controlada, para realizar os serviços previstos no § 1º.”(NR)

**Art. 11.** Fica a União, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, autorizada a alterar as condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida, assinados com instituições financeiras federais, de forma que tais instrumentos possam adequar-se às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

**Art. 12.** A Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A Ficam as empresas públicas federais, exceto as instituições financeiras, autorizadas a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.”

**Art. 13.** O **caput** do art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2015, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

.....”(NR)

**Art. 14.** Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013 os prazos previstos no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e os prazos previstos no § 12 do art. 1º e do art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§ 1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no **caput** e as regras e condições fixadas nas referidas Leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§ 2º A extensão do prazo de que trata o **caput** não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I – do § 9º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II – do § 9º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

**Art. 15.** O § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

§ 1º Os eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes na data da prestação de contas poderão ser utilizados para ressarcir o ente beneficiário que já houver realizado gastos com recursos próprios ou poderão ser reprogramados para utilização em período subsequente, incluindo a destinação para objeto diverso do inicialmente estipulado, mantendo o objeto original do plano, nos termos a serem definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

.....”(NR)

**Art. 16.** O art. 48 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



“Art. 48.....

Parágrafo único. São prerrogativas do Conselheiro integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF:

I – somente ser responsabilizado civilmente, em processo judicial ou administrativo, em razão de decisões proferidas em julgamento de processo no âmbito do CARF, quando proceder comprovadamente com dolo ou fraude no exercício de suas funções; e

II – emitir livremente juízo de legalidade de atos infralegais nos quais se fundamentam os lançamentos tributários em julgamento.”(NR)

**Art. 17.** Fica a União autorizada a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais ou desafetados, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI, criado nesta Lei e aplicando-se na sua emissão e venda, suplementarmente, a legislação federal pertinente.

§ 1º A autorização estabelecida no caput poderá ser exercida pelos órgãos da administração direta, pelos fundos especiais, pelas autarquias, pelas fundações públicas, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, obedecidos, quando couber, os estatutos do ente público ou das sociedades de direito privado.

§ 2º O Cedupi, título de características mobiliárias, será emitido pelos entes públicos definidos no § 1º deste artigo, precedido de avaliação do bem imóvel por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado com indicação dos critérios de avaliação e valor mínimo a ser adotado para a venda do certificado.

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ouvida a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e a Advocacia-Geral da União, deverá dar anuência, em processo administrativo regular originado no Ministério interessado, à emissão do Cedupi.

§ 4º Dos Cedupis deverão constar minimamente:

I – o órgão ou entidade definida no § 1º deste artigo responsável pela emissão e o Ministério a que se vincula;

II – a descrição do bem dominical ou desafetado, sua área e seus limites;

III – a forma de uso do bem público: concessão de direito real de uso - CDRU, concessão de direito de superfície ou concessão, permissão ou autorização de qualquer espécie, sempre por escritura pública;

IV – as finalidades admitidas para o uso de bem público, não importando obrigação de obtenção de licenças de qualquer espécie para a construção ou atividade;

V – o prazo de vigência do certificado e se determinado ou indeterminado;

VI – o valor e forma de pagamento do certificado: valor mínimo de venda e se em parcelas periódicas ou se em um único pagamento no ato da compra do Cedupi;

VII – a forma de transferência do Cedupi, se permitida, regulação da extinção do certificado, irreversibilidade ou condições de reversibilidade dos bens, obrigação de pagamento de tributos ou taxas incidentes sobre o bem público e a forma de liquidação e custódia do título.

**Art. 18.** A venda dos Cedupis, emitidos na forma do art. 17, será realizada mediante leilão com lances em viva voz, em recinto de livre acesso ao público interessado,



aplicando-se obrigatoriamente o disposto nos arts. 21 e 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, as demais disposições da citada Lei.

Art. 19. Alternativamente à venda dos Cedupis, a União poderá, a seu exclusivo critério:

I - constituir Fundo de Investimento de Valorização e Liquidez de Ativos Imobiliários da União, de natureza privada, no qual ela e as entidades citadas no § 1º do art. 17 desta Lei possam, como cotistas, integralizar Cedupis emitidos ou autorizar, mediante processo administrativo regular, que essas entidades isoladamente ou em consórcio público possam constituir o Fundo; e

II - permitir, mediante processo administrativo regular, que as entidades mencionadas no § 1º do art. 17 desta Lei possam utilizar Cedupis emitidos para a estruturação de garantia de pagamento em parcerias público-privadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a instituir, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, mediante decreto, o Fundo de que trata o inciso I do caput deste artigo, que será administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada pela União, devidamente credenciada na forma da legislação pertinente aplicável, e selecionada mediante procedimento autorizado em lei, a quem caberá, no exercício da política de investimentos aprovada pela assembleia de cotistas:

I - celebrar contratos de natureza privada com terceiros, zelando pela valorização dos ativos e pela manutenção de liquidez em níveis adequados;

II - adquirir, quando necessário ao desenvolvimento de Projeto Imobiliário e à melhoria da viabilidade econômica, Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC e outros títulos representativos do solo criado emitidos pelos Municípios e autorizados pela Comissão de Valores Imobiliários;

III - participar de outros fundos, principalmente de Fundos de Investimentos em Participações - FIP e Fundos de Investimentos Imobiliários; e

IV - participar de empresas em empreendimentos imobiliários, desde que o veículo de investimento tenha a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE e cujos Estatutos e Acordos de Acionistas sejam previamente aprovados pela assembleia de cotistas do Fundo, vedada a integralização de capital em moeda corrente.

Art. 20. Poderão ser pagos ou parcelados em até 360 (trezentos e sessenta) parcelas mensais os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não, bem como os débitos com a Procuradoria-Geral da União, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, provenientes de competências vencidas até 31 de março de 2013, de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, das entidades hospitalares sem fins econômicos, das entidades de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência sem fins lucrativos, e das demais entidades sem fins lucrativos que atuem nas áreas de saúde e de assistência social.

§ 1º Os débitos parcelados nos termos deste artigo terão redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos demais encargos legais.

§ 2º No parcelamento a que se refere este artigo, deverão ser observadas as normas específicas de cada órgão ou entidade, incluindo os critérios para a rescisão.

§ 3º Os pedidos de parcelamento deverão ser efetuados em até 120 dias da publicação desta Lei.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito das respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata esta Lei.

Art. 21. O art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As desapropriações para implantação de parques, vias ou modais poderão abranger as áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento das obras a que se destinam, bem como as áreas adjacentes que poderão beneficiar-se de grande valorização em decorrência da urbanização ou reurbanização, devendo a declaração de utilidade pública compreendê-las, mencionando quais as indispensáveis à realização das obras e as que se destinam a posterior revenda ou utilização imobiliária.

Parágrafo único. Quando a urbanização ou a reurbanização de que trata o caput deste artigo for realizada mediante concessão, inclusive urbanística, ou parceria público-privada, o Município deverá ser ressarcido dos desembolsos com as desapropriações das zonas adjacentes, e a previsão financeira da utilização imobiliária dessas zonas deverá fazer parte integrante do edital de licitação como projeto associado, por conta e risco do proponente.”(NR)

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2013**  
(oriundo da Medida Provisória nº 600, de 2012, publicada no DOU –  
Seção I, Edição Extra de 28/12/2012)

**EMENTA:** “Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera os prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências”.

**COMISSÃO MISTA - TRAMITAÇÃO:**

Designação: 5/2/2013

Publicação no DSF de 6/2/2013

Apresentação de emendas: até 9/2/2013, prazo regimental, foram oferecidas vinte e oito emendas à Medida Provisória (DSF de 15/2/2013).

(<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=15/02/2013&p=3092&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Instalação da Comissão Mista: 21/2/2013

- Presidente: Senador Delcídio do Amaral
- Vice-Presidente: Deputada Marina Santanna
- Relator: Deputado Lucio Vieira Lima
- Relator Revisor: Senador Ivo Cassol

Prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória:

- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2013
- Publicação: DOU de 22/3/2013

Resultado na Comissão Mista:

Em 24/4/2013, é apresentado o Relatório do Deputado Lúcio Vieira Lima, concluindo pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa da Medida Provisória e de todas as emendas apresentadas; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória e das Emendas nº 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27; pela não implicação em matéria financeira ou orçamentária das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nº 9, 13 e 15, ficando o exame de mérito prejudicado em relação a estas últimas. No mérito, o voto é pela aprovação da



Medida Provisória nº 600, de 2012, e das Emendas nº 10 e 21, com a rejeição das demais Emendas, tudo nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, que apresenta.

Em 8/5/2013, o Relator, Deputado Lucio Vieira Lima, apresenta complementação de voto concluindo pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 600, de 2012, e de todas as emendas apresentadas, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória, e das Emendas nºs 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27, pela não implicação em matéria financeira ou orçamentária das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 9, 13 e 15, ficando o exame de mérito prejudicado em relação a estas últimas. No mérito, pela aprovação da Medida Provisória e da Emenda nº 21, com a rejeição das demais Emendas, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, apresentado. É aprovado o Relatório, que passa constituir Parecer nº 16, de 2013-CN - Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, da Comissão Mista. À Câmara dos Deputados.

Publicação no DSF de 15/5/2013

Disponível em: (<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/verDiario.asp?dt=15/05/2013&p=26018&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>).

#### ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício CN nº 296, de 15/5/2013

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS - TRAMITAÇÃO:

Recebimento: 15/5/2013

Publicação no DCD de 17/5/2013

#### Resultado na Câmara dos Deputados:

Em 21/5/2013, em Plenário, aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 9, 13 e 15. Em consequência, as Emendas nºs 9, 13 e 15 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito. Aprovada a Medida Provisória nº 600, de 2012 na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, ressalvados os destaques. Rejeitada a Emenda nº 3. Mantido o § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 2011, constante do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão. Mantida a expressão: "por intermédio de instituição financeira pública federal" do § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 2011, constante do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão. Aprovada a Emenda de Redação nº 1. Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Deputado

Lucio Vieira Lima. (Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/pr\\_op\\_mostrarintegra?codteor=1091135&filename=Tramitacao-MPV+600/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/pr_op_mostrarintegra?codteor=1091135&filename=Tramitacao-MPV+600/2012)) A matéria vai ao Senado Federal.

Publicação no DCD de 22/5/2013

### ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL:

Ofício SGM-P nº 965, 22/5/2013

### TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

Leitura: 22/5/2013, em Plenário, a Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, à Medida Provisória nº 600, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado.

Publicação no DSF de 23/5/2013

### Resultado no Senado Federal:

Em 28/5/2013, em Plenário, aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária. Aprovado o projeto de lei de conversão, ficando prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas. À sanção.

Publicação no DSF de 29/5/2013

### ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CN nº 22, de 31 de maio de 2013.

### **VETO PARCIAL Nº 21, de 2013**

**(Mensagem nº 53, de 2013-CN)**

aposto ao

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2013**

**Norma gerada:** Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013

D.O.U. – Seção 1, de 21/6/2013

**Partes vetadas do projeto :**

- *caput* do art. 14;
- § 1º do art. 14;
- *caput* do § 2º do art. 14;
- inciso I do § 2º do art. 14;
- inciso II do § 2º do art. 14;
- § 1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, com a redação dada pelo art. 15 do projeto;
- inciso II do parágrafo único do art. 48 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a redação dada pelo art. 16 do projeto de lei;
- *caput* do art. 17;
- § 1º do art. 17;
- § 2º do art. 17;
- § 3º do art. 17;
- *caput* do § 4º do art. 17;
- inciso I do § 4º do art. 17;
- inciso II do § 4º do art. 17;
- inciso III do § 4º do art. 17;
- inciso IV do § 4º do art. 17;
- inciso V do § 4º do art. 17;
- inciso VI do § 4º do art. 17;
- inciso VII do § 4º do art. 17;
- art. 18;
- *caput* do art. 19;
- inciso I do art. 19;
- inciso II do art. 19;
- *caput* do parágrafo único do art. 19;
- inciso I do parágrafo único do art. 19;
- inciso II do parágrafo único do art. 19;
- inciso III do parágrafo único do art. 19;
- inciso IV do parágrafo único do art. 19;
- *caput* do art. 20;
- § 1º do art. 20;
- § 2º do art. 20;
- § 3º do art. 20;
- § 4º do art. 20;
- *caput* do art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pelo art. 21 do projeto; e
- parágrafo único do art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pelo art. 21 do projeto.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/ PMDB – AL) – De acordo com o disposto no §2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, e nº 1, de 2012, também do Congresso Nacional, ficam constituídas

comissões mistas incumbidas de relatar os vetos, comissões essas que serão publicadas.

São as seguintes as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos Nº 7 a 18, de 2013:

### Veto Parcial nº 7, de 2013 (PLS 115/2007)

#### **Senadores**

João Alberto Souza  
Rodrigo Rollemberg  
Mário Couto  
Mozarildo Cavalcanti

#### **Deputados**

Eudes Xavier  
Zezéu Ribeiro  
Andreia Zito  
Ademir Camilo  
Roberto Balestra

### Veto Parcial nº 8, de 2013 (PLV 32/2012)

#### **Senadores**

Sérgio Petecão  
Delcídio do Amaral  
Aloysio Nunes Ferreira  
Gim

#### **Deputados**

Policarpo  
Carlos Bezerra  
João Campos  
Armando Vergílio  
Valtenir Pereira

### Veto Parcial nº 9, de 2013 (PLV 1/2013)

#### **Senadores**

Francisco Dornelles  
Inácio Arruda  
Ataídes Oliveira  
Alfredo Nascimento

#### **Deputados**

Sibá Machado  
Marcelo Castro  
Antonio Carlos Mendes Thame  
André Figueiredo  
Onyx Lorenzoni



Veto Parcial nº 10, de 2013 (PLC 280/2009)**Senadores**

Paulo Davim  
Eduardo Lopes  
José Agripino  
Eduardo Amorim

**Deputados**

José Mentor  
Fátima Bezerra  
Domingos Sávio  
Hugo Napoleão  
Maurício Quintella Lessa

Veto Total nº 11, de 2013 (PLC 119/2010)**Senadores**

Ricardo Ferraço  
Walter Pinheiro  
Cyro Miranda  
Blairo Maggi

**Deputados**

Luiz Couto  
Mendes Ribeiro Filho  
Andreia Zito  
Roberto Santiago  
Sebastião Bala Rocha

Veto Parcial nº 12, de 2013 (PLV 3/2013)**Senadores**

Vital do Rêgo  
Anibal Diniz  
Jayme Campos  
Antonio Carlos Rodrigues

**Deputados**

Amauri Teixeira  
Odílio Balbinotti  
Raimundo Gomes de Matos  
Júlio Cesar  
Felipe Maia

Veto Parcial nº 13, de 2013 (PLV 4/2013)**Senadores**

Romero Jucá  
Paulo Paim  
Alvaro Dias  
Eduardo Amorim

**Deputados**

José Airton  
João Magalhães  
Sergio Guerra  
Guilherme Campos  
Andre Moura

Veto Parcial nº 14, de 2013 (PLC 26/2012)**Senadores**

Ana Amélia  
Eduardo Suplicy  
Aloysio Nunes Ferreira  
Alfredo Nascimento

**Deputados**

Fernando Ferro  
Fabio Trad  
Nelson Marchezan Junior  
Sergio Zveiter  
Arnaldo Faria de Sá

Veto Parcial nº 15, de 2013 (PLV 5/2013)**Senadores**

Romero Jucá  
Zeze Perrella  
Alvaro Dias  
Eduardo Amorim

**Deputados**

Vicentinho  
Leonardo Quintão  
Jutahy Junior  
Walter Ihoshi  
Alice Portugal

Veto Parcial nº 16, de 2013 (PLV 9/2013)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Eduardo Braga	José Genoíno
Lídice da Mata	Manoel Junior
Mário Couto	Cesar Conalgo
Blairo Maggi	Marcos Montes
	Cleber Verde

Veto Parcial nº 17, de 2013 (PLV 6/2013)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Kátia Abreu	Ronaldo Zulke
Vanessa Grazziotin	Gabriel Chalita
Paulo Bauer	Izalci
Antonio Carlos Rodrigues	Onofre Santo Agostini
	Ivan Valente

Veto Parcial nº 18, de 2013 (PLC 102/2008)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Eunício Oliveira	Weliton Prado
Wellington Dias	Colbert Martins
Wilder Moraes	Domingos Sávio
Gim	Dr. Paulo César
	Waldir Maranhão

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Peço adicionalmente ao Deputado Weliton Prado, que está funcionando como 1º Secretário desta sessão do Congresso Nacional, que, por favor, faça a leitura do projeto de resolução que permite às Comissões de Educação e de Cultura da Câmara dos Deputados apresentarem, cada um desses colegiados, emendas de apropriação e de remanejamento em matéria orçamentária.

**O SR. WELITON PRADO** (PT – MG) – **Projeto de Resolução nº 1, de 2013**, do Congresso Nacional, apresentado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que acrescenta inciso IV do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a comissão mista permanente que se refere ao inciso I do art. 166 da Constituição Federal.

É o seguinte o projeto na íntegra:

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2012-CN (Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal)**

Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

**O Congresso Nacional resolve:**

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 26. ....

§ 4º A Comissão de Educação e a Comissão de Cultura criadas por desmembramento da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados após a entrada em vigência desta Resolução, farão jus, cada colegiado, a 3 (três) emendas de apropriação e a 3 (três) emendas de remanejamento:

I - as áreas temáticas da Comissão de Educação serão:

- a) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- b) Justiça e Defesa;
- c) Trabalho, Previdência e Assistência Social;



II - as áreas temáticas da Comissão de Cultura serão:

- a) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- b) Justiça e Defesa;

III - as subáreas temáticas da Comissão de Educação serão:

- a) Ministério da Educação;
- b) Ministério da Cultura;
- c) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- d) Ministério do Esporte;
- e) Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Ministério da Defesa;

IV - as subáreas temáticas da Comissão de Cultura serão:

- a) Ministério da Cultura;
- b) Ministério da Educação;
- c) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- d) Ministério do Esporte;
- e) Ministério da Justiça." (NR)

Art. 2º O Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar conforme o anexo desta resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente alteração faz-se necessária em face do desmembramento das competências da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, ocorrido em fevereiro último, por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 21, de 2013, o que resultou na criação das duas comissões.


Tendo em vista que a matéria afeta aos novos colegiados se relaciona a mais de uma área subárea temática, cada comissão fará jus a 6 (seis) emendas, sendo 3 (três) de apropriação e 3 (três) de remanejamento, nos termos do § 1º do art. 26 e do inciso II do §1º do art. 44 da Resolução nº 1, de 20006- CN, cuja alteração passará a constar no Anexo da referida Resolução.

As subáreas temáticas foram atribuídas às novas Comissões em conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2013 – LOA 2013 (inclui os quadros orçamentários consolidados relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, para verificação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal); o Plano Nacional de Cultura; e o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal), que instituirá o Plano Nacional de Educação – PNE.

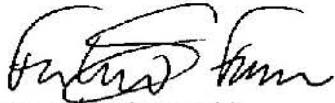
Congresso Nacional, em                      de                      de 2013.



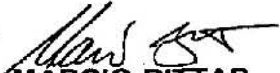
Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**  
Presidente



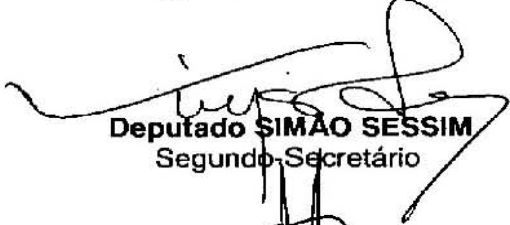
Deputado **ANDRÉ VARGAS**  
Primeiro-Vice-Presidente




Deputado **FÁBIO FARIA**  
Segundo-Vice-Presidente




Deputado **MARCIO BITTAR**  
Primeiro-Secretário



Deputado **SIMÃO SESSIM**  
Segundo-Secretário



Deputado **MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**  
Terceiro-Secretário



Deputado **BIFFI**  
Quarto-Secretário

## ANEXO I

## ANEXO À RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2006-CN

Comissão Permanente	Área Temática	Subárea Temática	Quantidade de emendas		
			Apropriação	Remanejamento	Total
CÂMARA DOS DEPUTADOS			76	76	152
Mesa Diretora	Poderes do Estado e Representação	Câmara dos Deputados	4	4	8
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Ministério da Pesca e Aquicultura			
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério da Integração Nacional Ministério do Meio Ambiente	4	4	8
Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério do Turismo			
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério da Integração Nacional Ministério do Meio Ambiente	4	4	8
	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça			
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4	4	8
	Infraestrutura	Ministério das Comunicações			
	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa			
Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça Órgãos do Ministério Público	4	4	8
	Poderes do Estado e Representação	Órgãos do Poder Judiciário Presidência da República			
Defesa do Consumidor - CDC	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério da Fazenda Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	4	4	8
	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça			
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	4	8
	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério da Fazenda Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			
Desenvolvimento Urbano	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério da Integração Nacional Ministério do Meio Ambiente	4	4	8

- CDU					
	Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Ministério das Cidades			
Direitos Humanos e Minorias - CDHM	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça			
	Poderes do Estado e Representação	Presidência da República	4	4	8
	Trabalho, Previdência e Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			
Educação - CE	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Educação Ministério da Cultura Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
		Ministério do Esporte	3	3	6
	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa			
	Trabalho, Previdência e Assistência Social	Ministério do Trabalho e Emprego			
Cultura - CCULT	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Cultura Ministério da Educação Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
		Ministério do Esporte	3	3	6
	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça			
Finanças e Tributação - CFT	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério da Fazenda			
	Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3	3	6
		Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
Fiscalização Financeira e Controle - CFFC	Poderes do Estado e Representação	Presidência da República Tribunal de Contas da União	4	4	8
Legislação Participativa - CLP			0	0	0
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
			3	3	6
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente			
Minas e Energia - CME	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
	Infraestrutura	Ministério de Minas e Energia	4	4	8
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente			
Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa	3	3	6
	Poderes do Estado e Representação	Ministério das Relações Exteriores			
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça	2	2	4



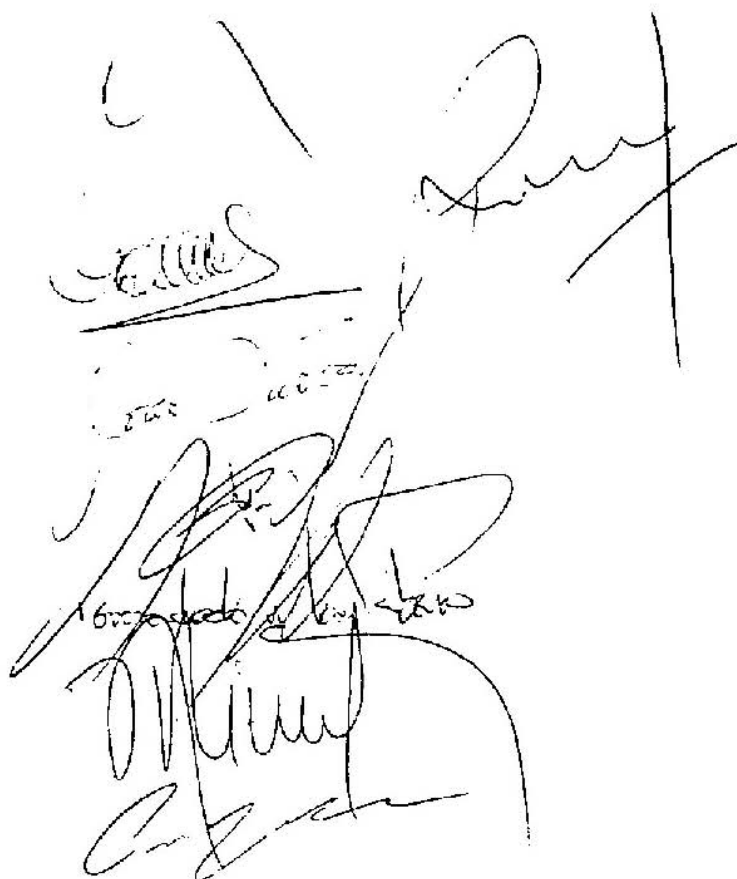
Seguridade Social e Família - CSSF	Saúde	Ministério da Saúde			
	Trabalho, Previdência e Assistência Social	Ministério da Previdência Social	4	4	8
		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			
Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP	Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4	4	8
	Trabalho, Previdência e Assistência Social	Ministério da Previdência Social			
		Ministério do Trabalho e Emprego			
Turismo e Desporto - CTD	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério do Esporte	3	3	6
	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério do Turismo			
Viação e Transportes - CVT	Infraestrutura	Ministério dos Transportes	4	4	8
	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa			
	Poderes do Estado e Representação	Presidência da República			
SENADO FEDERAL			45	45	90
Mesa Diretora	Poderes do Estado e Representação	Senado Federal	4	4	8
Agricultura e Reforma Agrária - CRA	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	4	8
		Ministério da Pesca e Aquicultura			
		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente			
Assuntos Econômicos - CAE	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério da Fazenda	4	4	8
		Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			
	Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
Assuntos Sociais - CAS	Saúde	Ministério da Saúde	4	4	8
	Trabalho, Previdência e Assistência Social	Ministério da Previdência Social			
		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			
Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	3	3	6
	Infraestrutura	Ministério da Educação			
		Ministério das Comunicações			

	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa			
	Saúde	Ministério da Saúde			
Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	Justiça e Defesa	Ministério da Justiça			
	Planejamento e Desenvolvimento	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			
	Urbano		4	4	8
	Poderes do Estado e Representação	Órgãos do Ministério Público Órgãos do Poder Judiciário Tribunal de Contas da União			
Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Ministério do Turismo			
	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério da Integração Nacional	4	4	8
	Planejamento e Desenvolvimento				
	Urbano	Ministério das Cidades			
Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	Poderes do Estado e Representação	Órgãos do Ministério Público Presidência da República	3	3	6
Educação, Cultura e Esporte - CE	Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
		Ministério da Cultura	4	4	8
		Ministério da Educação			
		Ministério do Esporte			
Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	Integração Nacional e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente			
	Poderes do Estado e Representação	Órgãos do Ministério Público Tribunal de Contas da União	4	4	8
Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	Justiça e Defesa	Ministério da Defesa	3	3	6
	Poderes do Estado e Representação	Ministério das Relações Exteriores			
Serviços de Infraestrutura - CI	Infraestrutura	Ministério das Comunicações			
		Ministério de Minas e Energia			
		Ministério dos Transportes	4	4	8
	Poderes do Estado e Representação	Presidência da República			
<b>TOTAL</b>			<b>121</b>	<b>121</b>	<b>242</b>

## DECISÃO

A Mesa do Senado Federal aprova a apresentação de Projeto de Resolução para acrescentar o §4º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a fim de conferir à Comissão de Educação e à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, criadas por desmembramento da extinta Comissão de Educação e Cultura, a possibilidade de apresentação de emendas a matérias orçamentárias.

Sala das Reuniões, em 08 de maio de 2013.

The image shows several handwritten signatures and stamps. At the top left, there is a signature that appears to be 'L. L. L.'. To its right is a large, stylized signature. Below these, there are more signatures, including one that looks like 'M. L. L.' and another that is partially obscured. There are also some faint, illegible stamps or markings scattered around the signatures.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A matéria vai à publicação.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós temos inscritos aqui...

Eu queria só lembrar aos Srs. Deputados e Senadores que nós já atingimos o objetivo da convocação do Congresso Nacional. Eu vou conceder a palavra a todos, é democrático, mas não seria prudente que nós delongássemos o início das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem relativa às matérias que V. Ex<sup>a</sup> acaba de trazer ao Congresso Nacional.

Presidente Renan, eu gostaria de trazer aqui, primeiro, o sentimento que tenho, que não poderia ser outro, de que há uma unidade, um propósito de entendimento quanto a superarmos esses obstáculos que ficaram acumulados ao longo de até uma década.

Mas tenho uma preocupação de natureza constitucional que quero trazer a V. Ex<sup>a</sup>. Eu compreendo, e não se trata de apresentar recurso, acredito que todos caminharão no sentido de compreender como apropriada a decisão de que são prejudicados aqueles vetos que foram proferidos pela Presidência da República em matérias de natureza orçamentária, em matérias que já transitaram em exercícios anteriores.

Porém, eu procurei na Constituição brasileira a figura dessa prejudicialidade, procurei nos regimentos do Congresso e no Regimento Comum, e não encontrei com essa clareza. Portanto, a colocação que faço a V. Ex<sup>a</sup> é que eu acredito que seria prudente que, uma vez lida por V. Ex<sup>a</sup> hoje essa condição de prejudicialidade, nós tivéssemos, na próxima sessão, em que – creio eu – já teremos o início de votações dos vetos remanescentes, uma votação ainda que simbólica, e que obviamente poderia ser construída como entendimento de todos, para manter todos esses vetos.

A preocupação que me faz dirigir a V. Ex<sup>a</sup> nesse sentido é de que nós poderíamos estar abrindo um precedente, que seguramente não seria utilizado por V. Ex<sup>a</sup>, mas de alguém raciocinar assim: “Ora, se o veto foi sobre a LDO ou foi para uma lei orçamentária, vamos segurá-lo por um ano, e aí ele ficará naturalmente prescrito, porque já há um precedente”.

Então, eu faço esse apelo a V. Ex<sup>a</sup> de que posamos colocar de forma simbólica e fazer, aí sim, o procedimento constitucional de manter esses vetos, já que há prejudicialidade. Mantendo-os, não criaríamos insegurança jurídica e também não teríamos um precedente de romper com a ordem constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>. Eu queria rapidamente responder à questão de ordem. Não há precedente com relação à prejudicialidade dos vetos. É que essa tem sido uma prática do Congresso Nacional.

O que não teria sentido, absolutamente nenhum, com todo respeito, era votarmos aqui. E há uma grande quantidade de vetos inócuos, superados pelo tempo; das outras vezes, e desta vez também, não poderia ser diferente: foram declaradas prejudicialidades de vetos, abrimos o prazo – e já abrimos também agora para recurso de algum eventual veto que algum Deputado ou algum Senador, evidentemente, queira votar –, de modo que, como o processo legislativo caminha mais pelo consenso e pelo entendimento, talvez o mais difícil, em vez de declarar a prejudicialidade desses vetos, fosse tentarmos votar, de uma vez só, esses vetos que estavam, obviamente, todos superados pelo tempo.

É evidente que não há dispositivo constitucional, mas essa é uma prática que o Congresso tem adotado ao longo dos anos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Concluso, Sr. Presidente, apenas, então, deixando que se registre que esta será a última oportunidade em que este Congresso se utilizará dessa prática, porque a minha preocupação é que... Eu não estava aqui em outros momentos em que isso se deu, mas entendo que V. Ex<sup>a</sup>, em boa hora, ao lado do Deputado Henrique Alves, inaugura uma nova era para a democracia brasileira, em que ela precisa ficar consolidada.

Então, creio que é bom que fique registrado nos Anais que, embora por entendimento amplo e absoluto desta Casa, que esta seja absolutamente a última vez, para que não haja, amanhã, alguém que tente dizer: “Ora, se o veto é sobre matéria orçamentária, vamos deixá-lo, porque o tempo se encarregará dele.” É esse o apelo que faço.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e, mesmo que



não seja a última vez, pelo menos é um assunto que poderemos propor à omissão que está reformando o Regimento do Congresso Nacional, do próprio Senado e da Câmara dos Deputados também.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado André Moura.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANDRÉ MOURA** (PSC – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, para parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela condução dos trabalhos da reunião que tivemos há poucos instantes e na certeza de que o encaminhamento que V. Ex<sup>a</sup> está dando é o que todos nós esperávamos aqui, de podermos começar a limpar a pauta, começar a deliberar em relação aos vetos, porque, logicamente, o ponto final de todos os encaminhamentos está sendo dado tanto na Câmara como no Senado. Então, para parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, inicialmente.

Sr. Presidente, a sociedade brasileira tem muita expectativa em relação a vários vetos que tramitam e, agora, nós vamos ter o direito daquilo que está sendo acordado: os Líderes partidários vão poder sugerir vetos para que possam vir para a pauta de votação aqui, no plenário.

Exatamente em torno disso, eu quero aqui dizer – e aproveito a ocasião para fazer uma saudação especial aos defensores públicos dos Estados que estão aqui presentes nas galerias – que os defensores públicos iniciaram uma luta que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, reconhecendo a importância de todos os defensores públicos, votou e aprovou o PLP nº 114 por unanimidade nas duas Casas. Infelizmente, não houve, por parte da Presidenta da República, o reconhecimento ao trabalho importante que a Defensoria Pública dos Estados e também da União faz, em especial dos Estados, principalmente atendendo às camadas mais humildes, mais carentes, àqueles que não têm acesso a um atendimento jurídico. Essas Defensorias Públicas dos Estados fazem esse trabalho tão importante que é necessário chegar a todas as comarcas do nosso País.

Então, eu quero aqui ressaltar que a Câmara e o Senado cumpriram o seu papel: aprovaram por unanimidade o PLP nº 114 e foi vetado, Deputado Amorim Teixeira, pela Presidenta, numa falta de – eu acho –, acima de tudo, respeito ao Congresso Nacional e a nós Parlamentares. E nós, agora, temos que fazer justiça, nós agora temos que pautar com prioridade o veto ao PLP nº 114. Eu já assumi o compromisso, como Lí-

der do PSC, de que será uma indicação nossa como prioridade a votação do PLP nº 114, para que possamos aqui derrubar esse veto e mostrar que este Parlamento tem respeito a todos nós que aqui estamos, Congressistas, porque, se nós não nos dermos respeito, jamais seremos capazes de receber o respeito da Presidência da República.

Este Parlamento – volto a repetir – numa votação histórica – Câmara e Senado – aprovou por unanimidade o PLP nº 114, que dá autonomia às defensorias públicas e, portanto, a condição de termos defensores públicos em todas as comarcas, prestando assessoria jurídica a quem precisa, que são as camadas mais humildes, mais pobres da população.

Então, quero aqui assumir esse compromisso e dizer que vamos pautar, assim que for dado o direito aos Líderes de priorizar, o PLP nº 114, na certeza, meu caro Deputado que preside esta sessão do Congresso Nacional, de que cumprimos um papel social, respeitando as camadas mais humildes, mais carentes da população.

Vamos, sim, votar hoje a PEC nº 207 e dar autonomia às Defensorias Públicas da União e, muito em breve, se Deus quiser, vamos derrubar o veto ao PLP nº 114 para respeitar a decisão do Congresso Nacional e, principalmente, os defensores públicos dos Estados. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Weliton Prado. PT – MG) – Agradeço ao Deputado André e passo a palavra por dois minutos para o Senador Inácio Arruda, para que a gente possa encerrar esta reunião, e vamos garantir a palavra a todos os Deputados inscritos na sessão da Câmara.

Então, com a palavra, por dois minutos, o Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, reafirmo o nosso compromisso, em nome do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, com os defensores públicos.

Vamos trabalhar aqui para reverter essa situação do veto, derrubando esse veto e priorizando o trabalho dos defensores, que é muito importante para as pessoas pobres do Brasil. É o acesso dos pobres à Justiça brasileira.

Mas não poderia, Sr. Presidente, porque está ligado a essa questão, de deixar aqui a minha posição e a posição do meu Partido em relação ao episódio dramático que vivemos ontem na Europa. Os tais civilizados, que, quando chegaram aqui, ao nosso

território, mataram, assassinaram, cometeram homicídios brutais, ontem, impediram o pouso do avião do Presidente da República da Bolívia, primeiro em Lisboa – e havia uma determinação prévia de pouso, escala em Lisboa. Portugal agiu de forma subserviente, vexatória e criminoso, porque o Presidente poderia ter passado por uma situação em que o avião fosse obrigado a pousar de qualquer maneira em qualquer lugar, por não ter mais combustível. A escala era para abastecimento, e foi negado o pouso em Portugal, na Espanha, na França e na Itália. Vergonha! Vergonha desses países!

Toda a América do Sul se pronunciou, mas falta ainda o pronunciamento do Chile, da Colômbia e do Brasil a respeito desse episódio, que merece o repúdio do Congresso Nacional brasileiro.

Esta é a hora adequada para reunião do Congresso Nacional: o nosso repúdio à subserviência de Portugal, da Espanha, da França e também da Itália à política norte-americana, que examinaram, queriam examinar se o avião do Presidente Evo estava...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Weliton Prado. PT – MG)

– Nós estamos aqui com um problema de tempo, Senador...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE)

– Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Weliton Prado. PT – MG)

– Porque nós temos que encerrar a sessão para abrir a sessão da Câmara.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) –

Claro, vamos encerrar.

Mas trata-se de uma questão grave, e o Congresso Nacional precisa registrar e comunicar a essas Embaixadas esse episódio criminoso. Isso é que é terrorismo internacional!

Eu quero deixar esse registro aqui para o Congresso Nacional brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Weliton Prado. PT – MG)

– Queria agradecer o Senador Inácio Arruda e declarar o encerramento da sessão do Congresso Nacional.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 6 minutos.)*

**COMISSÕES MISTAS****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>**COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>**

**Presidente:** Senador Lobão Filho (PMDB/MA)<sup>8</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)<sup>8</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)<sup>8</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)<sup>8</sup>

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)  
**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)  
**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>
Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>7</sup>	2. <sup>5 e 7</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>5</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>4</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Aírton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) <sup>7</sup>
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
<b>PSDB</b>	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
<b>PP</b>	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
<b>PSD</b>	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
<b>PR</b>	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) <sup>6</sup>	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
<b>PDT</b>	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSC</b>	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
<b>PCdoB</b>	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
<b>PTdoB<sup>1</sup></b>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893**Fax:** (61) 3216-6905**E-mail:** cmo@camara.gov.br**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>RELATOR SETORIAL</b>
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados <sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Relator:** Deputado Sarney Filho <sup>16, 20 e 27</sup>

**Instalação:** 27-2-2013 <sup>15, 20 e 27</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<sup>22</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3, 14 e 29</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 29</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3 e 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 24</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6, 10 e 28</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 13</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 13</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 20</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 20</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>2 e 17</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13 e 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

## COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

#### Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA) <sup>2</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>3</sup>

(Atualizada em 10.04.2013)

**Notas:**

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
**Telefones:** (61) 3303-4561 / 3303-5258  
**E-mail:** scop@senado.gov.br  
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>18</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013<sup>17</sup>**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013<sup>21</sup>**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>20</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
<sup>11</sup>	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
<sup>16</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>14 e 15</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>3, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cede uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cede uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Nilda Gondim <sup>14 e 16</sup>	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) <sup>9 e 12</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSD</b>	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1.
	2.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. <sup>2, 4 e 13</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Magda Mofatto (PTB/GO) <sup>15</sup>	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)****Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.



### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende <sup>1</sup>
Luiz Pitiman <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho <sup>1</sup>	1. João Bittar <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

#### Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013  
**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.  
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013 <sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Notas:**

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.  
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.  
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**CONSELHOS E ÓRGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Décio Lima (PT/SC)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** <sup>1</sup>

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** <sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** <sup>2</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>VAGO</b> <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>VAGO</b> <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
 sscn@senado.gov.br  
 www.senado.gov.br/ccs

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.



**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>

Designação: 07.05.2013

**Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
<b>PMDB</b>	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha <sup>3</sup>
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
<b>PSD</b>	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
<b>PR</b>	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>PTB</b>	
Paes Landim	Jorge Corte Real
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire	Antônio Roberto
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
João Ananias	Chico Lopes
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

**Senadores**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz <sup>4</sup>
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares <sup>4</sup>	Humberto Costa
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)



**PODER LEGISLATIVO**  
**SENADO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**  
**PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSION DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**  
**CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 270 páginas  
(OS: 13844/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

